



# Âncoras e Fuzis

## Corpo de Fuzileiros Navais



Ano XII - Nº 44 • dezembro de 2013 • Nº 01 publicada pelo CDDCFN • ISSN 2177-7608

## EIXOS ESTRUTURANTES DO CFN

- Operação Anfíbia
- Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
- Guerra de Manobra

AGIR

OBSERVAR

AGIR

OBSERVAR

AGIR

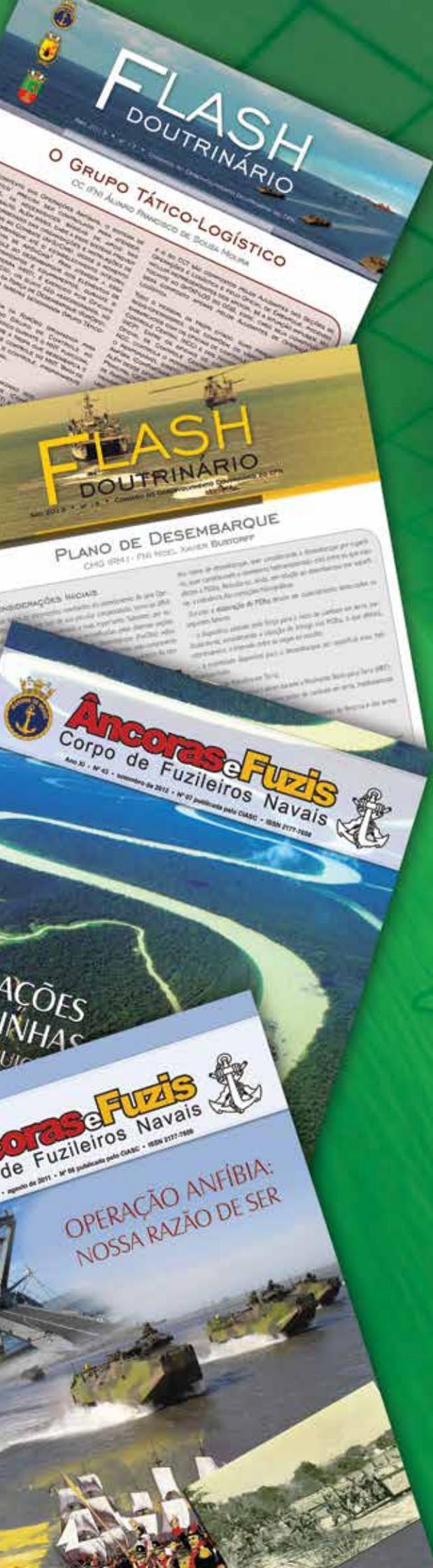
OBSERVAR

DECIDIR

ORIENTAR

AGIR





# CDDCFN

Na Vanguarda pelo conhecimento

O Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN) tem a missão de contribuir para o desenvolvimento da doutrina dos Fuzileiros Navais, num contexto doutrinário mais amplo estabelecido pelo Estado-Maior da Armada (EMA), para o aprimoramento da formação de recursos humanos e do material de uso exclusivo e preponderante de Fuzileiros Navais.

O processo de desenvolvimento da doutrina de Fuzileiros Navais baseia-se no conhecimento operativo acumulado por meio do emprego das unidades do CFN em exercícios e operações, nas atividades de instrução e trabalhos académicos do Sistema de Ensino Naval, além de contar com muitas outras fontes, tais como intercâmbios, seminários e a própria história militar.

Todo conhecimento, inclusive operativo, só é plenamente útil quando pode ser compartilhado e passa a constituir uma ferramenta de mudança em prol de um melhor desempenho.

Transmita seu Conhecimento!  
Contribua com a sua Experiência!

Conheça a nossa página  
[www.cddcfm.mb](http://www.cddcfm.mb)

Consulte o banco de dados doutrinários.



Protegendo nossas águas,  
cuidando da nossa gente



CDDCFN:  
na vanguarda pelo conhecimento

# Palavras do Comandante do CDDCFN

O Brasil passa, nos dias atuais, por um momento que lhe confere uma posição de destaque no contexto internacional e exige uma nova e firme postura na área da Defesa.

Em decorrência desse posicionamento brasileiro, foi aprovada em 2008 a Estratégia Nacional de Defesa (END), organizada em torno de três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Os eixos estruturantes constituem caminhos que orientam e norteiam as atividades das Forças Armadas, ou ainda, aspectos que devam ser considerados como basilares para o cumprimento de sua missão. O primeiro eixo estruturante, que é o que no momento nos interessa, refere-se a como as Forças Armadas devem se organizar e orientar-se para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra.

Alinhado à END, o Corpo de Fuzileiros Navais também vem trabalhando em torno de três eixos estruturantes, a saber: *Operação Anfíbia*, *Grupo Operativo* e *Guerra de Manobra*. Com as Operações Anfíbias, resgatamos nossa razão de ser; com o Grupo Operativo de Fuzileiros Navais, organizamo-nos e articulamo-nos de modo a facilitar a realização de operações conjuntas e singulares; e com a Guerra de Manobra, buscamos o mínimo de atrito e a degradação do ímpeto de combater por parte do inimigo.

A *Dissuasão*, conceito presente na END, só poderá ser alcançada se estivermos prontos para o combate, o que se dará como consequência de levarmos em consideração as diretrizes estratégicas e a necessidade de crescente capacitação operacional. Neste ponto, avulta de importância o alinhamento do nosso adestramento aos eixos estruturantes do CFN, tendo em vista que não devemos nos acomodar com o horizonte imediato, mas transcendê-lo e considerarmos a necessidade de prontidão diante de ameaças futuras.

Ao nos adestrarmos em Operações Anfíbias, organizando a tropa em Grupos Operativos e recorrendo à Guerra de Manobra, estaremos contribuindo para o cumprimento da missão da Marinha do Brasil e para o efeito dissuasório previsto na END.

Com este número da revista *Âncoras e Fuzis*, procuramos trazer artigos que permitam a reflexão, a discussão e a disseminação de nossos eixos estruturantes, além de outras matérias com temas variados que complementam esta edição. Desejamos a todos uma ótima leitura!

**ADSUMUS! VIVA A MARINHA!**

NÉLIO DE ALMEIDA  
Contra-Almirante (FN)  
Comandante do CDDCFN

A Revista *Âncoras e Fuzis*, desde a edição nº 42, passou a adotar o Acordo Ortográfico de 1990, com base no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, editado pela Academia Brasileira de Letras - Decretos números 6.583, 6.584 e 6.585, de 29 de setembro de 2008.

Em sua primeira edição sob a responsabilidade do recém-criado Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN), a nossa já consagrada revista *Âncoras e Fuzis* apresenta como tema de capa os “Eixos Estruturantes”, tema esse de extrema importância para todos nós do CFN. Como sabemos, são três os Eixos Estruturantes do CFN: Operação Anfíbia (OpAnf), Guerra de Manobra (GM) e Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Para o esclarecimento de nosso tema de capa, apresentamos cinco artigos que, certamente, consolidarão nossos conhecimentos sobre tão importante assunto.

Além desses artigos, a revista apresenta uma matéria que traz um panorama geral do Líbano, da Força-Tarefa Interina das Nações Unidas (UNIFIL), bem como das atividades desempenhadas pelo Destacamento de Fuzileiros Navais que se encontra embarcado na Fragata União, a qual compõe a Força-Tarefa. Tal assunto torna-se de grande interesse, visto que já há estudos sobre o possível envio de um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais para integrar a UNIFIL.

Destaca-se, ainda, nesta edição, um artigo sobre as características e as possibilidades do emprego tático-estratégico do Sistema ASTROS II e da Bateria de Lançadores Múltiplos de Foguetes adquirida, recentemente, pelo CFN. O ASTROS II trata-se de um sistema de armas fabricado no Brasil e que se destaca como referência mundial em sua classe, devido ao seu poder de aprofundar o combate.

A revista apresenta, também, dois artigos sobre o uso de carros de combate blindados. O primeiro trata-se da apresentação de um painel histórico sobre o emprego da Cavalaria nas Missões de Reconhecimento, à luz da doutrina do Exército americano (*US Army*). O segundo versa sobre o emprego de meios blindados nas Operações Militares em Áreas Urbanas (OMAU), o que tem se tornado uma necessidade cada vez maior.

Ainda nesta edição, são apresentados dois artigos sobre a importância da leitura profissional. O primeiro relaciona a leitura à preparação para o combate; e o segundo volta-se mais para o Programa de Leitura Profissional do CFN.

Ademais, a *Âncoras e Fuzis* nº 44 apresenta ao nosso estimado leitor artigos de assuntos diversos, tais como: a aplicação sistemática do TFM aos Guardas-Marinha Fuzileiros Navais embarcados no Navio-Escola Brasil; o emprego de cães do Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro (GptFNRI); além de uma resenha do artigo *Controlar a fera interior: a chave de sucesso nos campos de batalha*, de autoria do Major Douglas A. Pryer do *US Army*, que trata da necessidade do combatente manter um comportamento ético aceitável aos olhos da sociedade que, devido à moderna tecnologia de monitoramento, acompanha passo a passo qualquer evento em qualquer lugar do mundo.

Nosso penúltimo artigo nos remonta ao passado das Organizações Militares (OM), principalmente as operativas, lembrando-nos das relações de coesão, solidariedade e espírito de corpo que se estabeleciam entre Oficiais e Praças da caserna.

Encerramos este número com um artigo sobre o treinamento de tiro para *Sniper*, o qual aborda o tema propondo alternativas que colaborariam para o atirador exercitar sua habilidade a custo reduzido.

Com isso, esperamos que este número da revista *Âncoras e Fuzis*, como a primeira edição publicada pelo CDDCFN, seja do seu inteiro agrado; que os temas sejam esclarecedores; e que nos levem ao debate, o que é de extrema importância para o aprimoramento de nossa Doutrina.

Aguardamos ansiosos as sugestões e críticas para que possamos, cada vez mais, aprimorar nossa revista. Além disso, conhecimentos que possam ampliar o assunto dos artigos expostos serão igualmente bem-vindos. Tais críticas e sugestões devem ser enviadas para o endereço eletrônico: [difusao@cddcfm.mar.mil.br](mailto:difusao@cddcfm.mar.mil.br). Por meio da sua contribuição, poderemos produzir uma revista cada vez mais sintonizada com o nosso LEITOR!

Por fim agradecemos aos nossos colaboradores, principalmente aos autores dos artigos, que devido ao elevado nível de qualidade nos encham de orgulho.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

ADSUMUS!

Distribuição Gratuita

Ano XII – Número 44 – 2013  
ISSN 2177-7608

Número I publicada pelo CDDCFN

Publicação do Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, situado na Avenida Rafael Levi Miranda, s/nº, Itacuruçá, Ilha da Marambaia Mangaratiba – RJ – CEP: 23.860-000

Fernando Antonio de Siqueira Ribeiro  
Almirante de Esquadra (FN)  
Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Nélio de Almeida  
Contra-Almirante (FN)  
Comandante do CDDCFN

Marcelo Guimarães Dias  
Capitão de Mar e Guerra (FN)  
Imediato do CDDCFN

Editor-Chefe

Júlio Carlos da Rocha Marques  
Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN)  
[rocha.marques@cddcfm.mar.mil.br](mailto:rocha.marques@cddcfm.mar.mil.br)

Editor-Adjunto

Cintia Sanguinetti Guimarães  
Primeiro-Tenente (RM2-T)  
[cintia@cddcfm.mar.mil.br](mailto:cintia@cddcfm.mar.mil.br)

Editor-Assistente

Adriana Guimarães Aloiza  
Primeiro-Tenente (RM2-T)  
[adriana@cddcfm.mar.mil.br](mailto:adriana@cddcfm.mar.mil.br)

Revisão

1 T (RM2-T) Adriana Guimarães Aloiza

Revisão Bibliográfica

2 T (RM2-T) Linda Mara Gomes de F. Castro Menezes

Colaborador

CMG (RM1-FN) Francisco de Assis Teixeira de Araujo

Projeto Gráfico

Agência 2A Comunicação



# Sumário

Palavras do  
Comandante do  
CDDCFN 03

---

Editorial 04

---

Sumário 05

---

Eixos Estruturantes:  
o rumo a aproar 07

---

Operações Anfíbias: a  
vocação do passado  
se consolida como eixo  
estruturante do futuro 10

---

Grupamentos  
Operativos de  
Fuzileiros Navais:  
flexibilidade e  
integração entre os  
seus componentes 13

---

É preciso  
"Fazer" Guerra  
de Manobra 16

---

A Guerra de  
Manobra 19

---

Sistema  
Astros CFN 22

---

Fuzileiros Navais nas  
missões de paz de  
caráter naval:  
o caso UNIFIL 25

---

Reconhecimento  
Blindado: uma visão da  
doutrina americana 29

---

O emprego de  
blindados nas  
Operações Militares  
em Ambiente Urbano 35

---

O Treinamento Físico  
Militar na formação  
do Oficial Fuzileiro  
Naval 41

---

Por que um  
Programa de  
Leitura Profissional? 44

---

A leitura em prol  
do desenvolvimento  
profissional 45

---

Emprego dos cães  
do GptFNRJ  
em seguranç a de  
instalações e  
atividades  
operativas 47

---

A chave do sucesso  
nos campos de  
batalha do  
século XXI 49

---

A "Rede de Tenentes"  
nas OM do CFN:  
como anda a sua? 53

---

Treinamento de tiro  
a baixo custo para  
*Snipers* 55

---

Decida n  44  
Operações  
Ribeirinhas 57

---

Decida n  44  
Possível Solução 59

---

Decida n  45  
Posição de  
Retardamento 60

---

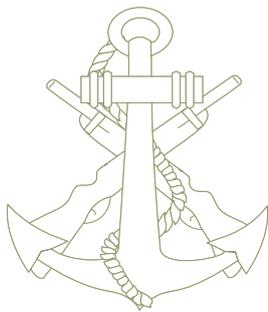
Normas para  
publicação de  
artigos na revista  
*Âncoras e Fuzis* 61

---

Pense 62

---





CMG (FN) Renato Rangel Ferreira  
renato@cddcfm.mar.mil.br

# Eixos estruturantes: o rumo a aproar

*Ensinam os velhos marinheiros que só pode haver ventos à feição, quando se sabe o rumo a aproar.<sup>1</sup>*

## Como demarcar o rumo para uma nau bicentenária?

Um marinheiro responderia de forma objetiva: – Da mesma forma como são traçados todos os rumos. Partindo da compreensão do porto de partida, vislumbra-se o porto de destino, procede-se uma análise da hidrografia entre os dois pontos, para, então traçar o rumo. O bom marinheiro também sabe que para atingir o destino planejado “por diversas oportunidades haveremos de bordejar, negociando procelas, ventos e correntes sem, contudo, perder de vista a direção geral a seguir” (MONTEIRO, 2010a).

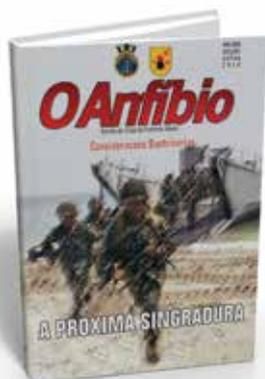


Figura 1: Capa da revista  
*O Anfíbio*, edição extra 2010  
Fonte: *O Anfíbio*

Em outubro de 2010, o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais publicou uma edição extra de seu periódico *O Anfíbio*. Em sua capa, ressaltava-se uma imagem texturizada de Fuzileiros Navais (FN) desembarcando em uma praia, sugerindo o contexto de uma Operação Anfíbia. Logo abaixo do nome do periódico, constava o motivo da excepcionalidade da publicação: tratava-se de importantes “Considerações Doutrinárias”. Na parte inferior da imagem, havia, sobreposto à areia da praia, o título, igualmente sugestivo: *A Próxima Singradura*.

Outra singularidade dessa edição extra da revista *O Anfíbio* é o fato dela conter apenas dois artigos, ambos escritos por Comandantes-Gerais no exercício de suas funções. O artigo inicial, redigido pelo Almirante de Esquadra (FN) Alvaro Augusto Dias Monteiro, possui o título que dá nome à revista como um todo: *A Próxima Singradura*. O segundo artigo, escrito pelo Almirante de Esquadra (FN) Luiz Carlos da Silva Cantídio, denomina-se *O Combatente Anfíbio - Análise do Caso Brasileiro*. Ambos os textos foram escritos em momentos que o Comandante-Geral considerou que precisava definir, ou ajustar, o rumo do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

Este breve artigo debruçar-se-á sobre *A Próxima Singradura*, de autoria do Almirante Monteiro, particularmente para buscar detalhar um conceito de grande importância: os Eixos Estruturantes do Corpo de Fuzileiros Navais; destacará, ainda, as razões que levaram à sua concepção; assim como a finalidade de cada um deles.

<sup>1</sup> Lição Marinheira citada pelo Almirante de Esquadra (FN) Monteiro na Ordem do Dia nº 01/2010, alusiva ao 202º aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais.

## A Próxima Singradura

A primeira década do terceiro milênio foi bastante fecunda para o CFN. Nestes anos, observou-se um considerável aumento da participação de tropas anfíbias em Operações de Garantia da Lei e da Ordem e em Operações de Paz. Uma bela página da história do CFN está sendo escrita, desde 2004, com a participação de Fuzileiros Navais na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). A reboque desta participação, vieram consideráveis ganhos operacionais, como a aquisição de novos equipamentos e viaturas e o aperfeiçoamento da conduta individual de nossos combatentes.

Por outro lado, no entanto, olhares atentos perceberam um leve desvio de rumo na trajetória do CFN. A preocupação em aprestar seus Grupos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) para a realização de Operação de Paz de Caráter Terrestre, como a MINUSTAH, aliada à baixa disponibilidade de meios navais anfíbios, relegaram a realização de Operações Anfíbias a segundo plano. Isso ficou patente, quando da publicação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, cujo texto não apresenta nenhuma menção a esse tipo de operação naval, a qual confirmou a principal vocação do CFN, além de ser sua razão de existir na Marinha do Brasil (MB).

Foi também nessa década que a própria MB definiu mais claramente sua postura estratégica autônoma. Após a denúncia, por parte do governo brasileiro, do Acordo de Assistência Militar com os EUA, em março de 1977, inaugurou-se a atual fase autônoma, mas esta mudança de postura não foi instantânea. Foram necessárias algumas décadas para que a MB passasse a priorizar a defesa das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), em detrimento da postura anterior de participar da segurança coletiva hemisférica baseada, a exemplo do ocorrido na II Guerra Mundial, na proteção ao tráfego marítimo, que era operacionalizada, principalmente, por meio de operações antissubmarino. A cunhagem do termo Amazônia Azul, em 2004, materializou essa nova postura da MB. Com isso, seu foco principal passava a ser a proteção das AJB.

Curiosamente, na mesma década em que a MB, alinhada com a Política de Defesa Nacional (PDN), consolida sua postura estratégica voltada para o Atlântico Sul e para a proteção da Amazônia Azul, o CFN vinha, por diversos motivos, mudando seu rumo em direção às demandas colocadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), cujo foco era voltado, muitas vezes, para operações meramente terrestres em países distantes do nosso entorno estratégico.

Foram essas as principais razões que fizeram surgir “A Próxima Singradura”: a necessidade de disponibilizar o CFN para a tarefa principal da MB - proteger a Amazônia Azul - e, nesse contexto, aproximar-se do mar e resgatar sua capacidade de empreender operações tipicamente navais, particularmente as anfíbias.

Para divulgar sua intenção de manobra de amarrar o CFN, o Almirante Monteiro optou pelo formato de artigo. Nele, partindo de estudos realizados, confirmou a importância das vocações consolidadas, identificou os valores essenciais e as características do CFN, adotou a premissa do incondicional alinhamento de postura estratégica com a MB para, enfim, formular a atual Visão de Futuro do CFN.

## VOCAÇÕES CONSOLIDADAS

No decorrer de sua história, os Fuzileiros Navais consolidaram as seguintes vocações, identificadas pelo Almirante de Esquadra (FN) Luiz Carlos da Silva Cantídio em seu artigo *O Combatente Anfíbio* e que, hoje, condicionam seu perfil operacional: Vocação Anfíbia e Vocação para a Defesa de Instalações. (MONTEIRO, 2010a.)

## VISÃO DE FUTURO DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

Até 2030, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), parcela intrínseca, portanto, indissociável do Poder Naval, consolidar-se-á como a força estratégica por excelência, de caráter expedicionário, de pronto emprego e de projeção de poder. Como integrante do componente anfíbio da Marinha do Brasil, conferirá prontidão operativa e capacidade expedicionária ao Poder Naval ampliando suas possibilidades para atuar, tempestiva e eficazmente, em qualquer região que configure um cenário estratégico de interesse. O CFN será imprescindível para a proteção da Amazônia Azul, pois contribuirá para conferir credibilidade à presença do Poder Naval no Atlântico Sul, seus contornos e ilhas oceânicas. (MONTEIRO, 2010a.)



Figura 2: Eixos Estruturantes da Doutrina do CFN  
Fonte: MONTEIRO (2010a)

A definição clara da Visão de Futuro do CFN estabeleceu onde se queria chegar, faltava escolher o caminho. Como fazer o CFN evoluir, ao longo dos anos, até se tornar “imprescindível para a proteção da Amazônia Azul”, conferindo “credibilidade à presença do Poder Naval no Atlântico Sul, seus contornos e ilhas oceânicas”?

Concebeu-se, então, a formulação de Eixos Estruturantes, interdependentes e complementares, ao mesmo tempo de fácil identificação (e memorização) e com lastro suficiente para perdurar até 2030. Eles deveriam, como sua denominação aduz, estruturar e direcionar, em torno desses caros temas, o desenvolvimento da doutrina, do material e dos recursos humanos do CFN.

O primeiro, e natural, eixo foi identificado como *Operação Anfíbia*. Este tipo de operação, além de possuir o fundamental caráter naval, pode ser executada tanto em proveito da defesa da Amazônia Azul, quanto para conferir credibilidade ao Poder Naval no Atlântico Sul quando empregada no entorno estratégico nacional.

Definido o eixo principal, buscou-se enunciar dois outros, que lhe dessem sustentação operacional e doutrinária: o eixo Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais e o eixo Guerra de Manobra, respectivamente.

## AMPHIBIOUS RENAISSANCE

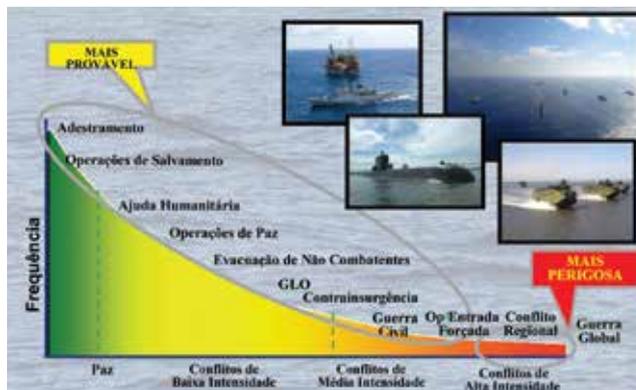


Figura 3: Gráfico do Renascimento Anfíbio: frequência de ocorrência das operações militares versus intensidade de violência empregada nos conflitos  
Fonte: FERREIRA (2012)

## Operação Anfíbia

O principal Eixo Estruturante é o que estabelece o resgaste, a valorização e o permanente aperfeiçoamento da capacidade anfíbia da MB.

Este movimento de resgaste é natural. O *United States Marine Corps*<sup>2</sup> (USMC) iniciou, também em 2010, um movimento similar. De forma análoga ao que ocorrera com o CFN em relação ao Haiti, o USMC, após oito anos de intensa participação em operações terrestres sem caráter naval, no Iraque e Afeganistão, passou a desenvolver ações que objetivavam resgatar a capacidade anfíbia de suas forças e de sua Marinha. O conjunto dessas ações foi denominado *Renascimento Anfíbio* e envolvia a realização de exercícios anfíbios de grande envergadura e revisões doutrinárias.

Uma dessas importantes revisões doutrinárias foi a que flexibilizou e atualizou o conceito de Operação Anfíbia, que passou a contemplar um quinto tipo, denominado “Engajamento Anfíbio e Mitigação de Crises”. Esta evolução conceitual possibilita o emprego do Conjugado Anfíbio não só em operações de combate, mas também nas, cada vez mais numerosas, operações com emprego limitado da força.

O gráfico do Renascimento Anfíbio apresenta a curva que relaciona a frequência de ocorrência das operações militares com a intensidade de violência empregada nos conflitos. A Projeção Anfíbia, concebida para atualizar o conceito de Operação Anfíbia no contexto do Renascimento Anfíbio, abrange o emprego de Fuzileiros Navais em conflitos de baixa intensidade, porém com alta frequência de ocorrência.

O CFN acompanhou esta evolução doutrinária denominando esse quinto tipo de Operação Anfíbia como “Projeção Anfíbia”. Tal passo, na direção da Visão de Futuro do CFN, foi de grande importância, pois a execução de Projeções Anfíbias em países da África Atlântica constitui um excelente instrumento de Diplomacia Naval. Seja para atender a demandas humanitárias, seja para mitigar crises de qualquer natu-

<sup>2</sup> USMC: Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América.

reza, o CFN poderia, então, contribuir para conferir credibilidade à presença do Poder Naval no Atlântico Sul, estreitando laços de cooperação e ocupando o mar do nosso entorno estratégico.

Cabe salientar o importante conceito firmado no artigo que estabelece que a proteção das AIB não deve ficar restrita a ações internas a esta área marítima, isto é, a proteção da Amazônia Azul deve ser iniciada o mais afastada possível: no litoral da África Atlântica. Portanto, uma força capaz de projetar-se sobre esse litoral para levar cooperação torna-se um instrumento indispensável.

Outro ponto significativo foi o destaque que se deu para o emprego do Conjugado Anfíbio nas ilhas oceânicas, pontos estratégicos fundamentais para a defesa aproximada da Amazônia Azul. Nesse contexto, o Almirante Monteiro identificou outro nicho operacional, ao mesmo tempo, intrinsecamente relacionado à Amazônia Azul e ligado ao âmago do Corpo de Fuzileiros Navais. Atuar em ilhas oceânicas ou em áreas focais de interesse naval constitui a própria gênese das Operações Anfíbias tradicionais, que projetaram poder sobre terra para contribuir com o Controle de Área Marítima ou a Negação do Uso do Mar no Oceano Pacífico, durante a II Guerra Mundial.

Tanto a moderna Projeção Anfíbia quanto as tradicionais Operações Anfíbias compõem o cerne desse Eixo Estruturante. Vale registrar, no entanto, que o pano de fundo era amarar o CFN. Em contexto mais amplo, esse eixo abrange também o embarque de Fuzileiros Navais em navios para executar sua segunda vocação: a proteção de instalações navais de interesse. Os soldados-marinheiros são naturalmente aptos para compor Grupos de Reação a Ameaças Assimétricas (GRAA) ou para contribuir com Grupos de Visita e Inspeção e Guarnições de Presa (GVI/GP). Um exemplo do primeiro caso é o grupo que compõe a tripulação da fragata que capitaneia a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Um exemplo do segundo caso foi o embarque de FN em uma das primeiras missões do navio-patrolha oceânico Amazonas, quando integraram o primeiro GVI/GP daquele navio em patrulha pela Amazônia Azul.

Em síntese, este principal eixo – Operação Anfíbia – pretende apresentar e, por conseguinte, disponibilizar uma Força Anfíbia que contribua com a consecução das Tarefas Básicas de um Poder Naval com credibilidade no Atlântico Sul, nos seus contornos e nas ilhas oceânicas.

## Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais

O eixo Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais visa a conferir sustentação operacional, definindo e consolidando a organização para o combate ótima para a realização de Operações Anfíbias.

Esta organização foi baseada no modelo de Força-Tarefa adotado pelo USMC, que emprega as *Marine Air Ground Task Force* (MAGTF) desde 1947. O CFN, por sua vez, a adota desde 1993. Basicamente, Forças de FN de qualquer valor organizam-se em torno dos componentes: Comando, Combate Terrestre, Combate Aéreo e Apoio de Serviços ao Combate.

Sua principal característica, a modularidade de seus componentes, foi concebida com o fito de dar foco e concentrar esforços de natureza semelhante em cada componente, para simplificar a execução da mais complexa das operações militares: a operação anfíbia. Assim, a transposição de poder de combate do ambiente naval para o terrestre, um grande “calcanhar de Aquiles”, pode ser executada de forma mais harmônica e eficiente. Esta modularidade flexibiliza a organização tanto em relação ao valor de tropa, quanto em tipo de missão, permitindo ainda seu escalonamento no espaço e no tempo.

Essas mesmas características mostraram-se particularmente apropriadas para direcionar o emprego dos FN em sua nova singradura. Os GptOpFuzNav são a organização ideal para a proteção da Amazônia Azul, pois podem ser empregados tanto em Assaltos ou Incursões Anfíbias em costas hostis, em ilhas oceânicas ou pontos focais de interesse naval, quanto em Projeções Anfíbias sobre litorais permissivos em missões de Diplomacia Naval no entorno estratégico nacional.

Na vertente combativa, os GptOpFuzNav de valor Brigada Anfíbia (BAnf) ou Unidade Anfíbia (UANf) são especialmente adaptados para rapidamente fazer crescer o Poder de Combate da tropa que desembarca.

Na vertente diplomática, os GptOpFuzNav de valor Elemento Anfíbio (ElmAnf), com seu reduzido efetivo que pode se adaptar à capacidade de transporte de tropa dos meios navais anfíbios (cerca de 300 FN em média), podem rapidamente ser embarcados e deslocados pelo Atlântico Sul, em apenas um navio, para fazer frente a alguma demanda de cooperação, seja de caráter humanitário, seja para mitigar crises.

## Guerra de Manobra

O eixo Guerra de Manobra visa a conferir sustentação doutrinária, definindo e consolidando os conceitos que compõem o estilo de guerra apropriado para a realização de operações anfíbias.

A Guerra de Manobra, na forma como a conhecemos e estudamos atualmente, teve seus conceitos ordenados pelo USMC, na década de 1980. O CFN adota esses conceitos desde 2003. Cabe salientar que algumas dessas ideias são estudadas há décadas, ou mesmo séculos, mas a organização desse conhecimento específico, compondo um pressuposto teórico, foi tarefa desenvolvida com grande sabedoria por pensadores militares norte-americanos contemporâneos.

Novamente, o mote foi o de facilitar a transposição do Poder de Combate do mar para terra; solucionar a questão de iniciar uma batalha sem retaguarda, na praia, com pouco Poder de Fogo e dificuldades logísticas impostas pelo encontro do domínio naval com o terrestre; fazer o mais fraco vencer o mais forte.

Assim, a Guerra de Manobra prioriza a aproximação indireta, utilizando a manobra para abordar o inimigo a partir de uma posição de vantagem, que pode ser física ou espacial, mas também temporal, moral ou psicológica.

Essa doutrina de emprego de força mostrou-se, então, particularmente apropriada a uma tropa que pode ser empregada tanto em combate, como pode ser projetada em ambientes de ameaças incertas ou voláteis; tanto em ilhas oceânicas, quanto no litoral atlântico da África.



## Conclusão

A Visão de Futuro prescrita em *A Próxima Singradura* desenhou como deveria estar o Corpo de Fuzileiros Navais em 2030. Um Corpo imprescindível para a MB: com suas vocações consolidadas, com foco no Atlântico Sul e essencial para a defesa e proteção da Amazônia Azul.

Os Eixos Estruturantes, por sua vez, são o que efetivamente delineiam o rumo que conduzirá ao destino final previsto pela Visão de Futuro, pois, como ensinam os velhos marinheiros: “(...) só pode haver ventos à feição, quando se sabe o rumo a aproar”. Esses eixos, ao buscarmos amarar o CFN, apontam, em última análise, para a valorização da consciência de nossa maritimidade e do entorno estratégico nacional, assim como para o resgate de nossas vocações.

Creio que tenha sido isto o que o bom marinheiro quis dizer: os ventos futuros do CFN estarão à feição, os Eixos Estruturantes do Corpo de Fuzileiros Navais são o rumo a aproar.

## Referências

BRASIL. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 de jul. de 2005b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2008. Seção 1, p. 4.

FERREIRA, Renato Rangel. Amazônia Azul: Espaço de Batalha para os Combatentes Anfíbios. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, nº 23, ano XXIV, p. 95-104. 2004.

\_\_\_\_\_. A Amazônia Azul e o Atlântico Sul e Tropical. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, p. 127-139, abr./jun. 2010.

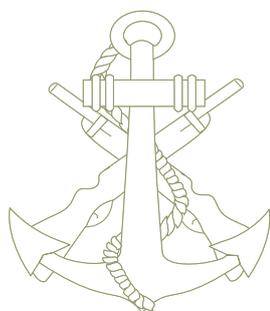
\_\_\_\_\_. Conceitos Doutrinários de Projeção Anfíbia e Escalão Avançado da Força de Emprego Rápido. In: MOMENTO DOUTRINÁRIO DA FORÇA DE FUZILEIROS DA ESQUADRA, 2012. Rio de Janeiro: Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra, 09 dez. 2012.

GAVIÃO, Luiz Octávio. As Operações Anfíbias no Século XXI. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, p. 155-179, jan./mar. 2010.

MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. A próxima singradura. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, ano XXIX, p. 9-68, out. 2010a. Edição extra.

\_\_\_\_\_. Ordem do Dia nº 1/2010, de 07 de março de 2010. 202º Aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais. **Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais**, Rio de Janeiro, 2010b.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985



CC (FN) Renato Heil França  
[franca@ciasc.mar.mil.br](mailto:franca@ciasc.mar.mil.br)

# Operações Anfíbias: a vocação do passado se consolida como eixo estruturante do futuro

## Introdução

Com a finalidade de guiar o preparo e o emprego do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), estão previstos na revisão do manual *CGCFN-0-1* os seus três Eixos Estruturantes, que são: Guerra de Manobra (GM), Operação Anfíbia (OpAnf) e Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Eles foram idealizados como interdependentes e complementares, devendo direcionar o desenvolvimento da doutrina, material e recursos humanos (BRASIL, 2013).

Este artigo tem a intenção de mostrar a luta pela sobrevivência das Operações Anfíbias na história, situar o seu enquadramento no CFN da atualidade e estimar qual será a sua importância para o futuro da Força, além de comentar seu relacionamento com a GM e os GptOpFuzNav e, finalmente, concluir acerca da escolha de OpAnf como eixo estruturante.

## Passado

Para entendermos o que significam as OpAnf para o CFN, devemos recorrer a uma rápida viagem pelos principais momentos históricos vividos pelo Corpo. Confundindo-se com a própria criação da Brigada Real da Marinha, o desembarque em Caiena contribuiu decisivamente para o fim das ambições geopolíticas francesas da época sobre a calha Norte do Rio Amazonas e demonstrou para que o CFN foi vocacionado originalmente.

Em termos mundiais, com base na evolução tecnológica e nos próprios resultados obtidos em episódios marcantes do século XX, tal tipo de operação dividiu a opinião de analistas militares. Durante a Primeira Guerra Mundial (I GM) e após a Segunda (II GM), a OpAnf foi chamada de obsoleta, impossível de ser realizada e descartável. Entretanto, por ocasião da II GM e, mais tarde, durante a Guerra da Coreia, foi caracterizada como impossível de ser impedida e de grande efeito estratégico (RODRIGUES, 2011).

Até mesmo o *United States Marine Corps*<sup>1</sup> (USMC), maior Força Anfíbia do planeta, que teve papel relevante na Reconquista do Pacífico durante a II GM, teve a sua existência ameaçada. Foi necessário um forte engajamento político por parte de alguns oficiais mais antigos e colaboradores civis junto ao Senado americano, nas décadas de 40 e 50, para salvar a permanência do USMC como Força Armada, evitando assim que fosse incorporado pelo Exército Americano (KRULAK, 1999).

Mais recentemente, apesar de novas correntes indicando que as OpAnf estariam próximas do fim, por conta da ameaça dos mísseis devido à aproximação dos meios navais, novamente, elas provaram sua importância na Guerra das Malvinas (1983) e durante a Operação Tempestade no Deserto (2003). Com a criação de novos meios e a adaptação da concepção de emprego, as OpAnf continuam sendo vitais para diversas Marinhas, tanto considerando o seu uso clássico de projeção de poder quanto as novas ameaças e a sua aplicação frente a outras necessidades.

<sup>1</sup> USMC: Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América.



No Brasil, após 1932, percebe-se claramente a criação gradual dos Grupamentos de Fuzileiros Navais (GptFN) regionais, sob diversas denominações, começando por Ladário e Belém até chegar à configuração atual de um GptFN por Distrito Naval, na década de oitenta. A capacidade anfíbia só começou realmente a ter grande influência para o CFN com o Regulamento de 1950, após a aquisição dos navios-transporte e Embarcações de Desembarque de Viaturas e Pessoal (EDVP). A aquisição de novos meios, as Operações Dragão, a alocação da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) para o Setor Operativo da Marinha do Brasil (MB) e a implantação do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAOCFN) foram outros marcos que impulsionaram o desenvolvimento da doutrina e da destinação do CFN como tropa anfíbia (CANTÍDIO, 1992).

Portanto, tal como no restante do mundo, a vocação anfíbia do CFN sofreu altos e baixos no século XX, compartilhando com a sua outra vocação, a de defesa das instalações navais, navios e portos, o direcionamento dos recursos e prioridades momentâneas. Graças à determinação dos Fuzileiros Navais, tropa de combatentes profissionais, como afirma o Almirante de Esquadra (FN) Luiz Carlos da Silva Cantídio na citação a seguir, a continuidade da evolução operativa culminou na atualidade com a doutrina consolidada e os meios apressados e adequados, dando à MB o núcleo do componente anfíbio que lhe confere expressivo valor estratégico (MONTEIRO, 2010).

O fundamento mais estável dessa concepção de emprego integrado, (...) repousa no fato de que não existe Fuzileiro Naval de primeira e de segunda categorias. Afinal, trata-se de uma tropa de combatentes anfíbios profissionais, com cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento homogêneos e utilizadores dos mesmos meios. (CANTÍDIO, 1992, p. 97)

## Presente

Atualmente, o CFN encontra-se com dificuldades em aprestar seus meios para as técnicas de OpAnf, devido às sérias restrições nos meios navais, que o obrigam a realizar os exercícios que incluem embarque e travessia e posterior Movimento Navio-para-Terra apenas com pequenas forças, no nível Elemento Anfíbio (ElmAnf).

Também vivemos um momento de descaracterização da atividade fim, pela permanência duradoura em operações como as de Manutenção da Paz no Haiti. Certamente, reconhecemos muitas lições aprendidas nessas missões, e, por esse motivo, elas possuem importante valor e não devem deixar de ser aproveitadas.

Outra questão que tem desviado o CFN do seu foco é o emprego em operações subsidiárias, variando entre o apoio a Órgãos de Segurança Pública, seja por insuficiência dos mesmos, seja por ocasião dos grandes eventos, e Ajuda Humanitária, prestada em casos de desastres naturais.

Por último, tem-se falado sobre o emprego conjunto das Forças Armadas do país, o que poderia significar uma mistura nos papéis de cada Força, com a obrigatoriedade de estabelecimento de um Comando Conjunto. Mas tal aplicação do Poder Militar não quer dizer que todas as Forças farão de tudo, mas que elas se complementarão em suas capacidades operacionais.

Sendo assim, cabe ao CFN, no presente momento, participar de todas as atividades acima mencionadas, procurando ganhar experiência, em sintonia com a vida da nação. Porém, é mandatório que mantenha, a todo custo, o foco de seu preparo nas OpAnf, ou seja, naquilo que o caracteriza (PENHA, 2011).

## Futuro

Neste século, à medida que os litorais adquirem maior importância para a humanidade, Forças Militares vão, cada vez mais, utilizar o mar para acesso a essas regiões. Tais movimentos são feitos em meios navais que são, normalmente, escassos, obrigando a uma priorização de meios, pessoal e material a serem embarcados. Para cada tipo de situação a ser enfrentada, determinados equipamentos devem ser utilizados, tal como há a demanda de certas qualificações do pessoal empregado. Portanto, o emprego de Forças Anfíbias será inevitável no futuro e, para facilitá-lo, devem ser considerados alguns cenários possíveis (MELLO, 2011).

O primeiro deles seria a realização de OpAnf no litoral de um Estado soberano, com a sua aquiescência. Tal situação pode ocorrer em porção do território que está fora do controle do governo legal, seja por causa de grupos rebeldes, seja por outros atores não estatais. Naquela região, podem, então, estar ocorrendo uma série de atividades ilegais que implicam na desestabilização da situação, provocando a necessidade de uma intervenção da comunidade internacional, até mesmo a pedido do próprio governo. Tais operações de estabilização ocorrem sob a égide da Organização das Nações Unidas ou de outro organismo multinacional; nestes casos, uma OpAnf poderia ser utilizada para inserir a Força ou, ainda, para realizar Evacuação de Não Combatentes prévia à intervenção.

Outra possibilidade seria a necessidade de uma OpAnf servir de base para uma Operação de Assistência Humanitária, ocorrida em função de longos conflitos, que estejam provocando sofrimento à população, ou de catástrofes naturais. De qualquer maneira, tal força deveria ter capacidade de se defender contra grupos hostis ou controlar a população civil, além de transportar suprimentos e prover apoio médico aos habitantes.

Nestes dois primeiros casos, a utilização do conjugado anfíbio é uma excelente solução, mesmo que a projeção de poder sobre terra aconteça de forma limitada. Para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval relacionadas com a prevenção de conflitos e a mitigação de crises ou, ainda, como resposta a desastres ambientais, foi inserida na minuta da nova Doutrina Básica da Marinha a Projeção Anfíbia, como a quinta modalidade de OpAnf. Ficou, então, criado o amparo doutrinário para o emprego do CFN neste largo espectro de operações militares de não guerra, que terão demanda crescente no futuro (LAGE, 2011).

Uma terceira possibilidade de emprego, menos provável, porém não menos importante, é a Projeção de Poder contra outro Estado, na forma de um conflito tradicional. Embora tal hipótese tenha parecido distante nas últimas décadas, pode tornar-se mais tangível em virtude dos rearranjos geopolíticos com a inserção da China com superpotência e da ampliação da influência dos blocos regionais e suas atuações em intervenções militares. Para tal, a força seria de dimensões bem maiores, com o emprego de todo o espectro possível de meios de Combate e Apoio ao Combate.

Seja no caso de Unidades Anfíbias (UANf) ou ElmAnf nucleados em componentes com destinação humanitária, de evacuação ou de estabilização, seja, ainda, no caso de forças mais robustas como da Brigada Anfíbia (BANf) isolada ou servindo como ponta de lança para desembarques de Forças Terrestres, visualiza-se um futuro com grandes possibilidades de utilização real de tais Forças Anfíbias. Tal emprego poderá consolidar e, ainda, fortalecer o papel do Brasil perante o concerto das nações, corroborando suas aspirações internacionais.

De certa forma, isto já está previsto na Estratégia Nacional de Defesa (END) como uma das tarefas do Poder Naval, a projeção de Poder sobre Terra, quando afirma que, para assegurar sua capacidade de projeção de poder em qualquer lugar do mundo, a Marinha possuirá meios de Fuzileiros Navais em permanente condição de pronto emprego. Tal documento conclui que o Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência (BRASIL, 2012).

Consequência do que foi mencionado, foi autorizado o aumento do efetivo do CFN em um terço, o que estará concluído em 2030. Em paralelo a isso, seguindo a linha de programas de reaparelhamento da MB, foi criado o Programa de Modernização da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro<sup>2</sup> (PROBANF), de foma a garantir

<sup>2</sup> O PROBANF é um programa considerado essencial e estratégico para a MB, especialmente para o CFN. Em consonância com o priorizado na END, o PROBANF visa à aquisição dos meios desenvolvidos e/ou produzidos pela indústria nacional, o que contribui para o aprimoramento da indústria nacional e geração de empregos no Brasil.

fluxo constante de recursos para a aquisição e renovação dos principais meios materiais de uma BANf. Tudo isso mostra que o CFN está se preparando para o provável futuro citado. De acordo com o Almirante de Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro:

O estudo da END apontou a necessidade de o CFN estar pronto, precipuamente, visando contribuir para a defesa da Amazônia Azul. Nossa doutrina deve, portanto, subordinar-se a esse imperativo. Deve valer-se de nossas características e vocações consolidadas para modelar um conjunto de opções de emprego que sejam úteis para a aplicação com credibilidade do Poder Naval no Atlântico Sul. (MONTEIRO, 2010, p. 38)

Analisando o país, seu entorno estratégico e sua política externa, no contexto da citação acima, pode-se concluir que todas essas possibilidades de emprego futuro e toda a preparação que está sendo implementada no CFN estão voltadas para a defesa da Amazônia Azul. Como tudo indica que tal situação realmente terá de se concretizar nas próximas décadas, parece acertado, então, o direcionamento de grande parte dos recursos e dos estudos doutrinários.



Figura 1: Capa do documento que trata do PROBANF  
Fonte: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Em relação às modalidades de OpAnf, supõe-se que ocorrerá o uso de todas elas, as quais poderíamos colocar em ordem de probabilidade da seguinte maneira: Projeção Anfíbia, Demonstração Anfíbia, Incursão Anfíbia, Retirada Anfíbia e Assalto Anfíbio (AssAnf). A despeito disso, o preparo deve levar em conta a de maior dificuldade de execução e impacto para a Força, isto é, o AssAnf, pois se houver meios preparados e integrados para a execução eficaz do mesmo, será fácil estar preparado também para executar as outras modalidades.

## Conclusão

Podemos afirmar que a escolha das OpAnf como Eixo Estruturante do CFN foi fundamental para a sua manutenção e para o seu desenvolvimento no âmbito da MB. Além disso, a OpAnf garantirá a existência da Força Anfíbia cumprindo sua vocação, direcionada para as futuras hipóteses de emprego e mantida como Força específica da nação voltada para projetar poder sobre terra.

Cabe ressaltar que, da mesma maneira, os artigos desta revista sobre os outros dois Eixos Estruturantes também mostram que a GM e os GptOpFuzNav devem ser o foco do CFN. Entretanto, a expertise

na execução das Operações Anfíbias, o modelo de combinar meios de combate, de apoio ao combate e de apoio de serviços ao combate através dos Grupamentos e do seu emprego segundo os preceitos da Guerra de Manobra devem ser aplicados de maneira que eles se complementem mutuamente. Essa sinergia, se conseguida, será o portão de acesso do CFN à modernidade da guerra anfíbia e ao posto de Força Expedicionária Brasileira por excelência.

## Referências

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-O-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012.

CANTÍDIO, Luiz C. S. O Combatente Anfíbio: análise do caso brasileiro. **Revista Combatente Anfíbio**, Rio de Janeiro, 1992.

KRULAK, Victor H. **First to Fight**. Annapolis: Naval Institute Press, 1999.

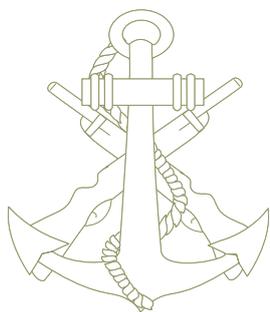
LAGE, Rogério R. Projeção Anfíbia. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, ano X, n. 42, p. 13-16, 2011.

MELLO, Luis M. C. Possíveis cenários para o emprego de Forças Anfíbias no século XXI. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, ano X, n. 42, p. 16-18, 2011.

MONTEIRO, Alvaro A. D. A Próxima Singradura. **O Anfíbio**. Rio de Janeiro, ano XXIX, p. 04 a 65, 2010. Edição extra.

PENHA, Osmar C. Operações Anfíbias: para nós, Fuzileiros Navais, uma questão de identidade. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, ano X, n. 42, p. 11-13, 2011.

RODRIGUES, José Emilio O. O Legado das Operações Anfíbias. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, ano X, n. 42, p. 07-11, 2011.



CT (FN) Daniel Marques Rubin  
rubin@ciasc.mar.mil.br

# Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais: flexibilidade e integração entre os seus componentes

## Introdução

O manual *CGCFN-O-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais*, em sua mais recente edição (2013), prevê três eixos estruturantes, interdependentes e complementares, que são: Guerra de Manobra, Operação Anfíbia e Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Tais eixos direcionam o desenvolvimento da doutrina, material e recursos humanos, balizando, dessa forma, o preparo e o emprego do CFN.

O presente artigo pretende destacar o GptOpFuzNav como um desses eixos estruturantes, detalhando duas características fundamentais desse tipo de organização: a flexibilidade e a integração entre os seus componentes. Tais características, que traduzem por si só a essência do GptOpFuzNav, devem orientar a aquisição e a manutenção do material, a formação e o aperfeiçoamento do pessoal e o desenvolvimento doutrinário responsável por interligar pessoal e material.

## Desenvolvimento

O GptOpFuzNav é uma forma de organização para o emprego de tropa de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes, que agrupa os elementos constitutivos, de acordo com a natureza de suas atividades. (BRASIL, 2013)

O conceito de GptOpFuzNav adotado pelo CFN revela duas características marcantes dessa forma de organização de tropa: flexibilidade e integração.

**FLEXIBILIDADE:** Considerando que o GptOpFuzNav é uma organização constituída para o cumprimento de uma missão específica, podemos deduzir que, para cada missão, a tropa, incluindo os seus meios, é organizada de forma específica, de acordo com os efetivos, material, composição e distribuição que se planejam ser necessários para o seu cumprimento. Tal flexibilidade permite alcançar o balanceamento apropriado de forças entre os componentes do GptOpFuzNav e, até mesmo, a criação ou supressão de algum destes.

Além disso, a organização de tropas em GptOpFuzNav é válida para qualquer ambiente ou nível de violência do conflito. Por exemplo, se determinada missão dá ênfase em ações de combate em ambiente hostil, a força será organizada com preponderância em meios de combate. Já em situação de ajuda humanitária, em um ambiente permissível, é comum ser dada maior ênfase às atividades logísticas e, dessa forma, a força deve ser organizada com preponderância de tropas e meios especializados em logística.

O *CGCFN-O-1* destaca que o conceito organizacional de GptOpFuzNav deve ser considerado complementar aos procedimentos previstos pelo Processo de Planejamento Militar (PPM), não resultando em perda de flexibilidade de escolha da melhor estrutura para o cumprimento das tarefas recebidas.

Em outras palavras, isso significa que, na organização para o emprego de tropa de Fuzileiros Navais, a flexibilidade é tão relevante que, dependendo da situação, se a autoridade que determina o emprego da tropa julgar que o vulto, a complexidade ou a ênfase das tarefas a serem executadas não justificam a reunião de elementos constitutivos sob um mesmo comando, o GptOpFuzNav pode não ser ativado e a tropa de Fu-

zileiros Navais ser organizada de outra forma. É claro que essa situação não é comum e que tal decisão requer plena convicção da autoridade decisora de que a ativação de um GptOpFuzNav é desnecessária.

Analizando brevemente os fatores citados no *CGCFN-O-1* que influenciam a decisão de ativar um GptOpFuzNav, ou seja, vulto, complexidade e ênfase nas tarefas a serem executadas, fica evidente que as operações de maior vulto, complexas e com tarefas diversificadas tendem a sugerir uma organização em forma de GptOpFuzNav. No contrário, operações de pequeno vulto, com um problema militar de simples solução e execução e com tarefas de natureza extremamente específicas, podem sinalizar que a organização de elementos constituintes em um único comando é desnecessária.

É coerente afirmar que se uma tropa está preparada em termos de pessoal, material e doutrina para uma situação de grande vulto e complexa e, ainda, é capaz de desempenhar diversas tarefas distintas, provavelmente ela também estará apta a lidar com situações mais simples. O inverso é mais difícil de ser afirmado. Nesse sentido, o fato de uma força poder optar por uma forma de organização distinta do GptOpFuzNav não tira a importância deste como eixo estruturante para o CFN.

Assim sendo, o desenvolvimento de recursos humanos, material e doutrina devem estar voltados para situações mais complexas, de grande vulto e que demandam uma variedade considerável de tarefas a serem executadas. É nesse ponto que o GptOpFuzNav se interliga com as Operações Anfíbias, considerada por muitos a mais complexa de todas as operações militares.

Cabe ressaltar que uma força, por maior que seja a competência de seus líderes, mais eficiente o seu adestramento e maior a tecnologia dos seus equipamentos, nunca estará totalmente pronta para enfrentar qualquer situação. É natural que cada força tenha a sua vocação, o que irá nortear o seu preparo.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) afirma que o CFN “consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência”, em permanente condição de pronto emprego, com capacidade para atuar em qualquer lugar do mundo, assegurando à Marinha, junto com os meios navais, sua capacidade de projeção de poder. A END lista, ainda, algumas outras tarefas em que o CFN é essencial para o seu cumprimento, tais como: a defesa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras, em operações de paz, humanitárias e no controle das margens em Operações Ribeirinhas.

Para atender a essa ampla diversidade de naturezas de tarefas, participar de operações de pequeno a grande vulto e de soluções, desde as extremamente simples até as mais complexas possíveis, o pessoal deve estar apto a operar organizando-se de maneira distinta, com o material específico e empregando a doutrina coerente para cada situação. De acordo com esse entendimento, o GptOpFuzNav é a forma de organização que confere maior flexibilidade ao CFN.

**INTEGRAÇÃO:** A segunda característica, a integração, está relacionada ao conceito organizacional de componentes. Neste caso, os elementos constitutivos se agrupam de acordo com a natureza das suas atividades e operam de forma interligada a um único comando.

A estrutura básica dos GptOpFuzNav contém os seguintes componentes (ou elementos constitutivos): Componente de Comando (CCmdo), que é representado pelo próprio Comandante do GptOpFuzNav e pelo seu Estado-Maior (EM), bem como por destacamentos que desempenham tarefas relacionadas ao Comando e Controle em proveito do Comando do GptOpFuzNav; Componente de Combate Terrestre (CCT), que concen-

tra os meios de combate e de Apoio ao Combate (ApCmb), necessários à execução das tarefas relacionadas à conquista e à manutenção do terreno, à destruição da coesão mental e à sistêmica do inimigo, bem como outras relacionadas ao controle de áreas terrestres; Componente de Combate Aéreo (CCA), que concentra ou coordena o emprego de meios para o Apoio Antiaéreo (ApAAe), o controle aerotático e a Defesa Antiaérea (DefAAe) do GptOpFuzNav como um todo, além do apoio logístico de aviação; e Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC), que executa as funções logísticas essenciais à operacionalidade dos GptOpFuzNav, excetuadas aquelas atividades específicas de aviação.

A integração no GptOpFuzNav se justifica à medida que o emprego coordenado e sincronizado dos seus componentes gera um efeito sinérgico que aumenta exponencialmente o Poder de Combate (PCmb) da Força.

A doutrina de GptOpFuzNav que o CFN adota é uma adaptação do conceito de *Marine Air-Ground Task Force* (MAGTF) do *United States Marine Corps*<sup>1</sup> (USMC). O próprio nome dado a essa forma de organização da tropa com os seus meios revela a sua essência ao integrar os elementos que combatem no campo de batalha terrestre aos do campo aéreo em uma única Força-Tarefa. É essa combinação de pessoal, meios e doutrina que combatem em terra com os que combatem no ar que gera o efeito sinérgico, multiplicador do PCmb das MAGTF. Dessa forma, é possível que uma força de pequeno vulto, balanceada em componentes integrados entre si e subordinados a um comando único, possua o PCmb necessário ao cumprimento de uma missão inexecutável para uma força superior em números e meios, mas que não opera de forma integrada.

Nesse ponto, a organização da força em GptOpFuzNav complementa-se com a Guerra de Manobra, uma vez que se busca a integração dos meios, ou a combinação de armas, para afetar o oponente nos campos psicológico e físico.

Nesse sentido, um ponto específico ganha relevância para que haja uma maior integração entre os componentes, que é o aprestamento (tropas adestradas para operar com elementos de natureza distintas e material que permite a interoperabilidade entre esses elementos). Nesse ponto, os componentes de um GptOpFuzNav devem trabalhar juntos, em outras palavras, falar a mesma língua. Pessoal, material e doutrina de cada componente não podem operar de modo estanque em seus componentes, apesar de desempenharem tarefas de naturezas distintas. Essa unidade de esforço, através da percepção do todo por parte de cada componente, voltada para uma finalidade específica (o cumprimento da missão), resume o conceito de Batalha Única, que visa a evitar a atuação compartimentada dos componentes de um GptOpFuzNav.

Especialmente sobre o CCA, a doutrina norte-americana explora de forma exaustiva o seu emprego nos diferentes tipos de atividades, especialmente nas atividades de combate. É comum, por exemplo, o emprego do CCA como esforço principal, destinado a cumprir tarefas que materializam a própria missão das MAGTF. Em outras ocasiões, esse componente é empregado para “moldar” o campo de batalha, canalizando o inimigo para regiões onde a sua destruição, pelo CCT, é mais favorável. Em termos práticos, o CCA é encarado pelas MAGTF como uma “peça de manobra”, uma espécie de “CCT do ar”, tamanha a sua importância no desenvolvimento da Batalha Única.

No CFN, por mais que existam diversas iniciativas para fortalecer o CCA, sua influência na multiplicação do PCmb do GptOpFuzNav ainda

<sup>1</sup> USMC: Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América.

está bem aquém se comparado com as MAGTF. Há diversas razões para isso, como, por exemplo, a ausência de aviação orgânica no CFN e a pouca ou nenhuma participação em operações reais que demandem um CCA robusto. Se por um lado o fato do CCA não ser explorado em sua plenitude enfraquece o conceito de GptOpFuzNav, por outro serve de alerta para que o CFN não se acomode em tempos de paz e acabe por negligenciar tal componente.

É claro que a proposta não é a de dimensionar o CFN como o USMC. Entretanto, a experiência norte-americana com as MAGTF traz ensinamentos importantes que podem ser adaptados, sem serem desvirtuados dentro do conceito de GptOpFuzNav. Falar sobre o CCA, treinar com a Força Aeronaval, disseminar a doutrina do ApAe são formas de fortalecer o CCA e, conseqüentemente, o conceito de GptOpFuzNav na sua essência.

Dessa forma, o fato de o GptOpFuzNav ser considerado um dos eixos estruturantes corrobora a importância de existir elementos que executam tarefas distintas, mas que, ao mesmo tempo e principalmente, operam de forma integrada.

## Considerações Finais

A doutrina norte-americana do USMC cita que a MAGTF “é destinada para as ações de combate, apesar de ter a capacidade de prevenir conflitos e controlar crises”<sup>2</sup> (MCDP 1-0). Em outras palavras, o conceito de GptOpFuzNav se adapta melhor aos conflitos de alta intensidade, gerando, muitas vezes, questionamentos sobre sua eficácia em operações militares de não guerra e na execução de tarefas subsidiárias. Por outro lado, tais questionamentos perdem fundamento quando observamos que a flexibilidade com que o conceito deve ser entendido e aplicado permite que determinados componentes sejam suprimidos e outros gerados para melhor cumprir a missão.

Além disso, a organização da tropa em GptOpFuzNav tem gerado boas experiências para o CFN nas recentes operações. Um bom exemplo disso é o emprego dessa organização no Haiti, em Operação Paz. O simples fato de estarem organizadas em GptOpFuzNav permitiu que as tropas do CFN que operam naquele país mudassem de configuração diversas vezes, rapidamente e sem comprometer a missão. É necessário, porém, o desenvolvimento de estudos mais profundos

<sup>2</sup> Tradução nossa.

para mensurar o impacto desse tipo de organização no sucesso que o CFN tem obtido junto à Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) nos últimos anos. Além disso, é certo que a inexistência de um CCA no GptOpFuzNav-HAITI prejudica tal avaliação e minimiza significativamente a característica de integração, que, nesse caso, fica limitada à integração do CCT com o CASC.

Dessa feita, é possível concluir que em relação à organização, ao pessoal, ao material e à doutrina, esses devem estar pautados no conceito de GptOpFuzNav, isto é, em uma organização que confere flexibilidade e integração entre os seus componentes.

## Referências

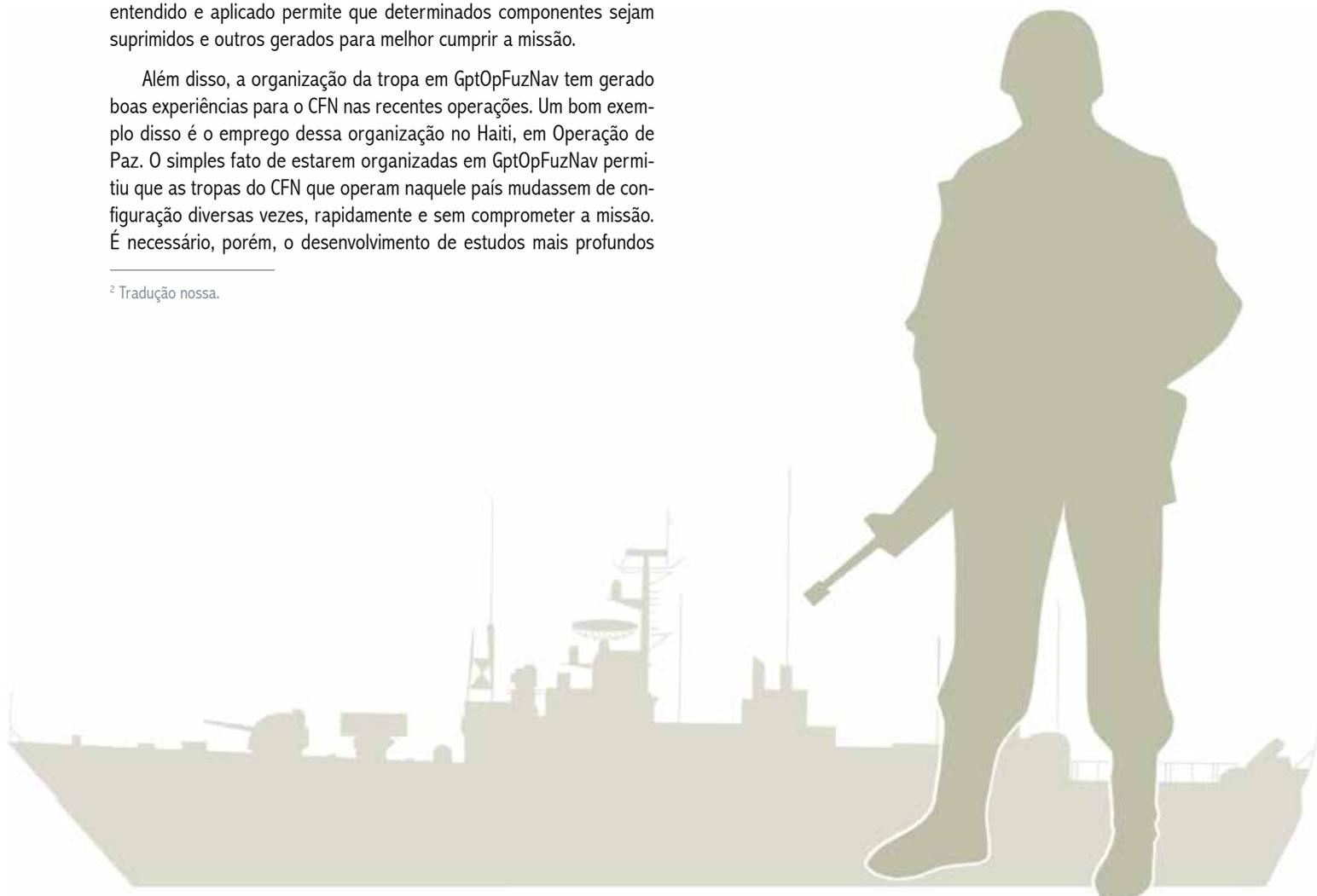
BRASIL. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-0-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2013.

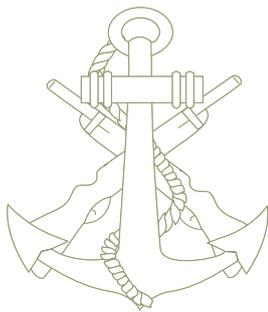
\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2008.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Marine Corps. Department of the Navy. **MCDP 1-0: Marine Corps Operations**. Washington, DC, 2001.

\_\_\_\_\_. Command and Staff College. Warfighting. Marine Air-Ground Task Force Operations: **Lessons 1200-1209**. Washington, DC, 2011.

LIND, William S. **Maneuver Warfare Handbook**. Colorado: Westview Press, 1985.





CF (FN) José **Emílio** de Oliveira Rodrigues  
jemiliorodrigues@globa.com

# É preciso “fazer” Guerra de Manobra

## Introdução

O propósito deste artigo é analisar como o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) vem implementando gradativamente o estilo de guerra conhecido como Guerra de Manobra, bem como a validade da sua adoção como um dos três eixos estruturantes que orientarão o desenvolvimento do CFN nos próximos anos. Para atingir esse propósito, não serão apresentados conceitos básicos sobre esta teoria. O artigo analisará o livro *Manual de Guerra de Manobra* de William S. Lind, um dos muitos estudiosos do assunto, traçando um paralelo entre o que sua obra pontua sobre o tema e o que o CFN vem de fato inserindo em sua doutrina e concepção de emprego.

Cabe ressaltar que a Guerra de Manobra não é uma invenção estadunidense. Ela nada mais é do que uma síntese da evolução do pensamento de vários estudiosos da arte da guerra. Ao longo da história, diversos exércitos de diferentes nacionalidades empregaram com maior ou menor intensidade os conceitos desta forma de guerrear. A *Blitzkrieg* alemã na II Guerra Mundial, o ataque aéreo preventivo israelense na *Guerra dos Seis Dias* e até mesmo o assalto anfíbio britânico na *Guerra das Malvinas* são exemplos clássicos da aplicação dos conceitos de Guerra de Manobra. Ao adotar esta filosofia de combate, o CFN não está copiando o padrão norte-americano de fazer guerra. Ele está empregando o que existe de mais moderno no mundo em termos de arte da guerra.

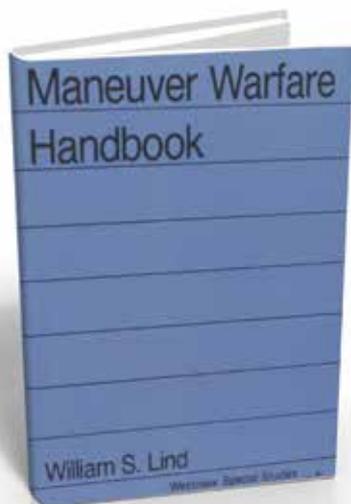


Figura 1: Capa do *Manual de Guerra de Manobra* de William S. Lind  
Fonte: sítio Amazon (www.amazon.com)

## “Falar” x “Fazer” Guerra de Manobra

O grande problema da adoção da teoria de Guerra de Manobra é que sua aplicação prática esbarra em um paradoxo. É muito difícil ensinar alguém como fazer Guerra de Manobra, porque, sim-

plesmente, não existe uma fórmula para ser ensinada ou seguida. Segundo Lind, em um ambiente de guerra, qualquer tipo de padronização deve ser evitado. Caso o inimigo identifique um determinado padrão de conduta, ele será capaz de prever os movimentos do seu oponente, girando seu ciclo de tomada de decisão (Observação – Orientação – Decisão – Ação, ciclo OODA) mais rapidamente. Isso é exatamente o oposto do que se deseja, ou seja, líderes e planejadores “engessados” por procedimentos doutrinários padronizados não conseguem “fazer” Guerra de Manobra.

É em meio a essa situação paradoxal que se encontra o CFN hoje. Nossa Instituição fala sobre Guerra de Manobra, mas ainda está buscando um caminho para efetivamente aplicá-la. Nossa doutrina já aborda conceitos consagrados, tais como: Centro de Gravidade (CG), Vulnerabilidade Crítica (VC), Superfícies e Brechas, além da Intenção do Comandante. Entretanto, na hora de aplicarmos essas ideias nos nossos planejamentos e exercícios, elas acabam sendo relegadas a segundo plano.

Nossos manuais de planejamento, o *EMA-331: Processo de Planejamento Militar* (PPM) e o *CGCFN-50: Manual de Planejamento dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais* (GptOpFuzNav), foram elaborados antes do CFN começar a pensar em Guerra de Manobra. Não existe no nosso PPM uma fase dedicada, por exemplo, à identificação dos prováveis CG / VC das nossas forças e do inimigo. Consequentemente, nossos planejadores normalmente formulam suas Linhas de Ação (LA) ignorando os CG identificados e as VC levantadas.

Além disso, em muitas ocasiões, é planejado o emprego de nossas forças contra as “superfícies” ao invés das brechas e, raramente, as LA espelham o que o Comandante orienta em sua Intenção. Na verdade, o CFN “fala” em Guerra de Manobra, mas ainda planeja um elevado grau de atrição (Guerra de Atrito) em suas ações. Esse fato nos leva a concluir que a gradativa implementação da Guerra de Manobra no CFN demandará cada vez mais uma revisão significativa dos nossos processos de planejamento.

Lind ressalta que o *gap* existente entre o “falar” e o “fazer” Guerra de Manobra torna-se ainda mais confuso quando se leva em consideração os diferentes níveis hierárquicos. Ao contrário do que muitos pensam, a teoria de Guerra de Manobra deve ser incorporada em todos os escalões, ou seja, do Comandante da Força ao Comandante da Esquadra de Tiro. Todos devem pensar, decidir e agir com rapidez, conforme as circunstâncias forem se alterando no campo de batalha, o que explica por que Guerra de Manobra é uma filosofia de combate. Toda a força militar “pensa” e “age” seguindo uma mesma linha de raciocínio.

Essa forma de pensar e agir pode ser resumida em duas palavras: *Adaptar* e *Inovar*. Em um ambiente de guerra, sairá vencedor aquele que melhor se *adapta* de forma *inovadora* às dinâmicas circunstân-

cias que envolvem os campos de batalha. Como estas circunstâncias modificam-se constantemente, essa adaptação não pode ser alcançada com eficiência seguindo fórmulas ou “receitas de bolo”. Assim, a chave para o sucesso reside na atitude dos diversos líderes de todos os escalões. Pensando e agindo com audácia, improvisação e criatividade, tais líderes surpreenderão constantemente seus oponentes, quebrando sua coesão mental.

Além disso, ratificando as ideias de Clausewitz<sup>1</sup> sobre a natureza dos conflitos, Lind deixa claro que a falha humana sempre acontecerá no ambiente de fricção, fluidez e incerteza da guerra. Existe uma tendência para se aplicar no ambiente da guerra, a busca pelo famoso “erro zero”, divulgado pelas modernas teorias administrativas de gestão contemporânea. Seguindo esta linha de pensamento, muitos planos são minuciosamente detalhados e elaborados, valorizando excessivamente o emprego de manobras convencionais que, teoricamente, reduzem os riscos e a probabilidade de insucesso. Planos minuciosamente detalhados são elaborados, e o emprego de manobras convencionais, que teoricamente reduzem os riscos e a probabilidade de insucesso, é priorizado.

Tal tendência é totalmente refutada pela teoria da Guerra de Manobra, pois, para ela, as falhas são consideradas normais e vistas como oportunidades. Assim, uma força militar deve estar pronta para adaptar-se oportunamente às mudanças de situação provocadas pelas falhas que, normalmente, são cometidas pelos dois lados de um conflito, observando, orientando-se, decidindo e agindo com mais rapidez que o seu adversário.

## A Guerra de Manobra e as Operações Anfíbias

“Fazer” Guerra de Manobra é a melhor opção para se “fazer” Operações Anfíbias (OpAnf). A história das OpAnf nada mais é do que uma grande estória de adaptação e inovação. Com certa frequência, as OpAnf sempre foram questionadas quanto à sua exequibilidade e aceitabilidade, principalmente, por causa dos avanços tecnológicos dos meios que negam o uso do mar para projeção de poder sobre terra. Mesmo assim, a doutrina anfíbia continuou evoluindo, adaptando-se às circunstâncias, desenvolvendo novos meios e concepções inovadoras que garantiram sua viabilidade em plena era dos mísseis.



Figura 2: “Força de Fuzileiros da Esquadra - A Força que vem do mar!”  
Fonte: sítio Marinha do Brasil ([www.mar.mil.br](http://www.mar.mil.br))

A complexidade das OpAnf demanda uma tropa que pense e aja de forma diferente dos exércitos. A atuação em largas frentes, a deficiência de informações sobre o inimigo e um apoio logístico vulnerável sujeito às adversidades do mar exigem ações extremamente descentralizadas e alto grau de iniciativa em todos os escalões. Além disso, é comum que a doutrinária superioridade numérica não seja atingida. Neste ambiente operacional, a força bruta superior do adversário pode ser superada com uma espécie de luta inteligente, adaptando-se mais rapidamente às circunstâncias e agindo de forma inovadora para surpreender o inimigo.

Lind dedicou um capítulo inteiro do seu livro às OpAnf. Em sua obra, ele menciona a necessidade de uma profunda reforma da doutrina anfíbia em vigor desde a II Guerra Mundial. Entre suas ideias, destaca-se a substituição das clássicas e fixas Praias de Desembarque por inúmeros pontos de desembarque dispersos pelo litoral, visualizando um grande número de pequenos desembarques simultâneos que devastariam a coesão mental das tropas que estivessem defendendo a costa. Esses diversos desembarques anfíbios teriam a missão inicial de realizar o chamado *Recon-Pull*, identificando as brechas existentes no dispositivo inimigo que seriam utilizadas para a projeção dos demais elementos de uma Força de Desembarque.

Ou seja, Lind visualizou uma grande “Manobra” Navio-para-Terra ao invés do clássico e padronizado “Movimento” Navio-para-Terra (MNT). Uma manobra desta magnitude não poderia ser controlada por objetivos geográficos, Linhas de Cabeça de Praia da Força ou linhas limites. Segundo Lind: “(...) na Guerra de Manobra, o esforço militar não foca o terreno, mas sim o inimigo. Uma vez quebrada a coesão do oponente, o terreno naturalmente cairá em nossas mãos (...)”. O autor acrescenta ainda que tal “Manobra” só seria exequível se fosse guiada pelas Intenções dos Comandantes e orientada pelas *Mission-type orders*, traduzidas para os nossos manuais como *Atribuição de Tarefa por Efeito Desejado*.

Na verdade, o que Lind propõe com suas *Mission-type orders* é que cada subordinado tenha conhecimento do que o seu Comandante quer que seja feito contra o inimigo. Observa-se que o foco é na coesão do inimigo e não na posse de uma porção do terreno. Por exemplo, a clássica ordem aos elementos subordinados “Atacar, conquistar e manter o Obj a (PCot 53)” ignora a vontade própria do inimigo (que pode até mudar de posição) e foca no terreno. Para a Guerra de Manobra, essa ordem deveria ser reescrita, adicionando-se uma espécie de minipropósito. Por exemplo, “Derrotar o inimigo que se encontra nas alturas do PCot 53 a fim de impedi-lo de retardar o avanço de nossas tropas”.

Ao redigir uma ordem segundo a Guerra de Manobra, o subordinado fica sabendo o que o inimigo intenciona fazer naquela situação tática específica e o que o seu Comandante quer que seja feito contra o mesmo. O ciclo OODA do inimigo (como ele está manobrando) é identificado e neutralizado, enquanto o ciclo OODA da força que manobra surpreende-o ao fazer aquilo que ele não quer. Assim, se o inimigo quer retardar no PCot 53, ao marcá-lo como objetivo para ser atacado, conquistado e mantido, uma força estará fazendo exatamente o que o inimigo quer: trocar espaço por tempo. Por outro lado, se o inimigo mudar de posição, procurando outra linha de alturas nas proximidades para retardar o avanço, a ordem simplesmente continua em vigor porque todos os escalões subordinados sabem que têm de manobrar a fim de impedir o retardamento, ou seja, eles entendem claramente o que seu Comandante intenciona fazer contra o inimigo.

A Guerra de Manobra é um estilo de guerra que se encaixa perfeitamente no contexto de uma OpAnf. Entretanto, a doutrina anfíbia atualmente em vigor no CFN não permite que nossos planejadores

<sup>1</sup> Carl Von Clausewitz, nascido no século XVIII, foi um conhecido general do reino da Prússia que se consagrou como estrategista e teórico da arte da guerra.

e executores desempenhem suas funções com tal grau de inovação, flexibilidade mental e liberdade de ação. Na verdade, os conceitos de Guerra de Manobra só estão efetivamente inseridos em nossa doutrina no *CGCFN 0-1 Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais*. Nossos principais manuais de OpAnf e de Operações Terrestres foram formulados antes da adoção deste estilo de guerra pelo CFN. Como as OpAnf foram eleitas como principal eixo estruturante do CFN, torna-se imperativo repensar nossa doutrina anfíbia, inserindo efetivamente os conceitos de Guerra de Manobra.

## A Guerra de Manobra e os GptOpFuzNav

A partir de 1990, paralelamente à gradativa implantação dos conceitos de Guerra de Manobra, o CFN passou a adotar a concepção de emprego por meio de GptOpFuzNav, também selecionado como um eixo estruturante. Da mesma forma que as OpAnf, a adoção dessa forma de emprego se encaixa perfeitamente na aplicação da teoria de Guerra de Manobra. Pode-se afirmar que os Fuzileiros Navais cumprem suas missões utilizando os conceitos de Guerra de Manobra e empregando seus meios sob a forma de GptOpFuzNav.

### Guerra de Manobra - Evolução Doutrinária



Figura 3: Organização do GptOpFuzNav  
Fonte: o autor (2013)

A **FLEXIBILIDADE** e a **VERSATILIDADE** proporcionada por este tipo de organização para o combate permitem a construção de uma estrutura dinâmica e móvel, capaz de moldar-se a qualquer tipo de situação. Exatamente como preceitua a Guerra de Manobra, os GptOpFuzNav conferem ao CFN uma vigorosa capacidade de adaptação e de reação às mutáveis circunstâncias que evoluem nos campos de batalha. Esta concepção permite que nossos meios de combate terrestres, aéreos e logísticos sejam combinados em uma organização balanceada, gradual e capaz de responder prontamente a qualquer mudança de situação, surpreendendo o inimigo.

A própria organização de um GptOpFuzNav em Componentes está dentro da filosofia de Guerra de Manobra. Ao descentralizar a responsabilidade e a execução das ações necessárias ao cumprimento da missão, dividindo o espaço de batalha entre seus Componentes, um Comandante de GptOpFuzNav está dando liberdade de ação para que seus subordinados manobrem com alto grau de iniciativa. Além disso, a eficiência relativa do seu ciclo decisório é ampliada uma vez que ele terá mais tempo para dedicar-se às operações futuras, girando seu ciclo OODA mais rapidamente que o inimigo.

Cabe ressaltar que Lind não menciona nada sobre GptOpFuzNav. Entretanto, ele também apresenta uma proposta de organização alternativa mais eficiente para atender à filosofia de Guerra de Manobra. Por exemplo, ele sugere uma alteração na tradicional organização ternária das Unidades de Infantaria (Companhias, Pelotões, Grupos de Combate e Esquadras de Tiro). Basicamente, o autor propõe que elas sejam organizadas para o combate em dois grupos: um elemento de fixação e um elemento de destruição. Esta ideia faz parte do conceito de armas combinadas, por meio do qual se busca potencializar as possibilidades e minimizar as limitações dos meios disponíveis a fim de destruir a coesão mental do inimigo.

Deste modo, um Grupo de Combate seria dividido em duas grandes Esquadras de Tiro: uma esquadra concentrando todas as armas automáticas (MINIMI) e os lançadores de Granada (M-203), responsável por fixar o inimigo; e uma outra esquadra mais leve composta por militares portando somente fuzis (M-16) para destruir o inimigo. Demonstrando que a filosofia de Guerra de Manobra se aplica a todos os escalões, Lind chega a comentar que um Grupo de Combate deveria provocar um dilema na mente do inimigo, quebrando sua coesão mental. Enquanto as armas automáticas obrigariam o inimigo a aferrar no solo, as granadas dos M-203 forçá-lo-ia a se levantar e procurar um abrigo.

## Conclusão

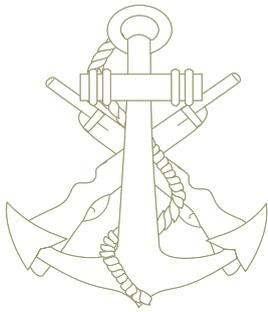
Este artigo procurou analisar como o CFN está implantando a filosofia de Guerra de Manobra, bem como a importância dela ter sido elencada como um dos eixos estruturantes do CFN. Destaca-se a nítida simbiose e complementaridade existente entre os três pilares que nortearão o futuro doutrinário do Corpo. Seguindo os ensinamentos de um dos vários estudiosos da teoria, foi possível verificar que este estilo de condução dos conflitos tem tudo a ver com a nossa razão de ser: as Operações Anfíbias. Da mesma forma, também ficou clara a sintonia existente entre a Guerra de Manobra e o conceito de GptOpFuzNav.

O antigo *CGCFN-1000: Manual de Organização e Emprego de GptOpFuzNav* foi uma espécie de marco inicial da implantação da teoria de Guerra de Manobra no CFN. Publicado em 2003, ele teve o propósito de nortear o preparo e o emprego dos Fuzileiros Navais, servindo de base para todas as demais publicações da série CGCFN. Nos últimos dez anos, falamos muito sobre Guerra de Manobra em nossos cursos, palestras, simpósios e jornadas, mas sua aplicação prática em nossas operações e exercícios ainda tem um longo caminho pela frente. Como filosofia de combate dos Fuzileiros Navais, a compreensão dos conceitos de Guerra de Manobra em todos os escalões crescerá à medida que a teoria for sendo formalizada em nossos manuais e internalizada pelo nosso pessoal nos cursos de carreira.

## Referências

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. *CGCFN-0-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro, 2013.

LIND, William S. *Maneuver Warfare Handbook*. Colorado: Westview Press, 1985.



CF (FN) Osmar da Cunha Penha  
osmcpupe@uol.com.br

# A Guerra de Manobra

Mais difícil do que introduzir uma nova ideia no pensamento militar é conseguir se desfazer da velha. (Liddell Hart)

## Introdução

A Guerra de Manobra (GM) não é algo novo. A história moderna oferece-nos vários exemplos: a campanha do General Jackson durante a Guerra Civil Americana; as táticas de infiltração de Rommel durante a I Guerra Mundial; a *Blitzkrieg* durante a II Guerra Mundial; e os ataques do General Sharon através do Canal de Suez em 1973. Durante décadas, esse assunto tem sido aprofundado por diversos estudiosos da arte da guerra, na busca de se entender a “arte da manobra”. Entretanto, somente a partir de 1980, com os estudos e as teorias de John Boyd<sup>1</sup>, pôde-se estabelecer uma sistematização do que viria a ser chamado de *Teoria da Guerra de Manobra*, cuja aplicação tem sido buscada pelas forças armadas de diversos países, em especial pelos Estados Unidos da América. Apesar de esse assunto ter sido objeto de discussão em várias palestras ministradas no âmbito acadêmico da Marinha do Brasil, somente a primeira edição do então *CGCFN-1000: Manual de Organização e Emprego de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*<sup>2</sup>, lançada em 2003, apresentou os conceitos básicos relativos à GM como elementos da doutrina em vigor no CFN, elegendo-a como o estilo de condução das ações mais conveniente para os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Hoje, a GM compõe um dos eixos da tríade estruturante do CFN rumo à sua visão de futuro.

Muito tem sido discutido, porém pouco colocado em prática no que tange ao preparo do Fuzileiro Naval para a condução das ações com base nos fundamentos da GM, o que requer mudanças doutrinárias, culturais e organizacionais. O presente artigo tem por propósito apresentar uma visão objetiva para tal preparo, com foco na educação (instrução) e no adestramento.

## A Guerra de Manobra

De acordo com a Teoria de Boyd, a palavra *manobra*, na expressão Guerra de Manobra, significa penetrar o ciclo de Observação-Orientação-Decisão-Ação (OODA)<sup>3</sup> inimigo, ou seja, ser, continuamente, mais

rápido que ele em quantos ciclos forem necessários até que sua coesão moral e mental seja quebrada – até que não possa mais lutar, efetivamente, como força organizada. Em algumas situações, esse inimigo poderá entrar em pânico ou tornar-se passivo, o que viria a ser um ótimo resultado para o vencedor, pois nesses casos a resistência tende a ser menor, facilitando sua derrota, com um custo menor para as próprias forças. Em outras situações, o inimigo será forçado a atuar fracionado, ou até individualmente, mas de forma descoordenada, sem coesão de esforços, facilitando, do mesmo jeito, sua derrota. De qualquer forma, em ambas as situações, a essência para a vitória é a mesma: *penetrar o ciclo OODA inimigo*. Entretanto, o que é necessário para que possamos manter tal continuidade de rápidos ciclos OODA? Podemos ressaltar três pontos essenciais<sup>4</sup> para vencer tal desafio:

- Somente forças que atuam descentralizadas são capazes de manter um ciclo OODA mais rápido que seu opositor, pois as decisões são mais facilmente tomadas nos níveis mais baixos. Se os fatos observados necessitam subir na cadeia de comando para que uma orientação seja percebida, de forma a gerar uma decisão a ser transmitida para baixo a fim de ser executada, a tendência é gerar um ciclo OODA lento;
- Não basta às forças, que intencionam conduzir a GM, possuírem a capacidade de operar ou lidar com um ambiente de confusão e desordem. Elas têm de ser capazes de gerar esse tipo de ambiente para o inimigo, por meio da rápida tomada de decisões e da descentralização de suas ações; e
- Todos os padrões, receitas e fórmulas devem ser evitados, de modo que o inimigo não seja capaz de antecipar as ações do oponente. Se as táticas seguem padrões pré-definidos, torna-se muito fácil ao inimigo penetrar nosso ciclo OODA, simplesmente, porque nos tornamos previsíveis.

Se a GM não pode ser aplicada por meio de fórmulas, receitas ou esquemas táticos, como conduzi-la? O primeiro passo é entendermos o significado do termo *tática* no contexto da guerra de manobra: “processo de combinação de dois elementos básicos – técnica e educação – por meio de três pontos de referência – *mission-type orders*, foco do esforço (*schwerpunkt*) e busca pelas superfícies e brechas inimigas – com o objetivo de produzir uma abordagem única para um inimigo, momento e local específicos”. Passemos a análise de tais pontos de referência (ferramentas).

**MISSION-TYPE ORDERS:** Conhecida como *atribuição de tarefa por efeito desejado*, é a chave para a descentralização das ações em busca

<sup>1</sup> Coronel John Boyd (23 de janeiro de 1927 – 09 de março de 1997), piloto de caças da reserva da Força Aérea dos EUA, idealizou o que se chama, hoje, de Ciclo de Boyd ou Ciclo OODA (Observação-Orientação-Decisão-Ação), cujo entendimento é basilar dentro da Guerra de Manobra. John Boyd jamais escreveu um livro, entretanto, para expor sua teoria, realizou uma série de palestras (*A discourse on winning and losing*), entre as quais, a mais importante foi *Patterns of Conflict*, que durou cerca de cinco horas.

<sup>2</sup> Atual *CGCFN-0-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais*.

<sup>3</sup> Um conflito pode ser visto como uma competição no tempo de ciclos de Observação-Orientação-Decisão-Ação. Cada parte neste conflito inicia com a observação da situação. *Observa* a si próprio, ao ambiente que o cerca e ao seu inimigo. Ao observar, busca *orientar-se*, o que significa formar uma imagem mental da situação. Ao se orientar, monta os elementos para sua tomada de decisão. Em seguida, põe em prática sua decisão, ou seja, *executa* as ações necessárias. A partir daí, assumindo que suas ações mudaram a situação, observa novamente, reiniciando o ciclo. Ver figura 1.

<sup>4</sup> Tais conceitos foram apresentados por William S. Lind em sua obra *Maneuver Warfare Handbook* (1985).

da manutenção de um rápido ciclo OODA. Uma *mission-type order* informa ao comandante subordinado “o que” (tarefa => efeito desejado) seu superior quer que seja cumprido (alcançado), deixando-lhe claro “o porquê” do cumprimento da tarefa (efeito desejado mais amplo). A definição do “como” alcançar o efeito desejado fica, inteiramente, a cargo do subordinado. Isso permite a tomada das medidas necessárias ao alcance do que o superior deseja diante das mudanças na situação, incentivando sua iniciativa. Tal fato pressupõe tolerância ao erro pelo superior, uma vez que é melhor a existência de alto grau de iniciativa entre os subordinados, gerando um rápido ciclo OODA, mesmo que o preço seja o cometimento de alguns erros, do que a paralisação ou lentidão pela falta daquele atributo.

**FOCO DO ESFORÇO (SCHWERPUNKT):** Representa a ação decisiva a ser realizada para o cumprimento da missão do Comandante, sendo, normalmente, executada pela unidade ou elemento subordinado que exerce o esforço principal. Quando tal elemento subordinado é designado como esforço principal, todos os demais devem apoiá-lo, inclusive a reserva, que deve ser posicionada de forma a poder explorar um eventual sucesso ou uma oportunidade que surja. Ao se definir o foco do esforço, proporcionamos objetividade às ações, permitindo que uma força, mesmo numericamente inferior, ao explorar, adequadamente, as vulnerabilidades inimigas, possa superar uma outra cujo poder de combate seja superior. Todos os comandantes subordinados devem ter em mente o foco do esforço, o qual, aliado com a correta compreensão da Intenção do Comandante<sup>5</sup> superior e com a *mission-type order* recebida, proporcionará coesão ao conjunto de ações desenvolvidas, mesmo havendo a descentralização necessária à GM.

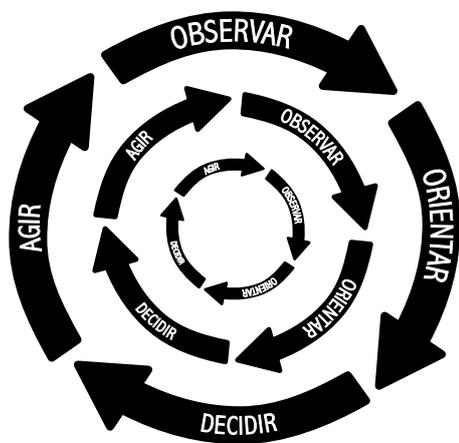


Figura 1: Ciclo OODA  
Fonte: o autor (2010)

**SUPERFÍCIES E BRECHAS:** De forma bem simplória, superfícies são os pontos de força do inimigo e as brechas os pontos de fraqueza. Uma brecha no dispositivo inimigo deve ser o ponto a ser explorado

<sup>5</sup> A expressão “Intenção do Comandante” no contexto da guerra de manobra foi amplamente explorada no número 39 deste periódico, do qual extraímos o seguinte trecho: “a Intenção do Comandante é um dos conceitos centrais da guerra de manobra. É definida na doutrina do *United States Marine Corps* como a articulação clara e concisa pelo Comandante do propósito que está por trás de uma ou mais tarefas atribuídas a um subordinado [...] que orienta o exercício da iniciativa na ausência de instruções. Embora uma situação possa mudar, tornando a tarefa obsoleta, a Intenção do Comandante é mais duradoura e continua a orientar as ações, permitindo aos subordinados o exercício do julgamento e da iniciativa quando há mudança na situação inicial. Ela proporciona flexibilidade ao subordinado na execução do “como”. Mostra-se como a chave para o comando e controle descentralizado, auxiliando na priorização das tarefas e ajudando a unificar os esforços. Desta forma, a elaboração adequada da Intenção do Comandante e a atribuição de tarefas ao subordinado por efeito desejado permitirão a flexibilidade e a iniciativa buscadas na guerra de manobra, fornecendo um enquadramento geral a ser seguido por todos”. O artigo sobre o assunto traz, ainda, alguns exemplos de Intenção do Comandante.

pelo esforço principal, buscando-se, para tal, neutralizar as possíveis influências das posições inimigas (superfícies). Porém, como encontrar tais brechas? Isto é feito por meio da técnica *reconnaissance-pull* ou, simplesmente, *recon-pull* (ações ditadas pelo reconhecimento), a qual é executada por um agressivo reconhecimento, em força ou não, na área de operações. Tal técnica, aliada a uma regulação curta da manobra, permite que sejam detectadas e exploradas as brechas e evitadas as superfícies. Dessa forma, será o reconhecimento que ditará por onde escoar os elementos de manobra, diferentemente do que é praticado hoje (*command-push*), quando os eixos de avanço são selecionados antes do início das operações, e o reconhecimento, praticamente, confirma o dispositivo inimigo e a viabilidade de cumprir o planejado. Quando não são detectadas brechas claras no dispositivo inimigo, pode-se empregar a técnica *recon-push* para abri-la à força, sendo muito empregado o apoio de fogo para tal.

## ○ Preparo do Fuzileiro Naval

Podemos perceber que a GM é uma filosofia de combate e, como tal, está relacionada ao “como pensar”. Deve funcionar como um manto envolvente dos pensamentos, exigindo, para sua aplicação prática, pleno conhecimento dos elementos da natureza e da teoria da guerra, além de excelência nos procedimentos e nas técnicas de combate, individuais e coletivas. Desta forma, o preparo do Fuzileiro Naval para a aplicação desta filosofia engloba dois vieses: a **INSTRUÇÃO** e o **ADESTRAMENTO**.

**A INSTRUÇÃO:** A instrução deve ser responsável pelo entendimento da natureza da guerra e pelo aprendizado do “como pensar”, de forma lógica e criativa, nela e sobre ela. Ela deve transmitir as bases teórica, conceitual e doutrinária necessárias à sua condução, envolvendo como exercícios práticos somente aqueles necessários à assimilação de tais bases. Deve-se ter sempre em mente que o principal papel do contínuo e progressivo processo instrucional é prover líderes pensantes e criativos, e que cada estágio anterior deve preparar para o seguinte. Dessa forma, a instrução deverá ser capaz de transmitir a todas as novas gerações, desde sua fase de formação, uma gama de conhecimentos gerais de modo a caminharem, desde o início, pensando no combate de acordo com a filosofia da GM. As gerações hoje existentes<sup>6</sup>, as quais não foram educadas sob esta filosofia, devem ser forçadas ao contato com seus conceitos por meio de palestras e leitura de artigos publicados, de modo a suavizar o impacto da transição e minimizar resistências culturais. Assim, podemos vislumbrar os seguintes conhecimentos sendo transmitidos às novas gerações de Oficiais e Praças, por meio de aulas teóricas, leituras selecionadas, estudos de caso e exercícios práticos (em especial os de decisão rápida e os de dupla ação), de forma a capacitá-las para a absorção dos aspectos táticos da condução da guerra:

*Elementos do processo de socialização*, tais como: conjunto de valores, legado institucional, espírito de corpo e experiência comum – transmitidos como primeiro estágio na formação;

*Elementos conceituais da natureza da guerra*, tais como: fricção, incerteza, fluidez, desordem (caos), dimensão humana (aqui incluída a importância da liderança), violência e risco, força moral e física, evolução e aspectos de arte e ciência – transmitidos antes ou concomitantemente a qualquer outro aspecto voltado para a especialização do combatente;

<sup>6</sup> O autor entende como “gerações mais antigas de Oficiais e Praças” aquelas instruídas em nossas escolas de formação e centros de instrução antes da publicação da primeira edição do então *CGCFN-1000: Manual de Organização e Emprego de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*, lançada em 2003, a qual apresentou os conceitos básicos relativos à Guerra de Manobra como elementos da doutrina em vigor no CFN, apesar de tal assunto ter sido objeto de discussão em várias palestras ministradas no âmbito do CFN.

*Elementos conceituais da teoria da guerra*, tais como: a guerra como instrumento da política, espectro dos conflitos, níveis de condução da guerra, ofensiva e defensiva, estilos de condução da guerra, poder de combate, concentração e velocidade, ritmo e rapidez, surpresa e ousadia, exploração de oportunidades e vulnerabilidades e aplicação dos conceitos envolvidos na condução da GM (Ciclo OODA, Tarefas por Efeito Desejado, Centro de Gravidade e Vulnerabilidades Críticas, Superfícies e Brechas, Foco do Esforço, Intenção do Comandante, Ações ditadas pelo Reconhecimento e Armas Combinadas) - transmitidos após os elementos conceituais da natureza da guerra.

Da mesma forma, uma gama de conhecimentos de especialização deve continuar a ser transmitida às novas gerações, desde sua fase de formação, de forma a caminharem alinhadas com a filosofia da GM. Entretanto, alguns aspectos de cada especialidade necessitarão de adaptações quanto à forma de emprego de algumas armas, em especial as de apoio de fogo, engenharia, blindados e reconhecimento. Tais mudanças serão fruto de lições aprendidas com a gradual colocação em prática, em nossos adestramentos e exercícios, dos conceitos inerentes à GM. As gerações hoje existentes, as quais não foram educadas por meio desta filosofia, devem ser forçadas ao contato com os novos conceitos ou mudanças surgidas.



Figura 2: Planos e ordens em modelado do terreno  
Fonte: sítio Yahoo ([www.yahoo.com.br](http://www.yahoo.com.br))

**O ADESTRAMENTO:** O adestramento é a aplicação da instrução no mundo real e concreto, o mundo da fricção. É o aprendido por meio do emprego das bases teórica e conceitual fornecidas por essa instrução, estando tal atividade afeta ao setor operativo. Disso decorre a importância do papel dos Comandantes na condução do processo de preparo de cada combatente. “Espera-se que cada Comandante conduza um contínuo programa de educação profissional de seus subordinados, o qual deve incluir o desenvolvimento da capacidade de julgamento e decisão, conhecimentos gerais relativos à profissão e aos aspectos técnicos específicos de cada especialidade. Ferramentas, tais como programas de leituras selecionadas, exercícios em mapas ou terrenos reduzidos, jogos de guerra, estudo de casos de batalhas históricas, jogos de decisão rápida, jogos de dupla ação e estudos táticos do terreno, são extremamente valiosas ao desenvolvimento profissional de cada combatente”<sup>7</sup>.

Os Comandantes em cada escalão devem proporcionar aos subordinados suficiente tempo e liberdade de ação para a condução dos adestramentos necessários ao alcance da eficiência em seu nível, estabelecendo

tão somente o propósito de cada atividade, as metas a serem alcançadas e os indicadores de desempenho, evitando ditar o “como” deverá ser conduzida. Por outro lado, cada combatente deve conscientizar-se da responsabilidade básica de estudar por si só os aspectos inerentes à sua profissão, em especial os relativos à sua especialidade.

Um aspecto de grande importância na condução dos adestramentos é a realização de críticas logo após o fim de cada exercício, de modo que as lições deles decorrentes possam ser colhidas, com vista a possíveis aperfeiçoamentos. Tais críticas devem ser conduzidas em um ambiente de diálogo franco, encorajador e aberto à participação de todos, de forma que as lições aprendidas com os erros possam ser realmente úteis. Tais críticas não devem focar “o que foi feito”, mas, sim, “o porquê”, ou seja, o motivo pelo qual foi tomada aquela decisão e “o que” levou aos resultados decorrentes.

## Conclusão

Tendo em vista a base filosófica da GM, o elemento mais importante da equação para a sua consecução será sempre o homem, muito mais do que qualquer inovação ou aperfeiçoamento técnico-científico e material. A preparação de Oficiais e Praças para a condução da GM irá requerer, desde os momentos iniciais de suas formações, a

absorção dos elementos inerentes à natureza e à teoria da guerra, bem como de seus fundamentos, de forma a ser provocada uma mudança cultural nas novas gerações. Tal fato demandará uma verticalização do ensino, uma vez que tal filosofia de combate alcança todos os níveis hierárquicos no âmbito dos GptOpFuzNav. As gerações mais antigas, não educadas nos fundamentos deste estilo de condução da guerra, devem tentar acreditar em seus benefícios e buscar a atualização pertinente de modo a, com suas experiências de vida, auxiliarem na orientação daquelas novas gerações, diminuindo o hiato provocador de possíveis choques que poderão surgir. Cabe ressaltar que, caso venhamos a proceder de maneira contrária aos elementos inerentes à GM em nosso dia a dia

administrativo, dificilmente conseguiremos aplicá-la em situações reais de emprego operativo ou em combate. Se somos, rotineiramente, centralizadores e microgerenciadores, assim o seremos em situações de emprego real.

Os ambientes operacionais da atualidade, onde prevalecem as chamadas novas ameaças, representam vasto campo de aplicação dos fundamentos da GM, exigindo líderes, tanto em pequenas frações quanto em grandes Unidades, que sejam capazes de identificar e explorar oportunidades com o máximo de iniciativa, de decidir com rapidez e oportunismo face às incertezas reinantes e de correr riscos em prol da liberdade de ação a ser proporcionada aos subordinados. Ferramentas para o alcance de tais requisitos, tais como leituras selecionadas, jogos de guerra, exercícios de dupla ação, exercícios de decisão rápida, entre outros, estão disponíveis, só bastando pequenas adaptações nos currículos dos cursos e iniciativa dos Comandantes de Unidades Operativas para que se tornem uma realidade no nosso dia a dia. Adaptações na doutrina atinentes às técnicas de emprego de algumas armas de apoio poderão ser necessárias, mas isso só será descoberto colocando-se em prática os fundamentos básicos da GM nos exercícios e adestramentos conduzidos pelo setor operativo, de

<sup>7</sup> FMFM 1: *Warfighting*, United States Marine Corps, 1989, p. 50-51.

forma a, com as experiências colhidas, realizarmos as mudanças que se mostrarem necessárias.

A decisão está tomada: a GM constitui um dos três eixos estruturantes que balizam a evolução do CFN rumo à sua visão de futuro, e tal visão engloba o conjugado anfíbio. Cabe a nós, gerações atuais e futuras de Fuzileiros Navais, a responsabilidade por torná-la realidade.

## Referências

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-O-1: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais.** Rio de Janeiro, 2003.

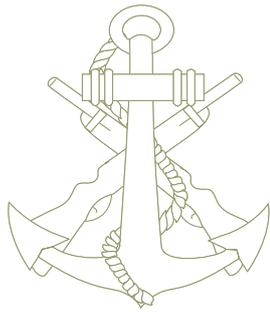
BOYD, John. **A discourse on winning and losing.** Disponível em: <<http://www.ausairpower.net/APA-Boyd-Papers.html>>. Acesso em: 4 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Patterns of conflict.** Disponível em: <<http://www.ausairpower.net/APA-Boyd-Papers.html>>. Acesso em: 4 jul. 2013.

LIND, William S. **Maneuver Warfare Handbook.** Colorado: Westview Press, 1985.

LEONHARD, Robert. **The art of maneuver: maneuver-warfare theory and airland battle.** Novato, CA: Presidio Press, 1991.

PENHA, Osmar da Cunha. A Teoria da Guerra de manobra. **Âncoras e Fuzis,** Rio de Janeiro, nº 41, ano 09, p. 21-24, 2010.



CC (FN) Rafael Pires Ferreira  
[cmterafaelpires@hotmail.com](mailto:cmterafaelpires@hotmail.com)

# Sistema Astros CFN

## Introdução

Em 09 de dezembro de 2011, a Marinha do Brasil celebrou contrato com a AVIBRAS Divisão Aérea e Naval S.A. para aquisição do Sistema ASTROS II (Artillery S<sub>a</sub>turation R<sub>ocket</sub> System), composto por uma Bateria de Lançadores Múltiplos de Foguetes (Bia LMF), simuladores para adestramento, munições, contêineres-lançadores e suporte logístico.

O Sistema ASTROS II foi desenvolvido pela AVIBRAS para responder, de forma confiável, às solicitações ativas dos modernos conceitos de guerra móvel, caracterizada por alvos móveis e dispersos, exigindo um poder de fogo rápido, preciso e maciço.

Inicialmente, grande parte do projeto foi financiado pelo Governo Iraquiano, quando este entrou em guerra contra o Irã. Posteriormente, outros países como Arábia Saudita, Indonésia, Malásia e Qatar também adquiriram o Sistema, assim como o Exército Brasileiro no início da década de 90. O ASTROS II foi amplamente utilizado com sucesso nas guerras do Golfo.

Durante o conflito entre Irã e Iraque (1988), o ASTROS II foi empregado pelo Exército Iraquiano na reconquista da Península de Fao. Na Operação Tempestade no Deserto<sup>1</sup> (1990-1991), o Sistema da Arábia Saudita foi responsável pela reconquista da região ao norte de seu território, apoiando a penetração no Kuwait.

Os norte-americanos tinham como uma das suas prioridades destruir as Bia LMF ASTROS usadas pelo Iraque, tal o respeito pelo potencial que esse sistema tinha em causar danos às forças da coalizão.

No âmbito do mercado internacional, o ASTROS II é o mais conhecido sistema de armas fabricado no Brasil. Além de aprofundar o combate, ampliando o alcance da artilharia de campanha, o Sistema é dotado de grande mobilidade e elevado poder de fogo. De acordo com dados do fabricante, 6 lançadoras do Sistema ASTROS II equivale ao poder de fogo de 90 obuseiros 155 mm.

<sup>1</sup> A Operação Tempestade no Deserto ocorreu no período de agosto de 1990 a fevereiro de 1991.



Figura 1: Tiro do ASTROS II em Formosa-GO

Fonte: sítio Interativa ao Vivo ([www.interativa87.net](http://www.interativa87.net))

## A Bateria de Lançadores Múltiplos de Foguetes do CFN

A Bia LMF adquirida para o CFN é da versão MK6 já projetada para operar com o Missil Tático de Cruzeiro AV-TM 300 do projeto ASTROS 2020. É composta por seis Viaturas Lançadoras Múltiplas Universais (AV-LMU), três Viaturas Remuniadoras (AV-RMD), uma Viatura Posto Meteorológico (AV-MET) e uma Viatura Posto de Comando e Controle (AV-PCC). Possui a capacidade de, em curto espaço de tempo, desencadear uma grande massa de fogos, entrar e sair de posição rapidamente, deslocar-se com rapidez e utilizar foguetes de elevado alcance.

A AV-LMU lança os foguetes do Sistema ASTROS II de três diferentes calibres (e um subcalibre de treinamento). Dependendo do calibre do foguete, cada AV-LMU pode lançar, sem recarregar, 32 foguetes AV-SS-30 (4 contêineres-lançadores com 8 foguetes, sendo cada um de 127 mm), 16 foguetes AV-SS-40 (4 contêineres-lançadores com 4 foguetes, sendo cada um de 177 mm) ou 4 foguetes AV-SS-60 / AV-SS-80 (4 contêineres-lançadores com 1 foguete, sendo cada um de 300 mm). O foguete de treinamento AV-SS-09 TS também pode ser lançado da AV-LMU utilizando-se contêiner-lançador reutilizável apropriado com 8 foguetes cada de 70 mm.

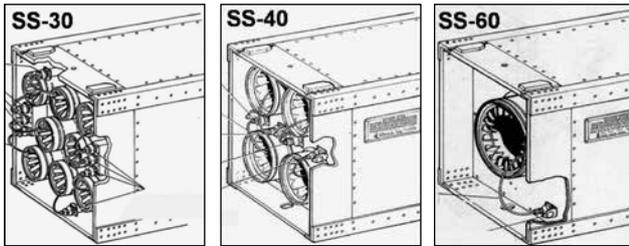


Figura 2: Contêineres-Lançadores

Fonte: extrato dos Manuais Técnicos dos Foguetes AV-SS-30, AV-SS-40 e AV-SS-60 da AVIBRAS

A AV-LMU também possui um Sistema de Navegação composto por três receptores GPS: um associado ao Navegador Inercial, o segundo de *backup* e o terceiro de alta precisão com estação RTK (*Real Time Kinematic*), sendo possível determinar o posicionamento preciso da AV-LMU, na posição de tiro, com relação a AV-PCC.

O foguete AV-SS-30 possui cabeça de guerra do tipo autoexplosiva, sendo projetada para a fragmentação do seu corpo em estilhaços. Associado ao seu efeito de sopro, seu emprego é caracterizado como sendo antipessoal ou contra material não blindado. Seu alcance nominal varia de 9.800 a 39.200 m ao nível do mar.

Já os foguetes AV-SS-40, AV-SS-60 e AV-SS-80 possuem cabeça múltipla, transportando submunições de 70 mm que, quando ejetadas, cobrem uma vasta área do terreno e produzem um efeito antipessoal e contra material blindado eficaz.

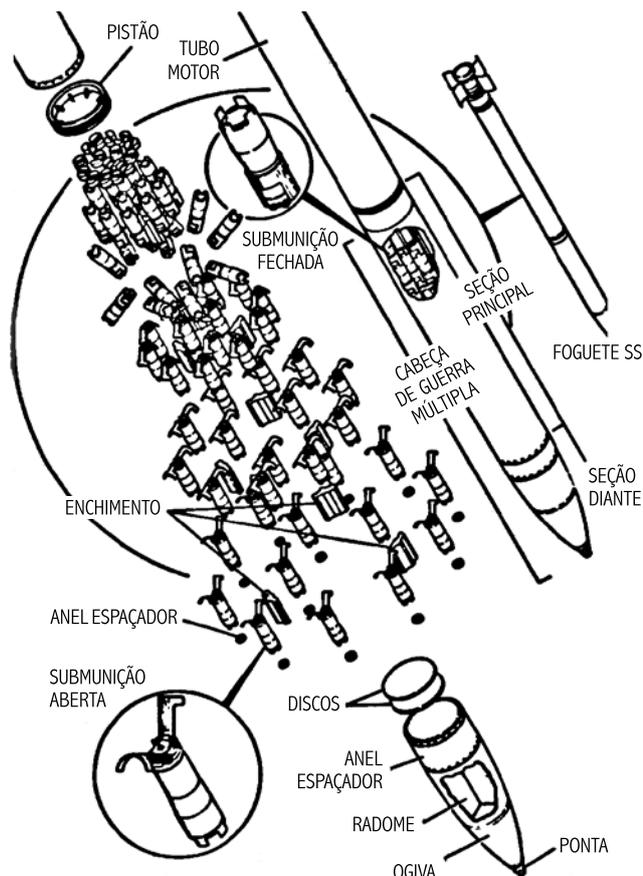


Figura 3: Funcionamento da cabeça múltipla do AV-SS-40, AV-SS-60 e AV-SS-80

Fonte: Manual Técnico do Foguete AV-SS-60 da AVIBRAS

O AV-SS-40 transporta 20 submunições e seu alcance nominal varia de 16.600 a 33.600 m ao nível do mar; o AV-SS-60 transporta 65 submunições e seu alcance nominal varia de 23.200 a 70.400 m ao nível do mar; e o AV-SS-80 transporta 52 submunições e seu alcance nominal varia de 22.900 a 81.000 m ao nível do mar. Por

ter a mesma estrutura do AV-SS-60, o AV-SS-80 transporta uma quantidade menor de submunições de modo a liberar mais espaço para o comburente sólido do motor foguete, ampliando seu alcance. Além disso, duas submunições do AV-SS-60 e do AV-SS-80 são modificadas, permitindo que esses foguetes possam ser utilizados como autoexplosivos (percutente).

A AV-RMD é um veículo projetado para transportar, em qualquer terreno, até oito contêineres-lançadores de foguetes do sistema ASTROS II e é equipado com um guindaste para realizar as operações de remunição.

A AV-MET realiza o levantamento meteorológico, fornecendo boletins meteorológicos utilizados no cálculo de tiro tanto da artilharia de tubo (METB3) quanto da artilharia de foguetes (METCM), com o objetivo de aumentar a precisão do tiro.

A AV-PCC possui equipamentos específicos de computação, comunicação, sensoriamento meteorológico e posicionamento GPS de precisão. Possui um Computador Tático que permite a manipulação de cartas e imagens de satélite para planejamento da operação, bem como a realização da análise da missão e do cálculo do tiro. Também possui um Terminal Digital de Mensagens para controlar e organizar as comunicações de médio e longo alcance.

## Projeto ASTROS 2020: Míssil Tático de Cruzeiro AV-TM 300 e Foguete Guiado AV-SS-40 G

Encontra-se em desenvolvimento pela AVIBRAS o Projeto Estratégico ASTROS 2020, o qual possibilitará o emprego do Míssil Tático de Cruzeiro AV-TM 300 a partir das lançadoras da Bia LMF (versões MK5 e MK6).

O Míssil Tático AV-TM 300 é um Míssil de Cruzeiro Solo-Solo com capacidade de levar uma carga bélica convencional de 200 kg a uma distância que varia de 30 a 300 km, com precisão melhor que 30 m. É um vetor com capacidade de atingir alvos de alto valor estratégico-operacional localizados em grande profundidade, com alta precisão e baixa dispersão, reduzindo a possibilidade de danos colaterais e aumentando significativamente a eficácia das missões de tiro.

Depois de realizado o disparo, o míssil não necessita mais da interferência humana para acertar o alvo, sendo assim considerado uma munição inteligente do tipo *fire-and-forget*.

Sua cabeça de guerra poderá ser do tipo autoexplosiva, com 109 kg de PBX, ou do tipo cabeça múltipla, com 66 submunições de 70 mm.

Suas principais características preliminares são as seguintes:

Comprimento	5.480 mm
Diâmetro	450 mm
Envergadura da asa	1.250 mm
Peso total de decolagem	1.100 kgf
Massa da Cabeça de Guerra (total)	200 kg
Velocidade nominal em cruzeiro	290 m/s
Altura mínima em cruzeiro	200 m
Altura máxima em cruzeiro	800 m
Altitude máxima de lançamento	3.000 m
Teto de voo	3.350 m (11.000 ft)
Alcance operacional máximo	300 km
Alcance operacional mínimo	30 km
Precisão (CEP)	< 30 m
Mísseis por LMU	2

Quadro 1: Principais características do míssil AV-TM 300

Fonte: o autor (2013)

A navegação do AV-TM 300, que utiliza apenas a constelação NAVSTAR, é feita pela combinação do sistema de navegação inercial (INS - *Inertial Navigation System*) com o sistema de posicionamento global (GPS - *Global Positioning System*).

O míssil faz o acompanhamento do terreno com um sensor eletrônico e um rádio altímetro, corrigindo o curso em conformidade com a trajetória e as alturas de voo pré-planejadas (informações armazenadas a bordo).

Embora haja a possibilidade do pré-estabelecimento de pontos a serem percorridos pelo míssil antes de atingir o alvo (*waypoints*), ainda não será possível enviar uma nova rota para o míssil após o seu disparo, quando já em voo.

Para que o míssil AV-TM 300 seja utilizado pela Bia LMF CFN, será necessária a aquisição de uma Unidade de Apoio em Solo (AV-UAS). A AV-UAS seguirá as mesmas características da família de veículos do sistema ASTROS II, com a tarefa de executar atividades de teste, diagnóstico e de preparo do míssil para uso. Além disso, o Computador Tático da AV-PCC receberá um novo *software* de gerenciamento de voo e de navegação, guiamento e controle do míssil.



Figura 4: AV-UAS

Fonte: apresentação do Projeto ASTROS 2020 da AVIBRAS no Estágio de Organização, Preparo e Emprego do Sistema ASTROS II para Oficiais Superiores (2013)

O contêiner-lançador do míssil será maior (equivalente a dois contêineres-lançadores de foguete) e deverá possuir janelas que permitam o acesso ao míssil para execução de inspeções, abastecimento e drenagem de combustível.

Também faz parte do Projeto ASTROS 2020 o desenvolvimento de um Sistema Autônomo de Controle de Voo para Posicionamento, Navegação, Controle e Guiamento do foguete AV-SS-40, usando sensores de giro de baixo custo e alta precisão e sistema de navegação que suporte a dinâmica de foguetes de porte médio.

As principais vantagens a serem obtidas com esse Sistema são a redução de danos colaterais, a possibilidade de salva efetiva direta (sem ajustagem) e a redução da quantidade de veículos e de foguetes necessários para se obter o mesmo efeito. O objetivo é reduzir o tamanho da área batida (*footprint*) necessária para bater o alvo, quando o uso de mísseis guiados for economicamente proibitivo ou

onde a dispersão dos foguetes balísticos é indesejada. Com o novo sistema de guiamento, espera-se reduzir a 1/4 o número de foguetes necessários para obter o mesmo efeito (grau de saturação) provocado pela versão não guiada do foguete.

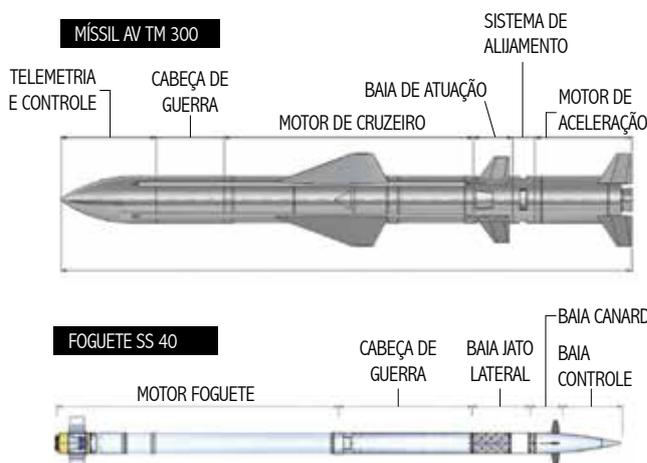


Figura 5: Míssil Tático AV-TM 300 e Foguete Guiado AV-SS-40G

Fonte: fórum AVIBRAS lança o novo ASTROS II (<http://defesa.forums-free.com/avibras-lanca-o-novo-astros-ii-t38s370.html>)

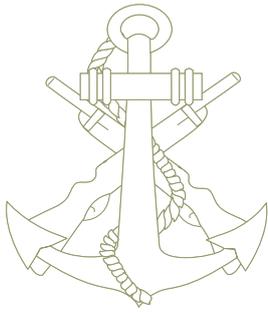
Esse desenvolvimento atende ao Programa Espacial Brasileiro e às Forças Armadas, permitindo desdobramentos para outros sistemas guiados. O emprego de foguetes guiados no Sistema ASTROS criará um importante diferencial tecnológico, principalmente ao se considerar a inovação no mercado de um sistema de artilharia com a precisão e o alcance que se pretende atingir com esse desenvolvimento.

O grande benefício para a Artilharia do CFN é poder contar com uma munição de precisão, aprofundando em muito o seu apoio de fogo, e com uma arma de dissuasão estratégica. O simples conhecimento de que uma nação possui mísseis táticos de cruzeiro já é suficiente para dissuadir um inimigo de realizar qualquer tipo de ação hostil.

## Conclusão

O Sistema ASTROS é referência mundial em sua classe, por sua grande mobilidade e capacidade de lançar foguetes e mísseis de diferentes calibres a distâncias entre 9 e 300 km. É considerado como um sistema estratégico e de dissuasão e, ainda, incorpora os avanços tecnológicos e a experiência de atuação em duas guerras. Combina a versatilidade de vários tipos de foguetes para alcances diversos (com ogivas únicas e múltiplas) com a capacidade de rápidos movimentos em qualquer tipo de terreno.

A Bia LMF é uma arma de emprego tático-estratégico e constitui a subunidade de maior poder de fogo do Brasil. Assim como grandes potências militares, tais como China, Rússia, Estados Unidos, Israel, entre outras, o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil contará com uma arma de grande flexibilidade e alto poder de fogo, propiciando ao Comandante da Força mais um meio de intervir no combate.



1T (FN) Rodrigo Marques da Silva Gonçalves  
marques.goncalves@btllog.mar.mil.br

# Fuzileiros Navais nas missões de paz de caráter naval: o caso UNIFIL

## Heranças da Brigada Real da Marinha de 1808

*(...) devendo ser próprias, particularmente, para defenderem as embarcações de guerra e para fazerem algum ataque (...)*

Trecho do alvará de criação da Brigada Real da Marinha

Em 28 de agosto de 1797, D. Maria I de Portugal, por meio de um alvará, decidiu criar a Brigada Real da Marinha, composta por “artilheiros marinheiros, fuzileiros marinheiros, artífices e lastradores marinheiros”. Vislumbrava-se, então, a criação de uma tropa profissional capaz de ser transportada em meios navais, executar atividades de segurança de instalações navais e embarcações e ser projetada a fim de realizar operações de caráter terrestre. O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) originou-se dessa Brigada, cujos componentes aportaram no Rio de Janeiro em 7 de março de 1808, guarnecendo as naus utilizadas para transmigrar a Família Real e a corte portuguesa, em decorrência das guerras napoleônicas.

Semelhante às atividades realizadas por aqueles combatentes anfíbios de outrora, um Destacamento de Fuzileiros Navais embarcou na Fragata União, primeiro navio da Marinha do Brasil incorporado à Força-Tarefa Marítima da *United Nations Interim Force in Lebanon*<sup>1</sup> (UNIFIL). Com tarefas que confirmam as vocações consolidadas ao longo de nossa história, o CFN contribuiu de modo bastante pertinente não só de acordo com o preconizado em sua doutrina, mas também como meio de confirmar seu *status* de parcela intrínseca e indissociável do Poder Naval.



Figura 1: Brigada Real da Marinha na chegada da Família Real no Brasil  
Fonte: O Anfíbio (2008)

<sup>1</sup> UNIFIL: Força Interina das Nações Unidas no Líbano.

## Líbano: um quadro pintado a várias mãos

*Pobre nação dividida em fragmentos, em que cada fragmento se julga uma nação.*

Khalil Gibran, *O jardim do profeta*

Entre os países do Oriente Médio, o Líbano talvez seja aquele com a composição etnorreligiosa mais complexa de todos. Pode-se encontrar as origens de tamanha diversidade cultural e de crenças na ocupação desta região por diversos povos ao longo de sua história. Os fenícios, primeiros habitantes da “terra dos cedros”<sup>2</sup>, por si só não possuíam uma identidade nacional que os fizessem parte de um estado coeso. Várias cidades do atual Líbano como Tiro, Biblos, Sidon e Beirute já existiam, porém eram cidades muradas independentes e que se relacionavam somente por meio do comércio, principalmente o marítimo.

Esta falta de coesão na região talvez tenha sido um dos facilitadores para os diversos períodos de dominação e consequentes acréscimos de marcas culturais. A partir de 1200 a.C., sucederam-se os assírios, babilônios, persas, romanos, bizantinos, otomanos e franceses.

Hoje, o Líbano é um país com aproximadamente 10.450 km<sup>2</sup> e sua população de 3.8 milhões de habitantes é quase igualmente dividida entre muçulmanos e cristãos. A grande diferença se faz no ponto em que esses dois grupos religiosos também se subdividem entre sunitas, xiitas, drusos, alauítas, maronitas, ortodoxos e católicos. Tal diversidade religiosa foi fator gerador de conflitos civis e atualmente exerce grande influência na composição político-administrativa do país através do “confessionalismo manifesto”. Sob a forma de uma República Parlamentarista, o poder é partilhado entre os grupos religiosos majoritários, de forma que: o cargo de Presidente da República é sempre destinado a um cristão maronita; o de Primeiro-Ministro a um sunita; e o de Presidente do parlamento a um xiita. Mesmo para a distribuição de outros cargos do governo, é levada em consideração a crença para suas indicações. A instabilidade característica na região também é motivada por diversos outros fatores como os cons-

<sup>2</sup> *Cedrus libani*, conhecido como cedro do Líbano, é uma árvore imponente, nativa das montanhas da região mediterrânea, como Líbano, Síria Ocidental, Turquia centro-meridional e Chipre. O cedro é o símbolo nacional libanês, ostentado, inclusive, na bandeira nacional. Foi ainda o símbolo da Revolução dos Cedros (2005), além de ser adotado como insígnia de diversos partidos políticos do Líbano. Está também no brasão da Igreja Maronita, vertente da Igreja Católica libanesa. No Líbano e na Turquia é abundante principalmente em altitudes entre 1.000 e 2.000 m, onde constitui florestas puras ou mistas.

# LÍBANO

## (Principais Características)

### DADOS PRINCIPAIS

Área:	10.400 km <sup>2</sup>
Capital:	Beirute
População:	4.2 milhões de habitantes (2008)
Moeda:	libra libanesa
Nome Oficial:	República Libanesa
Nacionalidade:	libanês
Data Nacional:	22 de novembro (Dia da Independência)
Governo:	República Parlamentarista



### GEOGRAFIA

Localização:	Oeste da Ásia
Cidade Principais:	Beirute, Zahlah, Tripoli, Sayda e Tyr
Densidade Demográfica:	404 hab./ km <sup>2</sup>
Fuso Horário:	+ 5h
Clima:	Mediterrânico

### DADOS CULTURAIS E SOCIAIS

Composição da População:	árabes libaneses 81%, árabes sírios 16,5%, árabes palestinos 1,5%, curdos e armênios 1%
Idioma:	árabe (oficial), francês, curdo e armênio
Religião:	islamismo 56,5%, cristianismo 36,3% (católicos 25,2%, ortodoxos 11,6%, protestantes 0,5%) e drusos 7,2%
IDH:	0,739 (2011)



### ECONOMIA

Produtos Agrícolas:	frutas cítricas, uva, tomate, batata, tomate e tabaco
Pecuária:	bovinos, caprinos, ovinos, aves
Mineração:	minério de ferro e linhito
Indústria:	construção, cimento, joias, tecidos, produtos químicos e metalurgia
PIB:	US\$ 39.25 bilhões (estimativa 2010)
Renda per capita:	US\$ 14.400 (estimativa 2010)
Força de trabalho:	1.48 milhão de trabalhadores



Figura 2: Principais características do Líbano

Fonte: sítio Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADbano>)

tantes incidentes na fronteira com Israel, a presença dos campos de refugiados palestinos, a influência exercida por Síria e Irã e a existência de grupos armados, tais como: Fatah, Hamas e, principalmente, o Hezbollah, que hoje é um partido político oficializado e conta com a simpatia de grande parte da população.



Figura 3: Da esquerda para direita: Hassan Nasrallah (líder do Hezbollah), Bashar al-Assad (presidente da Síria) e Mahmoud Ahmadinejad (ex-presidente do Irã).  
Fonte: sítio Alakhbar (<http://english.al-akhbar.com/node/1277>)

## A UNIFIL

Na noite de 14 de março de 1978, Forças de Israel invadiram o sul do Líbano em resposta aos constantes ataques reivindicados pelos integrantes da Organização para Libertação da Palestina (OLP). Atendendo às solicitações do governo libanês, que alegava não ter nenhum envolvimento nas ações praticadas pelos grupos armados palestinos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu as resoluções 425 (1978) e 426 (1978) em 19 de março, que estabeleciam um cessar-fogo e a retirada imediata das Forças Armadas Israelenses de todo o território do Líbano. Decidiu também quanto ao estabelecimento da UNIFIL, cujas tarefas eram as seguintes: confirmar a retirada das forças israelenses; restabelecer a paz e a segurança internacionais; e auxiliar o governo do Líbano em garantir o retorno da sua efetiva autoridade na área. As primeiras tropas da UNIFIL chegaram em território libanês em 23 de março de 1978.

Em junho de 1982, Israel invadiu novamente o Líbano, chegando até Beirute. Durante três anos, a UNIFIL manteve suas atividades limitadas à proteção da população local e ao fornecimento de ajuda humanitária. Em 1985, as Forças Israelenses realizaram a desocupação parcial do território libanês, mantendo o controle de uma área no sul do Líbano juntamente com a milícia autodenominada Exército do Sul do Líbano (ESL), composta por dissidentes das Forças Armadas Libanesas e, majoritariamente, por cristãos maronitas. O ESL, comandado pelo General Saad Haddad, foi ostensivamente patrocinado por Israel e realizava constantes ataques contra a Força de Paz.

Em 16 de maio de 2000, após repetidas tentativas de persuadir Israel a deixar as áreas ocupadas, o Secretário-Geral da ONU recebeu uma notificação anunciando a retirada das forças israelenses do território libanês.

Até 2006, apesar de alguns incidentes nas proximidades da chamada *Blue Line*<sup>3</sup> e de violações do espaço aéreo e marítimo, a situação mantinha-se relativamente calma. Porém, em julho daquele ano, integrantes do Hezbollah lançaram foguetes contra Israel, atravessaram a fronteira, sequestraram e assassinaram soldados israelenses. Tais eventos motivaram uma represália considerada

<sup>3</sup> A Área de Operações Terrestre da UNIFIL é demarcada ao norte pelo Rio Litani e ao sul pela *Blue Line*, fronteira entre Líbano e Israel.

desproporcional por grande parte da opinião pública, visto que as forças israelenses realizaram intensos bombardeios sobre o Líbano, causando a morte de inúmeros civis.



Figura 4: Rio Litani ao norte e *Blue Line* ao sul  
Fonte: sítio Wikipédia ([http://en.wikipedia.org/wiki/Blue\\_Line\\_\(Lebanon\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Blue_Line_(Lebanon)))

Em 11 de agosto de 2006, após constantes negociações, o Conselho de Segurança emitiu a Resolução 1701 (2006), que estabelecia a cessação das hostilidades pelas partes envolvidas. O efetivo da UNIFIL, então composto por 2.000 militares, sofreu um acréscimo de 13.000 capacetes azuis.

Outra mudança significativa foi a decisão de, pela primeira vez, incluir uma Força-Tarefa Marítima em uma Missão de Paz da Organização das Nações Unidas.

## A Força-Tarefa Marítima

A Força-Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL foi criada mediante solicitação do Primeiro-Ministro libanês, Fouad Siniora, em setembro de 2006, ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Com o propósito principal de auxiliar a Marinha libanesa a impedir a entrada de armamento não autorizado por vias marítimas, a FTM é composta atualmente por nove navios de seis bandeiras distintas, sendo três da Alemanha, dois de Bangladesh, um do Brasil, um da Turquia, um da Indonésia e um da Grécia. Em fevereiro de 2011, o então Contra-Almirante Luis Henrique Caroli assumiu o comando da Força, passando o Estado-Maior a ser integrado em sua maioria por oficiais e praças da Marinha do Brasil. Com a finalidade de tornar-se o capitânia, a Fragata União incorporou-se à FTM em novembro do mesmo ano, dando maior capacidade de comando e controle aos militares do Estado-Maior e conferindo ao Brasil maior notoriedade no âmbito da ONU e no cenário internacional.

A Área de Operações Marítima<sup>4</sup> (AMO) estende-se por toda a costa libanesa e seu limite exterior localiza-se a aproximadamente 45 milhas náuticas de terra. Os navios da FTM, posicionados em quatro zonas diferentes, realizam atividades de Interdição Marítima<sup>5</sup> (MIO). A

<sup>4</sup> AMO: *Area of Maritime Operations* - seus limites norte e sul coincidem respectivamente com o prolongamento das fronteiras terrestres com a Síria e Israel. Exceção se faz no limite sul, visto que foi demarcada uma linha por boias (*buoy line*), onde a Marinha israelense mantém a presença de navios militares a fim de negar o uso dessa área por qualquer outra embarcação.

<sup>5</sup> A Doutrina Básica da Marinha não contempla as Operações de Interdição Marítima (*Maritime Interdiction Operations-MIO*), no entanto, navios da Marinha do Brasil, incorporados a forças multinacionais, seja em exercícios conjuntos, seja no caso da UNIFIL, realizam este tipo de Operação. De acordo com a Publicação ATP-71 da NATO, engloba medidas de interceptação por via marítima do movimento de certos itens para dentro ou fora de uma nação ou área específica. As MIO, normalmente, restringem-se à interceptação e, se necessário, ao apresamento dos navios para verificar, redirecionar ou apreender suas cargas em proveito da aplicação de sanções econômicas ou militares.



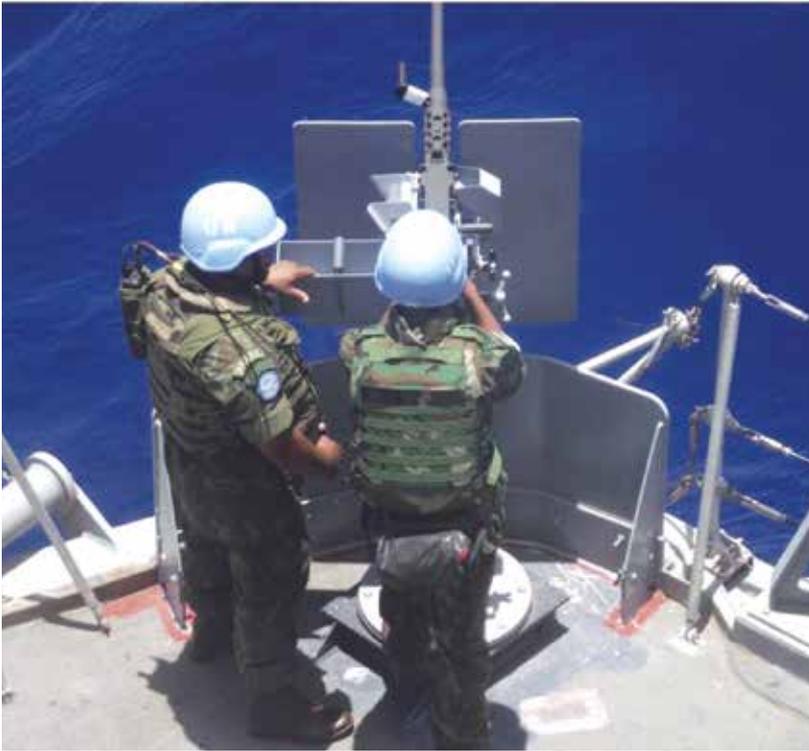


Figura 8: Operadores da Mtr 12,7 mm no “convés-chaff”  
Fonte: o autor (2012)

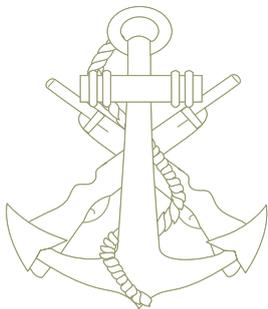
Quando em terra, o DstFN provia a escolta dos deslocamentos motorizados dos militares do Estado-Maior da FTM, principalmente nos itinerários compreendidos entre Beirute e Naqoura, cidade no sul do Líbano, onde se localiza o quartel-general do *Force Commander*.

## Referências

1808: o histórico desembarque. *O Anfibio*, Rio de Janeiro, n. 26, ano XXVII. Ed. Especial 2008.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Básica da Marinha**. Brasília, DF, 2004.

POGGIO, Guilherme. **Fragata ‘União’ novamente rumo ao Líbano**. Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/tag/fragata-uniao-f-45/#axzz2eLAIKkOP>. Acesso em: 25 ago. 2013.



CT (FN) Marco Antonio Nepomuceno da Costa Filho  
[mancl@yahoo.com.br](mailto:mancl@yahoo.com.br)

# Reconhecimento Blindado: uma visão da doutrina americana

## Das Origens aos Dias Atuais

“Chega o momento em que se torna necessário lutar por informação e os elementos de reconhecimento devem ser fortemente apoiados. Deve haver também comunicação entre eles e seus apoios” (NORMAN, 1911). A frase citada, de autoria do Coronel Inglês William Wylie Norman em sua obra *Cavalry Reconnaissance*, sintetiza algumas das bases mais importantes da doutrina que se desenvolveria significativamente ao longo do século XX, a qual tem sua origem em centenas de anos de emprego de elementos a cavalo que não dispunham de tecnologia de comunicações para proverem informações com rapidez. Três anos após o lançamento da publicação supracitada, o primeiro blindado seria empregado eficazmente em combate, quando o Exército belga utilizou o Minerva na I Guerra Mundial (1914-1918).

A necessidade de obter informações precisas sobre o inimigo e o terreno, aliada à mobilidade dos cavalos, deu origem às missões de

reconhecimento (Recon) e tornou os elementos esclarecedores<sup>1</sup> um importante componente da Cavalaria. Registros históricos datados do século XIV já relatam o sucesso do emprego de exploradores pelos britânicos em campanhas contra espanhóis e franceses. Quatro séculos se passaram e a grande experiência colhida pelos ingleses voltou-se contra eles, uma vez que teve significativa importância na formação dos “Dragoons”<sup>2</sup>, que lutaram pela independência dos Estados Unidos. Esses foram os precursores da Cavalaria Americana, que teria futuramente participação decisiva na sua Guerra Civil (1861-1865) e, principalmente, na posterior expansão territorial para o oeste.

<sup>1</sup> Aventureiros a cavalo enviados às posições próximas aos inimigos com a finalidade de obterem informações a respeito do terreno e inimigo.

<sup>2</sup> Primeiras unidades montadas dos EUA, formadas em 1777, que lutaram nas principais batalhas durante a Guerra de Independência (1775-1783). No século XIX, deram origem à 1ª e 2ª Cavalaria.

A II Guerra Mundial (1939-1945) foi o principal ponto de inflexão de toda a história da Cavalaria. Tal período não só marcou a transição definitiva dos cavalos para os blindados<sup>3</sup>, mas também a doutrina da Cavalaria enquanto arma de combate e como parcela de uma força em Operações Terrestres. Quando os Estados Unidos entraram na guerra, a concepção doutrinária era centrada apenas na Infantaria e Artilharia, e a Cavalaria operava em grandes formações, separadamente das demais armas. Enquanto isso, os oponentes alemães possuíam Forças que combinavam eficazmente as armas de combate (*Blitzkrieg*), dificultando a reação das unidades americanas diante da contínua mudança de direção da qual era proveniente o ataque inimigo.

No norte da África, as derrotas americanas para a *Blitzkrieg* alemã trouxeram uma importante lição: pela primeira vez, ficou claro para os americanos que não era mais possível vencer uma guerra sem que a Infantaria e a Cavalaria atuassem de maneira conjunta, complementando suas capacidades. A combinação das armas passou a ser aplicada em todos os escalões. Infantes passaram a guiar os carros no terreno, indicar posições fortificadas inimigas e proteger as viaturas contra ameaças anticarro. Já os blindados destruíam posições de armas automáticas e prestavam apoio de fogo aproximado à Infantaria que cerrava sobre o inimigo. A mudança de quadro a favor dos americanos que ocorreria a seguir veio a comprovar que é necessário que as armas de combate atuem juntas.

O teatro de operações na Europa foi também o palco do primeiro teste para as Unidades de Reconhecimento Blindado, as quais eram equipadas com Jipes Bantam, dotados de morteiros ou armas automáticas, e Veículos de Blindagem Leve M8 Greyhound, com canhões de 37 mm, metralhadoras de 30 mm de calibre e rádios FM para permitir as comunicações em combate. Disposto desses meios, pode-se dizer que o sucesso obtido foi apenas relativo. O emprego de Observadores de Artilharia junto aos elementos avançados deu importante contribuição para que os fogos indiretos contra posições de armamentos anticarro e baterias inimigas fossem mais eficazes. Contudo, a blindagem insuficiente ou inexistente e o baixo poder de fogo não davam condições mínimas para a autodefesa dos destacamentos, os índices de baixas eram muito altos e, em parcela significativa dos casos, a missão deixou de ser cumprida, pois tais tropas não possuíam a capacidade de executar ações de contrarreconhecimento, que consiste em impedir que o inimigo execute o reconhecimento através da destruição ou desgaste de seus meios empregados para esta finalidade.

Já na Guerra do Vietnã (1955-1975), as lições aprendidas das experiências em combate mostraram melhores resultados, mas novamente um sucesso apenas relativo. Contudo, elas foram determinantes para que fosse alcançado o conceito atual de Reconhecimento Blindado dos dias de hoje. Inicialmente, as unidades de Cavalaria foram equipadas com Carros de Combate M48A3 Patton, os quais possuíam canhões de 90 mm, e com Viaturas Blindadas M-113. Posteriormente, com a transição para o então novo conceito da "Cavalaria Aérea"<sup>4</sup>, os Pattons foram quase todos substituídos pelos Carros de Combate Leves M551A1 Sheridan, que possuíam a capacidade de serem lançados por paraquedas e dispunham de canhões de 152 mm, capazes de disparar munições convencionais ou mísseis anticarro. Embora esta nova concepção parecesse boa, a experiência de utilizar tais mísseis com os canhões dos carros de combate revelou-se um fracasso e os Sheridans foram retirados sem substituto após a guerra. Este resultado foi um im-

portante fator a pautar a futura concepção de utilizar mísseis filoguiados em veículos de transporte de tropa, que ganhariam a capacidade de destruir alvos blindados. Com isso, os mísseis BGM-71 TOW (**T**ube-launched, **O**ptically-tracked, **W**ire-guided) seriam, nos anos subsequentes, incorporados às Viaturas Blindadas M2 Bradley.



Figura 1: Blindado Minerva  
Fonte: BARDEN (2011)



Figura 2: Jipe BANTAM  
Fonte: sítio Vintage Military Trucks  
(www.vintagemilitarytrucks.com)



Figura 3: M8 GREYHOUND  
Fonte: sítio Military Mash Up (www.militarymashup.com)

A Operação Tempestade no Deserto (1991) provou o sucesso da iniciativa supracitada. Companhias de Carros de Combate que possuíam nove M1 Abrams e pelotões de reconhecimento com o M2 Bradley obtiveram grande êxito ao longo da guerra, sobretudo na Batalha de 73 Easting, na qual quatro Companhias do 2º Regimento de Cavalaria Blindada obtiveram uma vitória decisiva ao destruírem duas Brigadas Iraquianas, que juntas perderam 85 carros de combate, 40 viaturas blindadas e 30 viaturas sobre rodas. Nesta ocasião, um Pelotão de Reconhecimento Blindado destruiu Carros T-72 do inimigo, utilizando mísseis TOW, em um momento que este se encontrava sem apoio dos carros de combate. Já na fase final, na aproximação a Bagdá, elementos de reconhecimento empregando o binômio (PelCC + Viatura blindada com elementos de reconhecimento embarcados nela) foram enviados à frente para verificar as posições defensivas remanescentes inimigas, o que permitiu a rápida conquista do aeroporto da capital do Iraque. Embora o êxito supracitado tenha sido alcançado também por conta da rápida chegada dos americanos, que surpreendeu os iraquianos em um momento que eles ainda não estavam ocupando suas posições defensivas já preparadas, é possível dizer que houve uma evolução na flexibilidade dos meios para responderem adequadamente a diferentes tipos de ameaça, que é o desejável para a tarefa de reconhecimento. É importante ressaltar que, mesmo tendo Viaturas Blindadas com limitado poder anticarro (há limite de transporte de mísseis e o remanejamento dura alguns minutos), o binômio CC/VtrBld continuou a ser a concepção de emprego mais adequada, principalmente se a contraparte possuir carros de combate, contra os quais os canhões leves não são suficientes para proverem a autodefesa.

Desde 2001, nas operações no Afeganistão e, posteriormente, no Iraque, a experiência americana ganhou ênfase na guerra irregular, com suas forças envolvidas com tarefas relacionadas ao combate con-

<sup>3</sup> O último registro de ataque de uma força montada data de 1945, tendo sido realizado pela 10ª Tropa de Reconhecimento de Cavalaria de Montanha, em operação na Áustria.

<sup>4</sup> "Operações em que forças de assalto, utilizando o poder de fogo, a mobilidade e a integração total do apoio de helicópteros, manobram no terreno para engajar e destruir o inimigo ou conquistar e manter terreno" (FM 1-02).



Figura 4: M551A1 SHERIDAN  
Fonte: sítio Free Republic (www.freerepublic.com)



Figura 5: IAV Stryker TP  
Fonte: o autor (2012)



Figura 6: Viatura M2 Bradley disparando um míssil TOW  
Fonte: sítio Armed Forces (http://www.armedforces-int.com/projects/m2\_m3\_bradley\_fighting\_vehicles.html)

tra elementos insurgentes em ambientes urbanos. Com isso, hoje não há uma viatura específica para a execução de missões de Reconhecimento e Segurança, pois mesmo as unidades tradicionais de Reconhecimento de Cavalaria passaram a realizar apenas eventualmente suas tarefas originais, atuando conforme as demais organizações blindadas na maior parte do tempo, utilizando viaturas com canhão (como no caso do uso combinado das Viaturas Blindadas sobre Rodas Stryker versão TP com viaturas da versão MGS, com canhão de 105 mm) ou mísseis (como no caso dos Bradleys, conforme explicitado no parágrafo anterior). Além disso, aeronaves, helicópteros e veículos aéreos não tripulados (VANT) passaram a integrar as operações com métodos de controle determinados de acordo com a situação.

formas distintas. A primeira, e menos desejável<sup>5</sup>, é o *Recon Pull* (puxar), que ocorre quando há nenhuma ou muito pouca quantidade de informações sobre a situação militar do inimigo ou quando esta vem se alterando rapidamente. Os elementos de reconhecimento “puxam” o corpo principal para atacar o dispositivo inimigo, buscando, por meio da manobra, colher qualquer tipo de informação que contribua para uma nova orientação do Comandante, permitindo que o seu Plano seja atualizado. O planejamento do reconhecimento é sumário e o tempo é bastante reduzido. O sucesso ocorrerá à medida que for possível prover dados significativos para o Comandante decidir sobre eventuais modificações em sua linha de ação. Não é desejável conduzir um reconhecimento desta maneira por não haver um foco específico para

VIATURA	SL / SR	ANO DO LANÇAMENTO	VELOCIDADE	ARMAMENTOS	ALCANCE
M8 Greyhound	SR	1942	90 km/h	Canhão 37 mm e Mtr .30 e .50	Não disponível
M46 patton	SL	1949	48 km/h	Canhão 90 mm, 1 x Mtr .50 e 2x Mtr.30	Canhão - 914 m
M-113	SL	1960	64 km/h	Mtr.50	1.800 m
M551A1 Sheridan	SL	1967	70 km/h (Terra) 5,8 km/h (Água)	Can 152 mm, 9 x Mísseis MGM-51, Mtr .30 e Mtr .50	Canhão - Não Disponível MGM-51 - 2.000 m
M2 Bradley	SL	1981	66 km/h (Estrada) 40 km/h (Campo) 7,2 km/h (Água)	Can 25 mm, 7 x Mísseis TOW e Mtr 7.62 mm	Canhão - 3.000 m TOW - 3.750 m
IAV Strucker	SR	1999	100 km/h	Tp - Mtr .50, MK-19 ou Mtr 7.62 mm MGS - Can 105 mm e Mtr .50	Canhão - 4.000 m
M1 Abrams	SL	1980	67 km/h (Estrada) 40 km/h (Campo)	Can 105 mm, 1 x Mtr .50 e 2 x Mtr 7.62 mm	Canhão - 4.000 m

Quadro 1: Principais características de Blindados empregados pelo Exército dos EUA  
Fonte: o autor (2013)

Hoje, com a saída americana do Iraque e o iminente término da sua presença no Afeganistão, as lições aprendidas de mais de uma década de guerras não trouxeram uma conclusão definitiva sobre a necessidade de haver veículos específicos para as frações de Reconhecimento de Cavalaria nem quais características eles devam possuir.

## A Doutrina Americana

As missões de reconhecimento são aquelas que permitem a coleta de Elementos Essenciais de Inteligência (EEI) para a tomada de decisões por parte do Comandante de uma Força, Componente ou Unidade. Tais operações são conduzidas no Exército dos EUA de duas

o levantamento de informações, podendo assim não haver grande eficácia na obtenção de conhecimentos relevantes que contribuam para a adequação do planejamento, além de dificultar a economia de meios, que é um princípio fundamental para esse tipo de operação.

A segunda forma é conhecida como *Recon Push* (empurrar), que é executada quando se dispõe de tempo e informações a respeito do inimigo, do terreno e de assuntos civis e, baseado em tais dados, é executado um planejamento detalhado. Os produtos finais serão, além do esquema de manobra do escalão envolvido, perguntas específicas a serem respondidas pelas tropas de reconhecimento, de modo a facilitar o processo

<sup>5</sup> Pelas razões elencadas no texto, o *Recon Pull* é a forma menos desejável para a execução das operações de reconhecimento blindado. Contudo, conforme já demonstrado em outro artigo desta revista, pode ser a mais favorável à luz da Guerra de Manobra.

decisório, conhecidas como *Priority Information Requirements* (PIR); na nossa doutrina, equivalentes aos Elementos Essenciais de Inteligência, porém produzidas de forma mais detalhada. As PIR devem ser as mais específicas possíveis, de modo a não gerar interpretações dúbias por parte dos elementos na cena de ação. Em outras palavras, preferencialmente, as respostas para as perguntas deverão ser “sim” ou “não”. Além disso, a localização do foco do reconhecimento deve ser a mais detalhada possível. Para esta finalidade, no planejamento são estabelecidas as áreas onde serão empenhados os elementos de reconhecimento. Tais áreas são conhecidas como *Named Area of Interest* (NAI), Área de Interesse Nomeada. Dentro de cada NAI, podem ser incluídas quantas PIR forem necessárias. No entanto, deve ser levada em consideração a capacidade da fração empregada naquela área, bem como o seu período de permanência, de modo que haja tempo suficiente para a observação adequada dos dados necessários. O *Recon Push* é a forma mais desejável para a execução de qualquer ação de reconhecimento, por direcionar o esforço para áreas específicas e, assim, obter resultados mais eficazes e a consequente economia de meios.

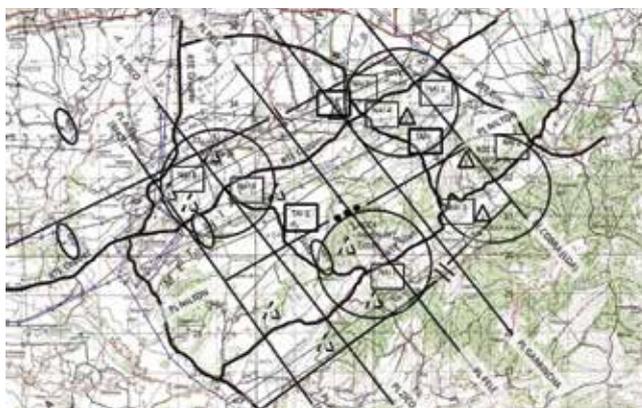


Figura 7: Calco de uma Operação de Reconhecimento  
Fonte: o autor (2012)

Os tipos de reconhecimento podem ser: Reconhecimento de Zona; Reconhecimento de Área; Reconhecimento de Eixo; e Reconhecimento do Inimigo ou Força Adversa. Não há nenhum tipo a ser preferencialmente executado, dependendo da necessidade da missão. Na elaboração da Ordem de Operações, é incluída a Intenção do Comandante

para a execução do Reconhecimento, que será subdividida em Foco (que poderá ser o inimigo, o terreno e a população civil ou combinação de mais de um), Tempo (que pode ser com ou sem sigilo e rápido ou detalhado) e critérios para engajamento e desengajamento.

Para as ações de reconhecimento são importantes dispersão e profundidade. Essas características permitem a continuidade da observação, principalmente nos momentos que estiver ocorrendo o desengajamento. Além disso, é importante a elaboração de uma matriz de sincronização (ver quadro 2), que permite visualizar as lacunas na programação do emprego dos meios de reconhecimento e, desta forma, realizar os ajustes necessários para que haja maior eficácia no cumprimento das tarefas, com base na missão a ser cumprida e na disponibilidade de meios. A doutrina prevê o emprego de meios de natureza distinta (blindados, aviação ou VANT), observando o mesmo foco (situação conhecida como “Combinação”), bem como o emprego de elementos da mesma natureza observando um mesmo foco (conhecida como “Redundância”). A situação determinará se é recomendável a Combinação ou a Redundância. Um exemplo a ser citado é o caso de reconhecimento de áreas urbanas, onde é aconselhável ocorrer Redundância pela possibilidade de manter o Reconhecimento em caso de perda de algum posto de observação.

Já as operações de Segurança são executadas durante a consolidação do corpo principal de uma força em qualquer nível no terreno, mediante a ocupação de Posto Avançado de Combate (PAC) ou Posto Avançado Geral (PAG), com foco nos pontos onde as ações ou decisões tomadas pelo inimigo tenham efeito direto sobre a atividade de forças amigas. As seções de exploradores ocuparão posições alternadas, devendo deslocar para posições suplementares quando o engajamento decisivo for iminente. A profundidade deverá ser suficiente para que haja uma seção realizando a segurança enquanto outras deslocam, até que passem à retaguarda do corpo principal. Tais operações permitem ao Comandante, entre outras coisas, ganhar tempo, obter alerta antecipado, canalizar o inimigo, infligir baixas, executar contrarreconhecimento e retirar do inimigo a disposição de atacar, por meio da destruição de meios importantes para o cumprimento da sua missão. Como exemplos de NAI para operações de segurança, podem ser citadas as bifurcações em que o inimigo, após realizar a ultrapassagem, indica a direção geral do seu ataque.

## Nai Matrix

NAI #	LOCATION	NAI DESCRIPTION	INDICATORS	COLLECTION ASSET				TIMINGS			RELATED TO		
				1 <sup>st</sup>	2 <sup>nd</sup>	SWT	RAVEN	ON	OFF	LTIOV	DP	PIR	
1	GL 28777388	Intersection	Eny Vehicles driving on RTE Silver	x	-	-	x						2
2	GL 28337405	Intersection	Eny Vehicles driving on RTE Cooper	-	x	-	x						1
3	GL 29557003	Intersection	Eny Vehicles driving on RTE Silver or Cobalt	x	-	-	x						2,3,6
4	GL 35728988	Intersection	Eny Vehicles driving on RTE Cooper or Cobalt	-	x	-	x						1,3,6
5	GL 35897049	Intersection	Eny Vehicles driving on RTE Grafite	-	x	x	x						5,6
6	GL 364767790	Intersection	Eny Vehicles driving on RTE Cooper or Gold	-	x	-	x						1,4
7	GL 36476790	Intersection	Eny Vehicles driving on RTE Silver or Gold	x	-	x	x						2,4
8	GL 37883848	Intersection	Eny Vehicles driving on RTE Grafite	-	x	-	x						5

PIR #	NESTED PIR#	PIR	SIR	ANSWER
1		Is the ENY driving on RTE Copper?		
2		Is the ENY driving on RTE Silver?		
3		Is the ENY driving on RTE Cobalt?		
4		Is the ENY driving on RTE Gold?		
5		Is the ENY driving on RTE Grafite?		
6		Does the ENY have 4 or more tanks wst of LOA?		
7				
8				
9				
10				

Quadro 2: Matriz de Planejamento  
Fonte: o autor (2012)



Quadro 3: Matriz de Sincronização  
Fonte: o autor (2012)

Os tipos mais usuais de operações de segurança<sup>6</sup> são: *Screen* (Vigilância) e *Guard* (Guarda). O primeiro se destina à obtenção de alerta antecipado, às ações de contrarreconhecimento e a infligir baixas ao inimigo. Contudo, em ações de vigilância, o engajamento com o inimigo se dará somente em casos de alvos de oportunidade, não sendo prioritário. O segundo possui os mesmos objetivos, porém o ganho de tempo mediante destruição de elementos de reconhecimento inimigos é prioritário.

Se o Comandante desejar canalizar o inimigo para uma região favorável, as tropas de segurança têm a capacidade de observar as áreas por onde o Comandante não deseja que a força adversa progrida (como, por exemplo, nos casos em que direcionar um ataque inimigo para uma área específica permite maior vantagem ao defensor). Tais

áreas são conhecidas como *Targeted Area of Interest* (TAI). Elementos de segurança podem receber a tarefa de conduzir fogos de artilharia ou morteiro nestas regiões ou a aviação pode engajar o inimigo no local. Em ambos os casos, o objetivo é forçar o inimigo a seguir por outro caminho, buscando uma região onde supostamente encontrará menor resistência, mas que será, na realidade, mais fortemente defendida ou que será mais vantajosa para a realização de contra-ataques.

O emprego de morteiros é mais recomendável aos Elementos de Reconhecimento Blindado (DSR) do que à artilharia, em virtude da facilidade de transporte. São estabelecidas no planejamento as posições a serem assumidas pelos morteiros (*Mortar Firing Position* - MFP), sempre à retaguarda das seções esclarecedoras e com possibilidade de baterem seus alvos dentro do alcance útil. A doutrina americana não emprega morteiros embarcados em viaturas blindadas, utilizando viaturas leves para essa finalidade. Assim como os elementos de segurança, as peças retraem para posições suplementares para evitarem o engajamento decisivo e, ao mesmo tempo, continuarem a apoiar os destacamentos.

<sup>6</sup> A definição de Operações de Segurança, à luz da doutrina americana, é diferente da forma como definimos no CFN. Segundo o manual FM 17-95, tais operações obtêm informações sobre o terreno e o inimigo, provendo tempo de reação, espaço de manobra e proteção aos Elementos em 1º Escalão. "Vigilância" e "Guarda" estão inseridas entre os tipos de Operações de Segurança.

A Intenção do Comandante em uma missão de segurança possui estrutura quase idêntica a de uma missão de reconhecimento, sendo incluídas as subdivisões Foco, Tempo (trata, neste caso, sobre a duração e o aprofundamento do levantamento de informações) e Critérios para engajamento e desengajamento. Não há distância mínima ou máxima que uma tropa de segurança deve manter do corpo principal, porém deve ser suficiente para que o Comandante tenha tempo de realizar os ajustes necessários quando obtiver alguma informação ou alerta antecipado.

Cabe ressaltar que, tanto em missões de reconhecimento quanto de segurança, suas frações não têm poder suficiente para engajar decisivamente com forças de maior vulto e, mesmo no caso de interação com elementos de reconhecimento inimigo, se possível, deve ser avaliado se o risco da perda de meios importantes é compensador. Neste escopo, fica justificada a relevância de serem definidos previamente pelo Comandante os critérios de engajamento e desengajamento. É importante que Pelotões de Reconhecimento Blindado tenham elementos aptos a conduzirem fogos (de artilharia, aéreos e navais), classificarem pontes e reconhecerem pontos de passagem.

A integração de VANT e aviação de ataque em missões de reconhecimento e segurança permitiu significativa evolução nas suas possibilidades. Os EUA os mantêm em apoio direto ou à disposição dos seus pelotões de reconhecimento blindado. Ambos são empregados em regiões onde se decidiu não empregar frações blindadas, preferencialmente aproveitando seu poder de fogo para destruir meios que afetem o centro de gravidade inimigo. Há modelos de VANT passivos e ativos: o primeiro se destina à observação aérea com possibilidade de conduzir fogos indiretos; o segundo, além de observar, tem a capacidade de engajar alvos compensadores. Exemplos de modelos passivos são o *Raven* e o *Shadow* e exemplos de modelos ativos são o MQ-1 *Predator* e o MQ-9 *Reaper*, que possuem, respectivamente, dois e quatro mísseis *Hellfire*, guiados a laser. Já a aviação de ataque pode apoiar os DSR com meios de asa rotativa e de asa fixa, sendo mais eficazes os modelos com capacidade de engajar a uma maior distância. O emprego eficaz destas armas de apoio ao combate pode facilitar a operação do esforço principal, com o aumento da vulnerabilidade inimiga devido à destruição prévia de meios importantes para a consecução da sua missão.



Figura 8: General Atomics MQ-9 Reaper  
Fonte: [sítio Airlines.net \(http://www.airliners.net/photo/USA---Air/General-Atomics-MQ-9A/1350938/L/\)](http://www.airliners.net/photo/USA---Air/General-Atomics-MQ-9A/1350938/L/)

O planejamento do emprego dos VANT e da aviação se dá por meio da inclusão ao calco das *Restricted Operations Zone (ROZ)*, Zona de Operações Restritas, definidas como “volumes do espaço aéreo com dimensões definidas, designados para missões operativas específicas”. No planejamento das ROZ, a altitude em que o meio designado deverá se manter e os horários de início e fim do período que deverá permanecer sobrevoando aquele espaço deverão estar determinados.

Em áreas urbanas, os elementos de reconhecimento e segurança são lançados de bases e têm a capacidade de cumprir tarefas de reconhecimento com foco no terreno, na força adversa ou em assuntos civis. Os empregos de VANT e aviação podem ser associados às opera-

ções, de forma a prover reconhecimento contínuo ou garantir o sigilo, caso sejam necessários. As missões com foco no terreno incluem o reconhecimento de áreas para instalação de bases avançadas, a trafegabilidade de ruas e passagens, possíveis itinerários a serem utilizados por comboios e locais que podem ser usados para apoiar operações de diferentes naturezas. As missões com foco na força adversa incluem a confirmação de atividade ilegal em determinadas áreas, o reconhecimento de locais onde tradicionalmente ocorrem emboscadas ou *check points*, a confirmação do uso de dispositivos explosivos improvisados e as características (incluindo o efetivo estimado) de eventuais bases usadas por grupos adversos. As missões com foco em assuntos civis incluem o levantamento de dados referentes à rotina da população, aspectos ligados à cultura local, reconhecimento de locais com grande circulação diária de civis e, até mesmo, a receptividade da população local à presença de tropas estrangeiras. Adicionalmente, podem realizar tarefas de segurança, mediante a instalação de Postos de Controle de Trânsito (podendo ter foco na confirmação de eventuais informes) ou apoiando o isolamento da área onde será realizada alguma operação.

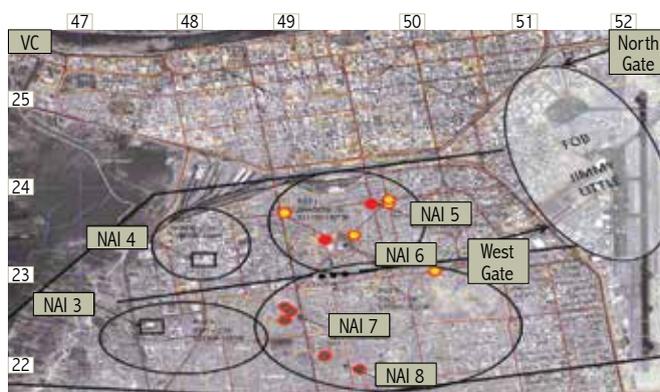


Figura 9: Calco de Operações de Reconhecimento em Área Urbana  
Fonte: o autor (2012)

## Conclusão

Este artigo teve o objetivo de apresentar um painel histórico mais aprofundado sobre o emprego da Cavalaria, com ênfase nas missões de Reconhecimento, bem como fazer uma exposição sobre a doutrina vigente no Exército dos EUA. A análise dos assuntos expostos pode enriquecer uma discussão sobre a validade de empregarmos elementos de reconhecimento blindado e sobre quais aspectos podemos incorporar à nossa doutrina. O USMC prevê o emprego de Pelotões *TOW*, com a tarefa principal de destruir blindados inimigos, principalmente Carros de Combate; e Pelotões *Scout*, com a tarefa principal de realizar reconhecimentos, Operações de Segurança de vulto limitado e apoio de comando e controle. Os elementos supracitados estão inseridos na organização dos *Tank Battalions*<sup>7</sup> (Batalhões de Carros de Combate) e possuem tarefas semelhantes às dos *Scout Platoons* no US ARMY, o que corrobora o entendimento de que os conceitos apresentados neste texto possuem validade para o *United States Marine Corps*.

Evidentemente, para o CFN, muitas adaptações se fazem necessárias, em virtude das nossas particularidades de emprego e do vulto de investimentos que desejaremos realizar. Em relação à questão material, de acordo com a conclusão deste autor, não há ainda uma viatura ideal para utilizarmos em Pelotões de Reconhecimento Blindado, pois, para cada missão, as tarefas, as regras de engajamento, a

<sup>7</sup> Pelotões de Cavalaria especializados na execução de Operações de Reconhecimento e Segurança.

área de operações e as características da força adversa terão peculiaridades que determinarão quais atributos necessitamos nos nossos meios para que tenhamos flexibilidade para atingirmos eficazmente os nossos propósitos. Possivelmente, uma organização contendo distintos modelos de uma mesma viatura, com diferentes características e armamentos, poderia dar à Força tal versatilidade.

A tendência futura das Operações Anfíbias, Operações de Paz e Operações realizadas por Forças de Coalizão, lideradas por organismos internacionais, caminha para o combate ou neutralização de ameaças assimétricas em ambientes urbanos e requer de uma Força de Caráter Expedicionário capacidades ampliadas nestes cenários. Assim sendo, a inclusão de Pelotões de Reconhecimento Blindado associados a outros meios de apoio ao combate pode contribuir neste sentido. Recentemente, as ações americanas no Iraque e Afeganistão, a intervenção francesa no Mali e até mesmo a nossa experiência no Haiti corroboraram esta assertiva. Cabe ao Corpo de Fuzileiros Navais continuar a evoluir para ter contribuição crescente no atendimento aos interesses nacionais.



CT (FN) Pedro Fernando Zonzin Filho  
fernando@ciampa.mar.mil.br

## O emprego de blindados nas Operações Militares em Ambiente Urbano

### Introdução

Nos atuais cenários dos campos de batalha, as áreas urbanas têm estado cada vez mais presentes de forma desafiadora para quem tenta enfrentá-las. Podemos analisar vários exemplos, alguns deles recentes, de como exércitos bem preparados e com grande capacidade tecnológica dispõem enormes sacrifícios materiais e humanos para controlar e conquistar centros urbanos.

Segundo Gott (2006)<sup>1</sup>, futuros líderes militares não terão o luxo de evitar o axioma de Sun Tzu<sup>2</sup>, “A pior política é atacar cidades (...) atacar cidades somente quando não há alternativa”. Operações urbanas tornar-se-ão uma necessidade no futuro, visto que, para derrotar um inimigo, seus principais centros urbanos deverão ser conquistados, pois, mais e mais, representam o poder e a riqueza de uma nação. Isso ocorre não apenas porque as cidades são a sede do poder dos governos, mas também porque possuem as bases industriais, as bases das redes de transporte e o coração dos centros econômicos e culturais de um país.

<sup>1</sup> GOTT, Kendall D. Tenente-Coronel (TC) Reformado do Exército do EUA, atualmente historiador do *Combat Studies Institute Press, US Army Command and General Staff College*.

<sup>2</sup> SUN TZU (general que viveu no estado de Wu no século VI a.C) em *A Arte da Guerra*, traduzido do chinês por Thomas Cleary. 1994.

### Referências

BARDEN, M. **WWI – Belgium Armored Car Division in Russia**. Disponível em: <http://www.philatelicedatabase.com/postal-history/wwi-belgium-armoured-car-division-in-russia>. Acesso em: 15 de jun. 2013.

FEUER, A.B. **Packs on!** Memoirs of the 10<sup>th</sup> Mountain Division. Westport, Connecticut: Praeger, 2004. 176p.

GOBIN, S.D. **Reorganizing the Tank Battalion TOW and Scout Platoons**. Quantico, Virginia: Expeditionary Warfare School, 2009. 12p.

HEADQUARTERS, DEPARTMENT OF THE ARMY. **FM 1-02: Operational Terms and Graphics**. Washington, D.C.: 2004. 484p.

HEADQUARTERS, DEPARTMENT OF THE ARMY. **FM 17-95: Cavalry Operations**. Washington, D.C., 1996. 510p.

HEADQUARTERS, DEPARTMENT OF THE ARMY. **FM 3-20.96: Reconnaissance and Cavalry Squadron**. Washington, D.C., 2010. 204p.

HOFFMAN, G.F.; STARRY, D.A. **Camp Colt to Desert Storm: The History of U.S. Armored Forces**. Lexington, Kentucky: University Press of Kentucky, 1999. 656p.

NORMAN, W.W. **Cavalry Reconnaissance**. Londres: Bibliof, 1911. 210p.

Podemos observar a crescente evolução ao longo dos anos da utilização de meios blindados (Bld) nos arredores e no interior de centros urbanos em diversos conflitos armados. A história recente mostra vários exemplos do uso bem sucedido de blindados em localidade, da maneira como fazem os israelenses sempre que necessitam entrar em áreas dominadas por guerrilhas islâmicas e mesmo durante operações de paz. A capacidade de empregar estes meios rapidamente pode ser crucial se bem planejadas forem as operações. Em contrapartida, podem acarretar verdadeiros desastres táticos se mal planejadas, tal qual em 1994, quando, de modo errôneo, extensas colunas blindadas do exército russo, sem a preparação apropriada, tentaram tomar a capital chechena de Grozny.



Figura 1: BTR russo em patrulha nas ruas de Grozny  
Fonte: sítio educationNet ([www.e-ducation.net](http://www.e-ducation.net))

## Atual Emprego de Blindados no Combate Urbano

**O EXEMPLO AMERICANO:** Segundo Klug (2000), em seu artigo para a revista *ARMOR* sobre a evolução da doutrina para Operações Militares em Ambiente Urbano (OMAU), até o conflito no Iraque, as tropas americanas em todos os níveis não estavam adequadamente preparadas para o combate urbano, necessitando de maior ênfase em adestramentos e combinação de armas. Entretanto, as Unidades e Subunidades americanas estão sendo preparadas para alcançar um nível de autonomia capaz de possibilitar o desempenho de tarefas complicadas dentro de um cenário urbano, integrando infantaria, blindados, engenharia, apoio aéreo e artilharia para atingir seus objetivos.



Figura 2: No Iraque, Strykers americanos com blindagem tipo gaiola  
Fonte: blog Oriental Rednek ([www.orientalrednek.blogspot.com](http://www.orientalrednek.blogspot.com))

Visando a atender essa demanda de conhecimentos, construiu-se, em Fort Knox<sup>3</sup>, Kentucky, uma verdadeira cidade para treinamento das tropas americanas em terreno urbano, bem como diversos tipos de simuladores, por meio dos quais as unidades de infantaria (Inf) podem treinar em conjunto com unidades de cavalaria, colocando em prática o aprimoramento desse binômio imprescindível para tais operações. Essa cidade, batizada de *Military Urban Combat Training System* (MUCTS), projetada com 21 tipos diferentes de construções e passagens subterrâneas, além de ruas adequadas para suportar o peso e as manobras de carros pesados como o Abrams, é dotada de efeitos para trazer a tropa a um ambiente o mais realista possível e, também, de um sistema de fibra ótica e câmeras digitais para permitir revisões e análises dos exercícios em seu interior.

Além disso, novos conceitos, segundo Klug (2000), estão sendo desenvolvidos para incluir, nas quatro fases convencionais das ações ofensivas em áreas urbanas (que se caracterizavam por reconhecer o objetivo, isolá-lo, assegurar um ponto forte e limpar o perímetro urbano), uma maior preocupação em se adequar à guerra convencional conflitos de baixa intensidade com a existência de civis inocentes, infraestruturas essenciais, campos de refugiados e ações humanitárias ocorrendo simultaneamente.

No nível tático, de acordo com a *Defense Update* (2005), semelhante à nossa doutrina, o Pelotão de Carro de Combate (PelCC) americano é composto por quatro CC, de forma a manter sempre duas seções em apoio mútuo. Essa formação mostrou-se eficaz por poder proporcionar Seções em apoio direto à Inf, sem descuidar do apoio mútuo entre as viaturas (Vtr), além de se adequar melhor a ruas estreitas, facilitando a coordenação e o controle, estando ele nas mãos do comandante da infantaria ou de uma das guarnições.

O Pel ou subunidade de Bld, por sua vez, adota uma formação tipo caixa ou diamante, na qual vários CC e outros Bld são agrupados para apoiarem-se mutuamente, utilizando um movimento coordenado com

<sup>3</sup> Fort Knox é uma pequena cidade americana, localizada no estado de Kentucky, que abriga uma unidade de treinamento e comando de recrutamento do US Army.

outras frações para percorrerem paralelamente trechos bem definidos de blocos de construções, evitando o risco de fratricídio.

Existem, ainda, três tipos de Organização por tarefas, das quais faz uso o US Army. A primeira dessas combinações seria a de colocar o PelCC como elemento de manobra, sendo o comandante do pelotão responsável pela coordenação e manobra de seus carros. É utilizada principalmente como elemento de Apoio de Fogo (ApF) ou Cobertura para unidades de infantaria. Nesse caso, dificultaria ao comandante da Subunidade o controle de movimentos de frações com diferentes características, podendo o comandante do PelCC colocar ainda seções para apoiar, independentemente, os Pelotões de Infantaria (PelInf), aumentando sua responsabilidade em manter o controle dessas Seções.

A segunda forma de atuação seria a de colocar as Seções de CC sob o controle operacional de um PelInf, facilitando o controle da velocidade de progressão. Tal forma exigiria preparo dos comandantes de PelInf na condução dos Bld para não os expor sem o apoio de tropas a pé, deixando-os a mercê de armas inimigas como o *Rocket Propelled Grenade* (RPG).

Uma terceira forma seria empregar um ou mais PelInf sob o controle operacional do comandante do PelCC, facilitando a proteção de seus carros. Entretanto, tal forma exige conhecimento, grande capacidade de coordenação dos comandantes de carro e deve ser utilizada apenas em cenários urbanos menos densos, nos quais o comandante do PelCC possui a capacidade de operar seu Pel unificadamente.

**O EXEMPLO ISRAELENSE:** As Forças de Defesa de Israel (FDI) são consideradas, no mundo moderno, uma das mais experientes no que diz respeito à utilização de Bld em áreas urbanizadas. As mesmas têm procurado evoluir, continuamente, a fim de enfrentar os novos desafios impostos à sobrevivência do Estado de Israel, sempre demonstrando uma grande capacidade de adaptação e adequação face à dura realidade a que foram submetidas desde sua criação. Na década de 80, as FDI implantaram em seus Bld blindagem reativa<sup>4</sup> para fazer frente, principalmente, ao RPG. Segundo Mesquita (2006), a primeira geração de blindagem reativa implementada na Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP) M-113 provocava um efeito contrário no casco, danificando-o e ferindo seus ocupantes. Porém, devido à grande necessidade de que essas VBTP possuíssem a mesma blindagem dos CC para acompanhá-los na linha de frente, dos antigos chassis dos CC de fabricação russa apreendidos dos árabes nos conflitos passados e dos carros obsoletos de fabricação ocidental, como os M-60 e CENTURIONS, foram feitas VBTP que garantissem uma melhor sobrevivência da tropa embarcada, fazendo uso, principalmente, de seu reforço frontal.



Figura 3: VBTP do exército israelense adaptada para combate urbano  
Fonte: blog Home Made Defense ([www.homemadedefense.blogspot.com](http://www.homemadedefense.blogspot.com))

<sup>4</sup> A Blindagem reativa mais comum é do tipo ERA (*Explosive Reactive Armor* ou Blindagem Reativa Explosiva): um tipo de blindagem passiva, adaptada individualmente para cada tipo de veículo; sua eficiência depende da distância em que é implantada do corpo principal do CC e de sua inclinação, segundo dados do [www.segurancaedefesa.com/MBTs.html](http://www.segurancaedefesa.com/MBTs.html).

Hoje, o exército israelense, equipando suas brigadas de CC com as versões Mk2, Mk3 e Mk4 do Merkava (biga de guerra em hebraico), liberou os chassis do Mk1 para a construção do VBTP *Namer* (tigre) que, além de receber blindagem adicional, teve sua parte inferior reforçada para resistir a minas e a *Improvised Explosive Devices* (IED), oferecendo proteção e poder de fogo para o avanço da Inf sobre o objetivo, enquanto o Merkava apoia pelo fogo a distância.



Figura 4: MAGACH 7, antigos CC M-60 modernizados (Exército Israelense)  
Fonte: sítio Military-Today



Figura 5: CC CENTURION modernizado (Exército Israelense)  
Fonte: sítio Ministério da Defesa do Reino Unido



Figura 6: VBTP NAKPADON, readaptada para o combate urbano a partir do chassi de um antigo CC CENTURION do Exército Israelense  
Fonte: sítio Military Channel (<http://military.discovery.com>)

Outro conceito, conforme Mesquita (2006), visto como solução para dar apoio na remoção de obstáculos e escombros comuns em áreas de conflito, está relacionado ao D9R que se constitui na militarização do trator D9 Caterpillar, que recebeu armamento e proteção para a guarnição, além de blindagem no motor e no tanque de combustível.

As FDI empregam a combinação de armas para desempenharem seu papel, hoje caracterizado pelo emprego em conflitos de baixa intensidade contra grupos radicais islâmicos, não entrando em cidades sem fazerem uso de suas Vtr. Além disso, elas testam a capacidade de adaptação de seus Bld continuamente, contando com uma excelente infraestrutura de adestramento, além de uma indústria bélica direcionada e incentivada pelo governo ao desenvolvimento e aperfeiçoamento desse segmento.



Figura 7: Trator D9 Caterpillar adaptado para o combate urbano  
Fonte: sítio Terrorist Media ([www.terrorist-media.com](http://www.terrorist-media.com))

**NOVAS TECNOLOGIAS:** Os Bld, principalmente os CC, devido a uma série de limitações inerentes a eles, foram fabricados para combater Vtr similares, de preferência em terreno aberto. Com a transferência dos conflitos para dentro das cidades, a aproximação dos oponentes e da população civil mostrou que adaptações deveriam ser colocadas em prática para se evitar emboscadas, fratricídios, bem como poupar a infraestrutura urbana e evitar perdas humanas desnecessárias.

Conforme artigo escrito por Hahn II (2001)<sup>5</sup>, nossas atuais estratégias de pesquisa e desenvolvimento ainda precisam concentrar-se mais no desenvolvimento de tecnologias e sistemas voltados para o combate urbano. Ter o conhecimento técnico não é suficiente, pois os sistemas têm que ser especificados e desenvolvidos e, sem dúvida, esse não será um processo que ocorrerá da noite para o dia. Dada a realidade econômica atual, existe a necessidade premente do planejamento deliberado e consciente para determinar os requisitos tecnológicos das futuras operações urbanas.

Segundo o sítio eletrônico *Defense Update* (2006), devido às perdas e avarias sofridas pelo CC Abrams no decorrer da Guerra do Iraque, o Exército americano encomendou a *General Dynamics Land Systems*, em 2006, 505 conjuntos *Tank Urban Survival Kit* (TUSK) para apoiar suas operações nesse conflito, a fim de tentar melhorar a sobrevivência dos carros de combate M-1A1 e M-1A2 e suas respectivas tripulações em ambiente urbano.



Figura 8: Carro de Combate M-1A2 com o kit TUSK  
Fonte: sítio Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:OCPA-2005-03-09-165522.jpg>)

Conforme Bastos (2010), de acordo com o Tenente-Coronel Flanagan<sup>6</sup> do *US Army*, o exército americano, antes da Operação *Iraq Freedom*, tinha uma visão diferente do futuro: quanto mais leve fosse o carro de combate, maior seria sua mobilidade, tornando sua blindagem obsoleta, pois a ideia era enfrentar outros carros de combate a mais de 3 km de distância, entretanto a luta urbana trouxe necessidades ainda maiores de se reforçar a couraça, principalmente os pontos mais vulneráveis do carro.

Outras inovações vêm sendo empregadas no Leopard-2 PSO (*Peace Support Operations*), desenvolvido pela empresa *Krauss Maffei Wegmann* (KMW), como uma opção para o Exército alemão e outros 13 países usuários do Leopard-2; e no LECLERC AZUR (*Action en Zone Urbaine*), desenvolvido pelo exército francês juntamente com a GIAT (*Groupement des Industries de l'Armée de Terre*), que são outros dois exemplos de adaptações decorrentes da modernização de CC preexistentes, preparando-os para o combate urbano.

<sup>5</sup> HAHN II, Robert F. Tenente-Coronel (TC) do Exército dos EUA (2001) em *O Combate Urbano e o Combatente Urbano de 2025*, disponível na *Military Review* do 2º semestre de 2001.

<sup>6</sup> Flanagan, Michael. Tenente-Coronel (TC) do Exército dos EUA, diretor do programa de reaparelhamento do Abrams.



**Figura 9:** Carro de Combate LEOPARD-2 PSO  
**Fonte:** sítio Arm Chair General  
 (www.armchairgeneral.com)

**Figura 10:** Carro de Combate LECLERC AZUR  
**Fonte:** sítio Loutan.net (www.loutan.net)

Para fazer frente às novas armas anticarro (AAC), as blindagens normais, as quais já fazem parte do casco da Vtr, precisaram sofrer grandes modificações, pois sua fina proteção, principalmente nas VBTP, é limitada, geralmente, a projéteis leves e estilhaços de grana-da. Para atender a essa demanda por mais segurança, estão sendo desenvolvidas blindagens modulares<sup>7</sup> passivas, reativas ou não, algumas delas já testadas nos campos de batalha, além de sistemas ativos como medidas de defesa aproximada.

De acordo com Bastos (2010), um modelo em pauta de blindagem modular passiva, usado por diversos países e que, atualmente, equipa blindados no Iraque e no Afeganistão é a do tipo “gaiola”<sup>8</sup>. Tal blindagem consiste em módulos gradeados que tem como principal finalidade: fazer com que os dispositivos, ao atingirem a gaiola colocada cerca de 40 cm de distância do casco, tenham sua espoleta de iniciação deflagrada, provocando o prematuro acionamento de sua carga principal, antes de atingir a couraça do Bld.

Tratando-se de blindagem modular ativa, a mais difundida é a Blindagem ERA (*Explosive Reactive Armor*), que consiste em acoplar na viatura placas explosivas que, ao serem atingidas, detonam em sentido contrário, reduzindo a capacidade de penetração e defletindo a energia química e cinética das granadas perfurantes lançadas contra o Bld.

Hoje em dia, existem rojões com dupla cabeça de combate, sendo a primeira para detonar a blindagem reativa e permitir que a segunda penetre no blindado. A solução pode ser encontrada em um misto de blindagens modulares com outros sistemas ativos de defesa aproximada, que prometem 360° de proteção para o carro, inclusive na parte superior, por meio da detecção e intervenção na trajetória da munição disparada na direção do carro antes que ela o atinja. Os mais famosos, segundo Bastos (2010), são os projetos russos como o Arena-E e o Drodz, que fazem com que a munição detone a até 25 m do veículo; e, também, o israelense *Trophy*, que se constitui em um sistema de proteção ativo 360° ao redor e na parte superior do Bld.

#### MEIOS BLINDADOS EM USO PELO CFN E SEU EMPREGO EM ÁREAS

**URBANAS:** Vale ressaltar que as características técnicas dos nossos meios atuais garantem seu emprego seguro apenas em situações de conflito de baixa intensidade, como é o caso do Haiti e das recentes operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nas ruas do Rio de Janeiro, nas quais a força adversa não faça uso de AAC, minas e outros artefatos explosivos. Porém, por ser o CFN uma tropa de caráter expedicionário e, geralmente, baseada em navios, nossos meios devem ser leves e possuir facilidade de transporte de acordo com nossas capacidades. No entanto, nem sempre tais características, ou seja, uma fina blindagem, é a mais adequada.

<sup>7</sup> As blindagens modulares são geralmente desenvolvidas em forma de “Kits” (módulos) que são parafusados nas blindagens principais, podendo assumir diversos formatos e inclinações, possuindo ou não explosivos reativos em seu interior.

<sup>8</sup> A blindagem tipo gaiola é constituída de barras rígidas de metal e é considerada um dos tipos mais comuns de blindagem passiva usadas atualmente, sua eficácia é de 50% contra disparos de RPG, segundo dados extraídos do sítio [www.en.wikipedia.org/wiki/Slat\\_armor](http://www.en.wikipedia.org/wiki/Slat_armor).

Tendo em vista que parte das principais cidades do mundo são próximas ao litoral e que essas geralmente constituem centros de relevante importância econômica e de poder para seus contendores, nossa capacidade ofensiva para desembarque anfíbio deve ter condições de enfrentar essa realidade, porque em operações subsequentes poderemos estar em áreas edificadas ou sobre a influência dessas. Segundo o CGCFN-313, a existência de áreas urbanizadas nas OpAnf é quase que inevitável, uma vez que, normalmente, são selecionados como objetivos da Força-Tarefa Anfíbia campos de pouso e/ou portos existentes em localidades situadas junto ao litoral.

**BLINDADOS EM USO NO CFN:** A despeito de não possuímos hoje em dia um parque industrial bélico capacitado na produção e desenvolvimento tecnológico para blindados, a saída para o CFN foi adquiri-los no exterior, acarretando na dependência de sobressalentes e manutenções mais avançadas e das fábricas internacionais continuarem produzindo peças para a demanda de manutenção.

O CC SK105A2S, mesmo com todo atraso no que diz respeito à sua adequação ao combate urbano, com seu emprego judicioso e sempre pautado no apoio mútuo com a Inf, poderá ser de vital importância para a combinação de armas poder valer-se da sua grande capacidade de aquisição de alvos, principalmente, se fizer uso de seu moderno sistema termal, que possibilita operações em condições de visibilidade reduzida, detectando e engajando alvos no alcance máximo de seu armamento principal.

Apesar do M-113 não ser, comprovadamente, muito resistente às ameaças de RPG e outros explosivos, sua estrutura-base é de fácil transformação em diversas variantes. A versatilidade de sua plataforma é de grande valia em qualquer tipo de combate, incluindo o urbano, além de contar com a simplicidade de manutenção quando executada por guarnições experientes.

Essa excelente viatura, após 35 anos de bons serviços prestados, está sendo repotencializada. Mudanças em seu trem de força e rolamento permitirão um acréscimo de até três toneladas adicionais em blindagens suplementares, que não estão sendo introduzidas nesse processo, porém podem vir a ser adquiridas futuramente.

Já o Carro Lagarta Anfíbio (CLAnf), devido ao seu tamanho, enfrenta maiores dificuldades de mobilidade em ruas estreitas. Apesar dos norte-americanos utilizarem estas viaturas no Iraque, e nós mesmos em apoio à Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ), sua blindagem de alumínio, assim como a do M-113, não é a mais indicada para sofrer com as AAC e necessitariam ser empregadas com apoio de Vtr mais pesadas à frente.

A VBTP PIRANHA, apesar de possuir dupla estrutura de aço para uma melhor proteção contra calibres 12.7 mm e, ainda, blindagem inferior com formato do casco projetado para resistir melhor a minas e IED, ainda é considerada insuficiente para o moderno combate urbano, em que observamos exércitos mais experientes equipando seus Strykers<sup>9</sup> e LAV-25, que são praticamente as mesmas plataformas, com reforço na blindagem e reparos de armamentos operados por controle remoto, além de outras modificações para que as Vtr operem com mais segurança.

#### DOCTRINA PARA O EMPREGO DE MEIOS BLINDADOS EM ÁREA

**URBANA:** Os atuais manuais CGCFN-313 e CGCFN-31.1, de maneira generalizada, abrangem os mesmos aspectos dos manuais de Cavalaria

<sup>9</sup> As VBTP Stryker e a VBR LAV-25, tendo como principais usuários, respectivamente, o US ARMY e o USMC, oferecem proteção devido à sua blindagem constituída basicamente de aço e cerâmica, contra projéteis 14,5 mm, em seu arco frontal, e contra cart 7,62 mm e fragmentos de artilharia de 152 mm em todo o restante da viatura, segundo dados do [www.en.wikipedia.org](http://www.en.wikipedia.org).

do Exército Brasileiro (EB), como o C 2-1 e o C 17-20, e de exércitos com grande experiência operacional, como o *US Army*, nos assuntos relacionados ao uso de Bld em áreas edificadas, em que dificilmente modificações, principalmente no nível tático, podem ser incluídas sem adestramento específico ou experiências reais.

Segundo o CGCFN-313, a ação ofensiva sobre uma localidade deverá ser dividida em três fases: isolamento da localidade; apoio à conquista de uma área em sua periferia, visando à eliminação da observação e à redução dos fogos inimigos sobre as vias de acesso que conduzem ao interior da localidade, o que permitirá cerrar as armas de apoio e suprimentos para a investida; e progressão pelo interior da localidade, que consiste no avanço e limpeza da localidade propriamente dita.

Na 1ª fase, os Bld possuem relativa facilidade, visto que, ao alcançarem posições que possam fornecer dominância no terreno, esses conseguem impedir ou retardar a chegada de reforços ou a retirada de forças hostis da cidade sitiada por meio de seus armamentos orgânicos. Outro modo de utilização seria o de reforçar postos de controle de trânsito, em que a presença desses ajuda a inibir ações inimigas. Ainda nessa fase, os Bld podem executar fogos em alvos posicionados na orla da localidade, apoio de fogo e cortinas de fumaça em apoio à movimentação de tropas amigas.

Na 2ª fase, os Bld podem apoiar a conquista de áreas menos povoadas, que permitiriam carrear forças para o esforço principal, além de garantir segurança para a aproximação da artilharia. Nessa fase, a segurança dos Bld por elementos de Inf torna-se mais necessária.

A 3ª fase consiste no objeto de estudo deste artigo. Tal fase trata, basicamente, da adequada combinação de armas e métodos de coordenação e controle eficazes, essenciais para o sucesso da investida para a interiorização.

Essa etapa exige medidas de coordenação bem definidas no terreno, como linhas e pontos de controle, eixos de progressão e objetivos, convenção de sinais e gestos, para que a tropa progrida lado a lado e diminua o risco de fratricídio. Muitas vezes, as dificuldades de comunicação e a irregularidade das ruas não permitem uma progressão homogênea, sendo necessária uma atenção ainda maior da tropa, buscando meios para facilitar a comunicação visual dos vetores aéreos sobre os meios terrestres e entre as próprias frações vizinhas.

Em sua progressão, independente da proporção de meios Bld alocados para fração de Inf, notadamente, o que vem se materializando, desde a II Guerra Mundial, é a participação de efetivos no nível subunidade de Inf, dotados de variedade nos meios de apoio no cumprimento de tarefas específicas. Assim a tropa pode fazer uso do alcance dos armamentos para bater alvos mais distantes, ou que estejam em pontos fortificados, muitas vezes, a própria Inf, devendo designar esses alvos para as guarnições.

Levando-se em consideração o raio de giro do canhão e a sua incapacidade de atingir alvos elevados e que se encontrem mais próximos, este deve cobrir o avanço da Inf apoiada por VBTP de posições mais à retaguarda. Para isso, é de vital importância o tipo de munição a ser utilizada, devendo-se evitar o uso de granadas que possam ter partes descartadas durante a trajetória ou que possam trazer riscos à tropa amiga.

As VBTP deverão sempre possuir Inf desembarcada para executar sua segurança aproximada e prosseguir mediante o reconhecimento das pequenas frações de tropa, evitando serem atingidas por AAC. O papel das Vtr, no apoio à Inf, é fornecer ApF, transportá-la, levar feridos para a retaguarda e outros suprimentos mais pesados como

munição adicional, além de protegê-la contra tiros de armas leves e estilhaços de granadas e caso estejam equipadas com implementos de engenharia como lâminas e arados antiminas, poderão facilitar a segurança dos deslocamentos.

Sempre que possível deve-se buscar o apoio aéreo aproximado para reconhecimento, cobertura e ataque de posições do inimigo, que esteja, por exemplo, utilizando os terraços dos edifícios mais altos ou preparando-se para efetuar emboscadas.

No caso de operações defensivas no interior de localidades, o CC pode ser utilizado em vias penetrantes, onde o alcance do canhão deve ser valorizado. Entretanto, essa ação facilita a aquisição por vetores aéreos e AAC de longo alcance. Pode, também, ser empregado compondo forças de contra-ataque, devendo fazer uso da ação de choque para atacar posições à retaguarda do inimigo ou abrir brechas em seu dispositivo.

Em todas as fases ou tipos de operações, o combate urbano deve prever a criação de campos de prisioneiros e refugiados, segurança de instalações, escoltas de comboio, ações humanitárias e controle de distúrbios civis. Desta feita, o emprego de Bld dar-se-á com menor intensidade em sua execução, porém com grande eficiência, proporcionando, principalmente, a pequenos efetivos, poder dissuasório suficiente para cumprir suas tarefas.

## Conclusão

O crescimento desenfreado dos grandes centros urbanos e a concentração em seu interior dos principais focos de irradiação política, econômica e social fizeram desses, sem dúvida nenhuma, centros de gravidade de qualquer força beligerante, em que, dificilmente, uma nação conseguirá evitar que o combate invada suas ruas e avenidas em enfrentamentos futuros, já que as cidades levarão aos objetivos táticos e operacionais dos exércitos modernos.

Através de exemplos históricos, fica evidenciada a capacidade ofensiva de adaptação das tropas para fazer frente, com os meios blindados de que dispunham, a um inimigo que, neste cenário, possui uma série de vantagens defensivas, além de, na maioria das vezes, estar determinado a resistir e manter a posição diante da superioridade de forças. Porém, seria errado defender sua utilização em todas as situações, pois com a intensidade da operação diminuindo, o uso desses meios deve ser avaliado.

Entretanto, conforme análise do Major General Harmeyer (1999), comandante do Centro de Blindados do *US Army* em 1999, o emprego de meios blindados em operações urbanas é imprescindível, apesar das grandes dificuldades encontradas, principalmente em relação à mobilidade, não se admitindo, atualmente, um combate nessas situações de conflito sem a sua utilização. O objetivo deve ser empregá-los como meio dissuasório, capazes de resolver com maior rapidez os problemas e de exercer influência psicológica no inimigo.



Figura 11: Carros de Combate M-1A1 em adestramento no interior de uma área urbana simulada em Camp Lejeune

Fonte: sítio Commons Wikimedia ([www.commonswikimedia.org/.../File:Defense.gov\\_News](http://www.commonswikimedia.org/.../File:Defense.gov_News))



A falta de uma área específica para adestramento, onde possam operar em conjunto meios de combate, apoio ao combate e apoio de serviços ao combate dentro de um contexto de guerra urbana, visando ao trabalho em equipe para que esta suplante suas limitações, aumentando suas possibilidades de sobrevivência e a capacidade de concretização de seus objetivos comuns, pode futuramente trazer dificuldades na materialização do emprego dos GptOpFuzNav nesse tipo de ambiente operacional.

Devemos ter a consciência da árdua tarefa que se impõe para o alcance da habilidade em enfrentar as modernas ameaças encontradas em operações urbanas. Para tanto, faz-se necessário, principalmente, o aprimoramento do planejamento e da execução do emprego desta combinação de armas imprescindível a esse tipo de operação e também do aprimoramento da capacidade tecnológica, a fim de aperfeiçoarmos nossos meios blindados para adaptá-los ao moderno combate urbano.

## Referências

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. **Blindagem Gaiola**: “Uma luta contra o Lança Rojão”. Disponível em: <<http://www.ecsbddefesa.com.br/defesa/fts/Blindagem%20Gaiola.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2010.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. **M-1 Abrams para a Luta Urbana**. Disponível em: <[www.ecsbddefesa.com.br/defesa/fts/TUSK.pdf](http://www.ecsbddefesa.com.br/defesa/fts/TUSK.pdf)>. Acesso em: 24 fev. 2010.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **C 17-20**: Forças-Tarefas Blindadas. 3. ed. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **C 2-1**: Emprego da Cavalaria. 2. ed. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais **CGCFN-313**: Manual para Instrução de Emprego de Blindados de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais **CGCFN-31.1**: Manual de Operações Militares em Ambiente Urbano dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros. Rio de Janeiro, 2008.

FERREL, Bruce K. The Battle of Aachen. **ARMOR Magazine**, Fort Knox, nov/dec de 2000. Disponível em: <[www.knox.army.mil/center/ocoa/armormag/.../6aachen00.pdf](http://www.knox.army.mil/center/ocoa/armormag/.../6aachen00.pdf)>. Acesso em: 06 mar. 2010.

GOTT, Kendall D. **Breaking the mold tanks in the cities**. Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press, 2006. Disponível em: <[www.cgsc.edu/car/download/csipubs/gott\\_tanks.pdf](http://www.cgsc.edu/car/download/csipubs/gott_tanks.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2010.

HAHN II, Robert F. O Combate Urbano e o Combatente Urbano de 2025. **Military Review**. 2001.

HARMEYER, George H. Armor and MOUT. **ARMOR Magazine**, Fort Knox, mai/jun. de 1999. Disponível em: <<http://www.knox.army.mil/center/ocoa/armormag/backissues/.../3hatch99.pdf>>. Acesso em: 1 jun 2010.

KLUG, J. P. Armor's Role In Future U.S. MOUT Doctrine. **ARMOR Magazine**, Fort Knox, mai/jun. de 2000. Disponível em: <<http://www.knox.army.mil/center/ocoa/armormag/backissues/.../3mout00.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

KOMARROW, Steven. Tanks take a beating in Iraq. **USA Today**, Washington, 2005. Disponível em: <[www.usatoday.com/.../iraq/2005-03-29-abrams-tank-a\\_x.htm](http://www.usatoday.com/.../iraq/2005-03-29-abrams-tank-a_x.htm)>. Acesso em: 30 fev. 2010.

MESQUITA, Alex Alexandre de. As soluções das forças blindadas israelenses para os conflitos de baixa intensidade. **Ação de choque**: revista do Centro de Instrução de Blindados, Santa Maria, RS, n. 005, p. 4-10, 2006.

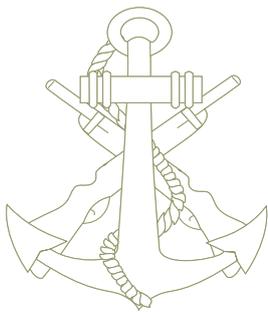
NOVSKOV, N. Soviet Tanks in City Fighting. **Red Star Magazine**, jun. 1946. Disponível em: <<http://www.lonesentry.com/articles/sovttanks/index.html>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

RIGOTTI, Arthur Márcio. **O emprego dos meios blindados da cavalaria no combate urbano**. Rio de Janeiro: ECEME, 2007.

THE ROLE of armor in urban combat. **DEFENSE UPDATE**, 2006. Disponível em: <http://defense-update.com/features/du-1-06/feature-urban-armor.htm>. Acesso em: 06 abr. 2010.

THOMAS, Timothy L. **Battle for Grozny**: the 31 December 1994-8 February 1995 Combat Studies Institute. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2002/MOUTThomas.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Army. Tank Urban Survivability. **Defense Update**, 2005. Disponível em: <<http://defense-update.com/products/t/tusk.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2010.



CF (FN) Anderson Azevedo Urbanog  
urbanog@hotmail.com

# O Treinamento Físico Militar na formação do Oficial Fuzileiro Naval



Figura 1: Partida dos Guardas-Marinhas para a XXIV Viagem de Instrução  
Fonte: NE Brasil (2010)

## Introdução

Na Escola Naval, a formação dos futuros oficiais Fuzileiros Navais dura quatro anos. Nesse período, os Aspirantes cumprem exigências curriculares relativas à disciplina Treinamento Físico Militar (TFM), a qual é aplicada com a periodicidade de cinco vezes por semana, totalizando 120 horas para cada ano de formação.

Tal aplicação sistemática do TFM tem continuidade na primeira parte do ciclo pós-escolar, visto que os Guardas-Marinhas Fuzileiros Navais (GM-FN) também cumprem 62 horas de TFM, como exigência curricular, durante os 70 dias do Estágio Especial de Guerra Anfíbia (EEGANf), o qual é realizado no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC).

Em contrapartida, durante a segunda parte do ciclo pós-escolar, caracterizada pelo embarque, por cerca de seis meses, no Navio-Escola Brasil (NE Brasil) para a realização da Viagem de Instrução de Guardas-Marinha (VIGM), o TFM deixa de ser obrigatório e passa a ser considerado atividade extraclasse, sendo realizado de forma não sistemática, individual e opcional.

Cabe destacar que a constante preocupação com o aprimoramento do condicionamento físico<sup>1</sup> dos militares da Marinha do Brasil (MB) é objeto de interesse do Comandante da Marinha (CM), que apresenta, anualmente, por meio de suas Orientações do Comandante da Marinha (ORCOM), a necessidade de fomentar a mentalidade de Educação Física e o incentivo à prática do TFM em toda a MB, como forma de aprimoramento da higidez física dos seus militares.

<sup>1</sup> O condicionamento físico do militar é essencial para a manutenção da saúde, da eficiência do desempenho profissional e da funcionalidade em combate (O'CONNOR; BAHRKE; TETU, 1990).

## Objetivo e Metodologia

Considerando as normas de TFM homologadas pelo manual *CGCFN-15*, foi iniciado um estudo a partir da aplicação sistemática de um programa de TFM a bordo do NE Brasil. O objetivo da pesquisa era verificar os efeitos da prática orientada de TFM na capacidade aeróbia e no percentual de gordura dos GM-FN, durante a segunda fase do ciclo pós-escolar, na XXIV VIGM em 2010.

Os GM-FN foram separados em dois grupos<sup>2</sup>: o grupo A, referenciado como “grupo-controle”, contou com a prática de TFM opcional, sem orientação e não periodizado; em contrapartida, o grupo B cumpriu o protocolo de treinamento orientado, seguindo as prescrições do *CGCFN-15*, conforme o Quadro 1.

Componentes essenciais para prescrição dos exercícios	Protocolo do treinamento dos GM-FN do grupo B
Modalidade	Circuito de exercícios variados envolvendo grandes grupamentos musculares
Intensidade	70% a 80% da Frequência Cardíaca Máxima (FCmáx.)
Duração	45 minutos
Frequência	3 vezes por semana, no período de JUL a NOV
Progressão da atividade física	Gasto calórico inicial médio de 300 kcal por sessão, com progressão de 100 kcal a cada 2 meses

Quadro 1: Prescrições de exercícios e protocolo de treinamento do Grupo B  
Fonte: o autor (2010)

<sup>2</sup> Grupo A e B com 11 e 10 militares, respectivamente.

Foram estabelecidos dois períodos para coleta dos dados, no início e ao final da comissão, todos a bordo do NE Brasil, na última semana de junho e na última semana de novembro, respectivamente.

A aferição da capacidade aeróbia foi realizada por meio de teste de campo<sup>3</sup> adaptado no próprio convés de voo do NE Brasil. O percentual de gordura dos GM-FN foram aferidos na mesma ocasião, por meio de obtenção de sinais de bioimpedância<sup>4</sup>, respeitando o jejum mínimo de seis horas antes da coleta.

Os dados obtidos na VIGM/2010, de ambos os grupos dos GM-FN (A e B), foram encaminhados para a seção de pesquisa do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN) para análise estatística e interpretação de cálculos de tendência central e dispersão, bem como para comparação e interpretação inter e intragrupos (A e B).

## Resultados e Discussão

A capacidade aeróbia do grupo A (grupo-controle) apresentou redução de 16,22% nos valores do consumo máximo de oxigênio ( $VO_2\max$ )<sup>5</sup>, variando de  $51,88 \pm 4,55 \text{ mlO}_2 \cdot \text{kg}^{-1} \cdot \text{min}^{-1}$  para  $44,64 \pm 3,98 \text{ mlO}_2 \cdot \text{kg}^{-1} \cdot \text{min}^{-1}$ . Em relação ao grupo B (TFM orientado), a capacidade aeróbia não sofreu variações significativas<sup>6</sup> do início ao final da comissão.

Em relação ao percentual de gordura (%G), ambos os grupos apresentaram reduções nos quantitativos de gordura corpórea. Os GM-FN apresentavam uma média global de  $16,21 \pm 2,31 \%$  G no início da comissão e ao final da viagem foram constatadas as médias de  $15,42 \pm 3,57 \%$  G ao grupo A e  $13,89 \pm 1,85 \%$  G ao grupo B. Esta redução significativa no percentual de gordura de ambos os grupos deve-se em parte às adaptações à rotina de bordo, considerando inclusive situações adversas do mar nas duas travessias oceânicas do Atlântico e o maior custo das refeições durante estada nos portos estrangeiros, principalmente nos países da União Europeia.

Destaca-se que o excesso de gordura na região abdominal, a chamada gordura visceral, está associada a maior incidência da síndrome metabólica<sup>7</sup>, isto é, conjunto de doenças relacionadas a: hipertensão arterial, resistência à insulina, colesterol elevado, redução do HDL (colesterol bom) e aumento do LDL (colesterol ruim), triglicérides elevado e intolerância à glicose.

<sup>3</sup> Por meio do Yo-yo Endurance (BANGSBO, 1996) foi avaliado o nível da capacidade aeróbia. O objetivo deste teste é estimar o consumo máximo de oxigênio ( $VO_2\max$ ). O teste consiste em realizar percursos de 20 metros, em regime de vaivém, a uma velocidade imposta por sinais sonoros. O teste inicia-se a uma velocidade de 8,5 km/h e ocorre o aumento da velocidade a cada minuto. Os avaliados colocam-se na linha de partida e iniciam o teste ao primeiro sinal sonoro. Deverão chegar ao local marcado, ultrapassando a linha, antes de soar o próximo sinal sonoro. O teste dá-se por finalizado com a desistência do avaliado ou quando este não conseguiu atingir a linha demarcada por duas vezes consecutivas.

<sup>4</sup> O exame de bioimpedância é um método moderno e considerado pela comunidade científica como de alta precisão na avaliação da composição corporal. Ele possibilita medir os percentuais de gordura que estão sob a pele e entre os órgãos, massa magra e água corporal. Isso é possível através de dois pares de eletrodos adesivos que são colocados na mão e no pé direito do examinado, os quais permitem que uma corrente elétrica de baixíssima intensidade passe pelo corpo do avaliado. O exame é totalmente indolor.

<sup>5</sup> O consumo máximo de oxigênio ( $VO_2\max$ ) representa a condição máxima de transporte, consumo e utilização do oxigênio pelo organismo, associado principalmente à capacidade do ser humano de realizar exercícios de média e longa duração, condição esta caracterizada nas atividades aeróbias (WILMORE; COSTILL, 2001).

<sup>6</sup> Considerando  $p \leq 0,05$ .

<sup>7</sup> O tratamento para a síndrome metabólica é baseado em eliminação de peso, prática de atividade física e, em certos casos, é necessário o uso de medicamentos (ACMS, 2000).

Mesmo não sendo objeto do presente estudo, foi notória a contribuição social que a condução sistematizada e coletiva do TFM proporcionou aos militares embarcados, regulando o estado emocional de ansiedade adaptativa<sup>8</sup> decorrente das diferentes rotinas de travessias e da estada nos portos nacionais e internacionais. Além disso, a condução do TFM favoreceu, de maneira geral, o bem-estar da tripulação, conforme relatou o CMG Rocha, Comandante do NE Brasil na VIGM/2010 e grande incentivador do presente estudo.

## Conclusão

Diante dos resultados supracitados, observa-se que a aplicação sistemática e orientada do TFM, durante quase um semestre embarcado nos meios navais da MB, proporcionou a manutenção da capacidade aeróbia e a redução mais expressiva na quantidade de gordura corpórea, representando melhores condições físicas e operativas dos militares de bordo, bem como fomentou a prevenção de doenças e promoveu a saúde, por meio da prática do TFM embarcado.

Os dados desta pesquisa são elucidativos em relação à importância de manter os militares bem condicionados fisicamente em sua formação profissional e no cumprimento das atividades peculiares à vida militar, além de apresentar parâmetros para mitigar o afastamento e o alto custo com os tratamentos causados pelas doenças relacionadas à síndrome metabólica.

Com apoio especializado dos educadores físicos e da seção de pesquisa do CEFAN, novos estudos podem ser realizados, inclusive sobre o aprimoramento da higidez física dos militares embarcados nos navios destacados para missão da *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL) e para traslado de tropas de FN para o Haiti por via marítima.



Figuras 2 e 3: Aferição da aptidão cardiorrespiratória e do percentual de gordura  
Fonte: o autor (2010)



Figuras 4 e 5: Ginástica Preparatória no convés de voo do NE Brasil  
Fonte: o autor (2010)

<sup>8</sup> A ansiedade é uma manifestação fisiológica inerente ao ser humano e até necessária para a sobrevivência social. Devemos diferenciar a ansiedade adaptativa (normal) da ansiedade patológica (doentia).



**Figura 6:** Grupo B realizando circuito de exercícios variados  
**Fonte:** NE Brasil (2010)

## Referências

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE (ACSM): manual do ACSM para teste de esforço e prescrição de exercício. 5 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

BANGSBO, J. **Yoyo Test**. Copenhagen: Ho Storm, 1996.

BRASIL. Gabinete do Comandante da Marinha. **Circular nº. 01 de 11 de janeiro de 2012 ORCOM 2012**: Orientações do Comandante da Marinha para 2012.

\_\_\_\_\_. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-15**: Normas sobre Treinamento Físico Militar, Teste de Avaliação Física e Suficiência Física na Marinha do Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

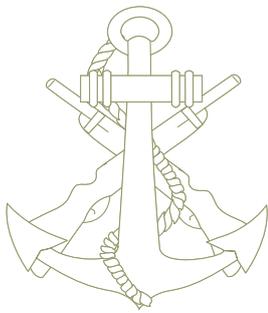
\_\_\_\_\_. Diretoria de Ensino da Marinha. **Currículo do Estágio de Especialização de Guerra Anfíbia**. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Ensino da Marinha. **Currículo de Formação de Oficiais da Escola Naval**. Rio de Janeiro, 2011.

MUNIZ, G. R. **Obesidade abdominal e sua correlação com um programa de condicionamento físico**. Rio de Janeiro: UNIFA, CCEM, 2006.

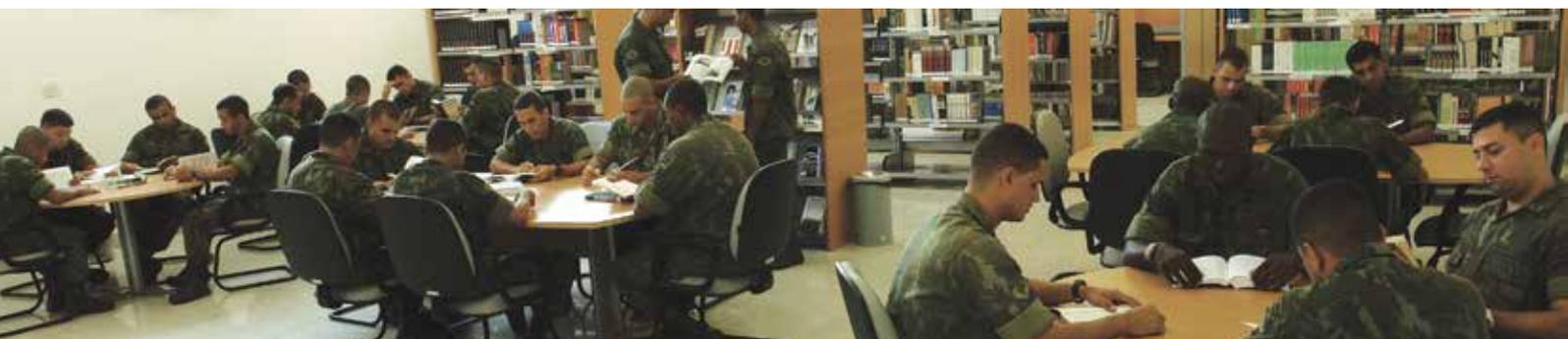
O'CONNOR J. S.; BHRKE M. S.; TETU, R. G. Active Army physical fitness survey. **Military Medicine**, 1990.

WILMORE, Jack. H. ; COSTILL, David. L. **Fisiologia do Esporte e do Exercício**. 2 ed. São Paulo: Manole, 2001. 709 p.



CF (FN) Osmar da Cunha Penha  
osmcpupe@hotmail.com

## Por que um Programa de Leitura Profissional?



Creio que a resposta para tal questionamento, a qual deve ser buscada incessantemente por todos nós ao longo da carreira, encontra-se no processo de educação profissional. Por quê? Bem, poderíamos relacionar uma infinidade de razões para tal, mas vou me limitar a uma abordagem relacionada à preparação para o combate.

A *educação profissional* serve como elo entre o entendimento do contexto estratégico, operacional ou tático, no qual estamos inseridos, e os fatores impactantes no processo decisório para cada situação vivida, sendo fundamental ao adequado *preparo mental* com vistas à prontificação para o combate. O ambiente operacional da atualidade, caracterizado por incerteza e alta letalidade, requer líderes física e mentalmente ágeis, capazes de tomarem difíceis e oportunas decisões diante de complexas e estressantes situações. A criação de oportunidades que coloquem esses líderes repetidas vezes em contato com o processo decisório permite ampliar-lhes a capacidade de julgamento e adaptação, bem como a flexibilidade. Adestramentos e exercícios de campo, assim como jogos de decisão rápida e jogos de guerra, são meios de incrementar tal processo. Entretanto, há de se ter a consciência de que, por maior que seja nossa estrutura, as oportunidades de pô-las em prática serão sempre limitadas. Dessa forma, não podemos desperdiçar a grande chance de estarmos em contato, por meio de leituras selecionadas, com a vasta experiência adquirida ao longo de gerações sobre a natureza e a conduta da guerra. Um livro, quando apropriadamente estudado e compreendido, proporciona o contato com numerosas situações, para as quais o processo decisório foi desenvolvido, qualquer que tenha sido ele, ampliando nosso *background* e nossa capacidade de julgamento.

Tal *capacidade de julgamento* e decisão ante o caos é o que tem diferenciado os grandes líderes da história; e a sua falta, levado outros ao total desastre. Para seu pleno desenvolvimento, não basta a mera leitura de manuais que, na maioria das vezes, trazem-nos visões estratificadas e simplificadas de diversos aspectos da teoria da guerra. Há de se buscar uma visão holística de tal fenômeno, procurando compreender os aspectos de sua natureza e de sua conduta. E é exatamente aqui que surge a *leitura profissional*, para a qual um programa a ser proposto deve servir como orientador desse processo

de enriquecimento. Dessa forma, o Programa de Leitura Profissional buscará ampliar nosso conhecimento e entendimento do fenômeno da guerra, alargando nossa capacidade de prover julgamentos militares oportunos que possam apoiar os processos decisórios em quaisquer níveis. Para tal, devemos desenvolver a capacidade de relacionar o que lemos, em algum momento de nossa vida, com a situação atual. O manual do *United States Marine Corps*<sup>1</sup> (USMC) MCRP 6-11A: *A book on books* sugere algumas maneiras de fazê-lo:

Ler, em profundidade, a respeito de certa batalha ou evento histórico, permitindo extrair o máximo de lições, sob diversos aspectos, tais como: estratégia, arte operacional, comando e controle, tecnologia, natureza e conduta da guerra, liderança, moral, entre outros;

- **Ler sobre diferentes batalhas:** com foco na observância de aspectos do combate que permaneceram imutáveis, não importando se atuais ou da antiguidade, se ocorreram no frio ou no calor, ou se tiveram lugar na selva ou no deserto. Os aspectos que apresentaram mudanças de uma batalha para a outra devem, da mesma forma, ser objeto de observação;
- **Ler sobre assuntos além de batalhas históricas:** buscando o aprofundamento na teoria da guerra. Preferencialmente, tal ação deve ser praticada com a leitura de obras completas dos autores originais, evitando estratificações e condensados teóricos de outros autores, que podem levar o leitor a involuntários aprisionamentos quanto ao entendimento da obra original. Deve-se buscar tirar conclusões próprias; e
- **Ler boa ficção:** alguns bons autores podem não saber nada sobre guerra, mas podem ser grandes conhecedores de aspectos da natureza humana como coragem, medo, altruísmo, liderança, entre outros, os quais têm grande importância no campo de batalha ou em situações de conflito. Talvez uma obra possa não dizer nada sobre o combate em si, mas muito tem a transmitir, por exemplo, sobre o gerenciamento do medo em situações de risco.

<sup>1</sup> USMC: Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América.

Por que um Programa de Leitura Profissional? Em síntese, poderíamos afirmar: para contribuir com nossa *educação profissional*, ampliando nosso *preparo mental*, essencial à nossa capacidade de julgamento e decisão. Entretanto, para que funcione, precisamos quebrar a barreira cultural do hábito pouco comum da leitura em nossa sociedade. A melhor maneira de aprender a gostar de ler é lendo. Cada um deve estabelecer o seu próprio ritmo e transformar a leitura em um valoroso vício em sua vida. Ter em mente que o mais importante é a compreensão do material lido e não o número de livros lidos. Mais vale ler um livro criticamente e absorver algo de interessante, a ler dez e não absorver conteúdo algum. No fim dessa trajetória, o importante é nos tornarmos melhores profissionais, melhores seres humanos e mais capacitados para o combate.



CT (FN) Thiago Ribeiro de Jesus  
thi\_cfn@yahoo.com.br

## A leitura em prol do desenvolvimento profissional

O conceito de leitura, segundo Bechara (2009), é o “ato ou hábito de ler. Aquilo que se lê; livro. Maneira de interpretar um texto, uma obra, um fato, etc.”

O hábito da leitura pode ser considerado como uma condição fundamental para a formação de um cidadão e essencial para o autoaperfeiçoamento técnico-profissional do militar. Ao ler, busca-se adquirir conhecimentos e aprimorar ideias, o que possibilita a capacidade de refletir e opinar sobre diferentes temáticas do cotidiano.

No Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), os militares são estimulados, pelos seus Comandantes, à leitura de livros e manuais que constam do Programa de Leitura Profissional do CFN, o qual possibilita a atualização e o aprimoramento do conhecimento dos Fuzileiros Navais. Além disso, os militares são incentivados a produzirem artigos profissionais para periódicos, tais como: *Flash Doutrinário*, *Notícias e Eventos do Corpo de Fuzileiros Navais* (NOTANF), *Revista O Anfíbio*, *Âncoras e Fuzis*, entre outros. Estes são destinados a divulgar a doutrina anfíbia e constituem-se como material para futuros debates.

### O Hábito da Leitura e o Desenvolvimento Profissional

O desenvolvimento profissional está intrinsecamente ligado à prática da leitura, pois, por meio dela, amplia-se o conhecimento técnico-profissional nas diversas áreas requeridas para o exercício da profissão, além de contribuir para o aumento do vocabulário, da cultura geral e do desenvolvimento da habilidade de formar opinião, senso crítico, em face do aumento da cultura adquirida.

No Corpo de Fuzileiros Navais, observa-se uma preocupação constante em incentivar e acompanhar a prática de leitura. Busca-se aprimorar a educação profissional, ampliando o preparo mental e o desenvolvimento

## Referências

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. **Programa de Leitura Profissional do CFN**. 2 ed. Rio de Janeiro, 2011.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Marine Corps. **MCRP 6-11A: A book on books**. Washington D.C., 1997.

do senso crítico, o que resulta em maior capacidade de reflexão por ocasião da análise dos problemas militares e na rápida tomada de decisão.

É importante ressaltar que a escrita está também intrinsecamente ligada à leitura. A partir do momento em que se passa a ler, por meio dos mais diversos meios de comunicação, a escrita melhora sensivelmente, já que o leitor amplia seus conhecimentos sobre a língua, por estar em contato rotineiro com as palavras, expressões e estruturas linguísticas. Sabe-se o quão desagradável é receber um documento com diversos erros em relação às normas da Língua Portuguesa. A leitura possibilita reduzir problemas referentes a erros ortográficos e gramaticais, comumente encontrados na confecção de documentos organizacionais expedidos.

Sendo assim, as pessoas podem se desenvolver profissionalmente com base no interesse e uso da leitura. Adicionalmente, sabendo-se que a leitura contribui para o desenvolvimento intelectual do ser humano, há de se pensar que o incentivo ao ato de ler e a disponibilidade de diversas formas de apresentação de volumes bibliográficos deva ser uma contínua rotina nos meios educacionais de formação e desenvolvimento profissional no Brasil.

### O Incentivo à Leitura Profissional no Corpo de Fuzileiros Navais

No contexto das organizações militares que desenvolvem ações voltadas ao fomento à leitura, pode-se destacar o Corpo de Fuzileiros Navais. O Comando-Geral do CFN desenvolveu, ao longo dos últimos anos, medidas que promovessem e facilitassem o acesso aos livros, assim como a troca de experiências e debates de assuntos técnico-profissionais, de modo a contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos combatentes anfíbios.

Em 2008, interligada à Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha, foi inaugurada a Biblioteca do Corpo de Fuzileiros Navais, a qual conta com um acervo bibliográfico dos mais variados assuntos, além de uma Videoteca composta por DVDs sobre Ciência Militar, História Militar e Liderança. A biblioteca está em funcionamento no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), onde são ministrados diversos cursos e estágios de formação militar. Esta localização estratégica facilita o acesso dos “alunos-militares” aos conhecimentos profissionais e culturais, além de proporcionar o acesso à leitura a, aproximadamente, cinco mil militares que servem em Organizações Militares do Complexo Naval da Ilha do Governador (CNIG).

No ano de 2009, o CFN implementou o Programa de Leitura Profissional, que tem por objetivo complementar o *preparo acadêmico e atualizar seus oficiais e praças*, motivando-os a efetuarem a leitura de livros de história militar e manuais operativos, tanto em língua portuguesa quanto em língua estrangeira. Conforme publicado nas Normas para o Incentivo a Leituras Profissionais e Elaboração de Resenhas pelos Fuzileiros Navais (BRASIL, 2010), a leitura profissional visa “ao aprimoramento do conhecimento e das competências individuais, bem como o desenvolvimento da capacidade de análise, síntese e raciocínio lógico e sistematizado, voltado para a obtenção de conclusões próprias”.

Sob supervisão do Comando do Desenvolvimento Doutrinário do CFN (CDDCFN), ao final de cada ano, é disponibilizada uma lista de livros e manuais, dividida por postos e graduação. Cada militar selecionará um livro e um manual para proceder à leitura. No caso dos oficiais, deve-se fazer uma carta com os principais ensinamentos colhidos

por intermédio da leitura e encaminhá-la ao CDDCFN, que, após avaliação, poderá ser disponibilizada no sítio eletrônico desse Comando.

No âmbito das praças, quando matriculadas nos cursos de especialização, habilitação e aperfeiçoamento, os militares realizam a leitura das publicações do Programa e apresentam uma resenha. Estas são corrigidas e retornam aos militares, contendo as considerações julgadas pertinentes pelos avaliadores.

Por meio de diversos periódicos, o CFN complementa seu incentivo à leitura sobre assuntos voltados ao campo militar, possibilitando a atualização e o aprimoramento do conhecimento profissional dos Fuzileiros Navais. Com artigos publicados por militares da ativa e da reserva, estes periódicos são disponibilizados em meio físico e eletrônico, gratuitamente.

O periódico *Âncoras e Fuzis*, por exemplo, possui uma seção denominada “Decida” destinada à prática da tomada de decisões para problemas militares de nível tático. Nela são apresentadas algumas situações de combate, sugerindo que os leitores desenvolvam a capacidade de julgamento e decisão em tempos que sejam mais ágeis que o processo decisório do oponente. Com a leitura e a prática destes exercícios, os militares adquirem conhecimentos profissionais que aprimoram as condições para tomada de difíceis e oportunas decisões frente às complexas e estressantes situações de combate.

Desta forma, observa-se a preocupação por parte do Corpo de Fuzileiros Navais, não só com o preparo físico e técnico do combatente anfíbio, mas também com o seu preparo intelectual, visando a sua “prontificação” para o combate.

## Referências

BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BISPO, Patrícia. **Incentivo à leitura leva conhecimento às empresas**. Disponível em: <<http://www.rh.com.br/Portal/Desenvolvimento/Materia/7646/incentivo-a-leitura-leva-conhecimento-as-empresas.html>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais. **CPESMARINST Nº 30-04D**: Normas para o incentivo a leituras profissionais e elaboração de resenhas pelos Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2010.

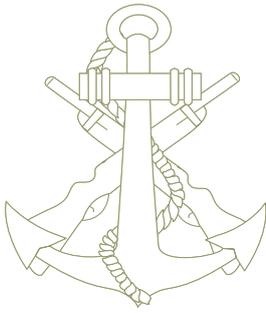
BRASIL. Marinha do Brasil. Comando da Marinha. **ORISSET**, 2012. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Relatório parcial de 06 meses do Adido Naval nos Estados Unidos e Canadá. In: **CURSO COMMAND AND STAFF COLLEGE** Rio de Janeiro, 2010.

CALDEIRAS, Julio. **Incentivo à leitura estimula o crescimento profissional**. Disponível em: <[http://www.canalrh.com.br/Mundos/casesderh\\_artigo.asp?ace\\_news={5238EFD0-0158-4B48-B48F-CE50BB1879FD}&o={FB896397-ED31-4791-9F60-258FD50D504B}&sp=C1P;Sx=5D67K.CQRAp;V4KFT8LGS?ySME6C](http://www.canalrh.com.br/Mundos/casesderh_artigo.asp?ace_news={5238EFD0-0158-4B48-B48F-CE50BB1879FD}&o={FB896397-ED31-4791-9F60-258FD50D504B}&sp=C1P;Sx=5D67K.CQRAp;V4KFT8LGS?ySME6C)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

GOULART, Nathalia. **Hábito de leitura cai no Brasil, revela pesquisa**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/habito-de-leitura-no-brasil-cai-ate-entre-criancas>>. Acesso em: 26 mai. 2012.

PENHA, Osmar da Cunha. Por que um programa de leitura profissional? **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, n. 44, 2013. No prelo.



1T(RM2-S) Carla Andressa Diele  
diele@gfnrj.mar.mil.br

# Emprego dos cães do GptFNRJ em segurança de instalações e atividades operativas

## Introdução

O Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro (GptFNRJ), criado em 03 de abril de 1963 por meio do Aviso Ministerial nº 610, tem por missão executar operações de defesa de portos e terminais marítimos; de intervenção e manutenção da ordem em pontos sensíveis; e de proteção às instalações de interesse da Marinha do Brasil (MB) na área do 1º Distrito Naval (1º DN), a fim de contribuir para a execução de operações navais, aeronavais, de fuzileiros navais e terrestres de caráter naval na área de jurisdição do 1º DN.

Entre as tarefas referentes à sua missão, o GptFNRJ contribui, ainda, com a Força de Emprego Rápido Distrital, empregando um Grupo Operativo de Fuzileiros Navais em nível Elemento Anfíbio. Para auxiliar o Grupamento em determinadas tarefas, em 2008, criou-se o Setor de Cães ligado à Companhia de Polícia. Tomando como base as atividades que os cães já realizam na Companhia de Polícia do Comando da Tropa de Reforço (ComTrRef), o GptFNRJ emprega os cães para segurança de instalações, controle de distúrbios, policiamento ostensivo, busca e captura, farejamento de explosivos, além de realizar treino com obstáculos (*Agility*).

Atualmente, o canil do GptFNRJ conta com o trabalho de cães das raças Rottweiler, Pastor Alemão, Labrador e Pastor Belga Malinois, cada qual direcionado para sua aptidão. O setor possui uma oficial veterinária, responsável pela higiene dos animais e profilaxia do ambiente; e militares com curso cinotécnico, responsáveis pelo adestramento dos cães.

O adestramento do cão começa logo nos primeiros meses de vida, após a seleção, quando se testará principalmente a sua personalidade. A coragem, por exemplo, é um fator que não pode faltar a um cão militar. Passada essa fase, dá-se início ao treinamento, que pode durar até um ano e meio. Logo que considerado apto, o cão é liberado para participar das missões. Os animais são treinados diariamente de acordo com a função que irão desempenhar. Os treinamentos seguem por toda a vida militar do animal, até a sua "ida para reserva", que ocorre por volta dos oito anos de idade, dependendo das condições físicas e de saúde do animal. Na época da "aposentadoria", o cão permanece no canil ou é doado ao seu condutor, mediante assinatura de termo de compromisso por parte do adotante.



Figura 1: Canil GptFNRJ  
Fonte: o autor (2011)

## Atividades exercidas no Grupamento

**SEGURANÇA DE INSTALAÇÕES:** Por meio de patrulha ou emprego dos cães em cercas duplas ou cabos de aço, os animais compõem o sistema de segurança, impõem medo e respeito, além de servir como alarme em qualquer desordem.

**POLICIAMENTO OSTENSIVO:** Apoio de policiamento e segurança por meios não letais de prisão de criminosos: detecção de intrusos, investigação de edificações ou áreas abertas e detecção de presença de explosivos por meio do faro.

**CONTROLE DE DISTÚRBIOS:** O objetivo é dispersar a massa agitadora. Geralmente, cães das raças Rottweiler e Pastor são utilizados para essas missões. A vantagem da utilização dos cães é que eles, além de proteger os flancos e retaguarda das tropas de choque, inibem o avanço da massa agitadora em direção à tropa.

**CÃES PARA DETECÇÃO:** Pela vantagem de possuírem o faro extremamente aguçado, os cães são excelentes para atuarem em atividades como busca e captura ou busca e resgate, detecção de drogas, armas e explosivos. Atualmente, no GptFNRJ, os cães são treinados para detecção de explosivos, mas, a exemplo do ComTrRef, pretende-se aprimorá-los para as demais atividades de detecção.

**TRABALHO COM OBSTÁCULOS:** O trabalho com obstáculos (*agility*) é uma prova de habilidade feita em dupla, composta pelo cão e seu condutor; nela a velocidade é fundamental. Tal atividade, além de manter o vigor físico do animal e massificar o treinamento de obediência, estreita o vínculo animal-instrutor, fundamental para eficácia de qualquer missão.

**SAÚDE:** Os grandes deslocamentos, as condições ambientais desfavoráveis e as próprias consequências do emprego tático demandam a preservação da higidez desses animais.

O apoio médico veterinário para os cães, visando a um bom desempenho do animal, é importante para que eles vivam em um ambiente salutar. A profilaxia (vacinações, controle de ecto e endoparasitas, além da higiene do local), o diagnóstico precoce de determinadas doenças e o atendimento rápido, mediante qualquer acidente em missão, aliados à grande capacidade de adaptação dos cães, fazem com que os mesmos possam acompanhar os condutores nas diferentes atividades operacionais para as quais forem escalados.

O crescimento do efetivo canino na MB é um indicio de que a utilização de cães contribui valorosamente para o cumprimento das tarefas. O GptFN RJ visa a utilizar os cães nas diversas atividades Operacionais e de Segurança, quais sejam: serviço de polícia em operações de paz no Haiti; controle de distúrbios; revistas em posto de controle de trânsito; segurança de instalações; apoio à prevenção e investigação de crimes em áreas da administração militar com a atividade de faro de explosivos; defesa de porto; embarque em navios da Esquadra para operações anfíbias; operações de patrulha; desfiles de Unidade Anfíbia, etc. Para isso, o GptFN RJ vem trabalhando na qualidade do adestramento, investindo tanto nos militares que trabalham no setor, por meio de aperfeiçoamento em cursos, quanto no apoio à saúde dos cães, com suporte veterinário.

## Policiamento Ostensivo



Figura 2: Adestramento - o condutor revista o suspeito enquanto o cão mantém vigilância sem atacar  
Fonte: o autor (2011)



Figura 3: Adestramento - perseguição ao suspeito em fuga  
Fonte: autor (2011)



Figura 4: Adestramento - durante a revista o suspeito empurra o condutor e o cão ataca  
Fonte: autor (2011)

## Trabalho com Obstáculos



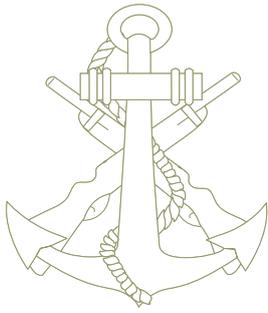
Figura 5: Treinamento de *agility* - cão pulando obstáculo  
Fonte: o autor (2011)



Figura 6: Treinamento de *agility* - cão passando pela rampa  
Fonte: o autor (2011)



Figura 7: Treinamento de *agility* - cão pulando no aro  
Fonte: o autor (2011)



CMG (FN) Edson de Oliveira  
cffnedson2000@yahoo.com.br

# A chave do sucesso nos campos de batalha do século XXI

*O militar deve agir como se mil olhos o vissem e mil mãos o apontassem.*

Provérbio japonês

Da leitura de um interessante artigo da *Military Review*, produzido pelo Major Douglas A. Pryer, do Exército dos EUA, revivi inquietações que sempre me acompanharam durante a minha vivência nas tropas do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Elas dizem respeito ao comportamento do combatente no estressante ambiente de combate e à manutenção de uma ética comportamental aceitável aos olhos da justiça e da sociedade em que vivemos. Esta resenha procura apresentar, resumidamente, o trabalho do Major. Em seguida faz uma breve análise do caso da nossa instituição e, finalmente, apresenta a validade de algumas sugestões do articulista.

É comum a argumentação, até no meio acadêmico, de que, em situação extrema, todo soldado está preparado para manter sua lucidez e sua capacidade de decisão, resistindo aos impulsos da agressividade desmedida. O artigo apresenta fatos que contrariam essa assertiva, ao mesmo tempo que propõe soluções para a melhoria da situação observada. Afinal, simular as condições extremas do combate é muito difícil, mormente as condições psicológicas do combatente submetido ao cansaço, ao medo e à frustração.

O artigo apresenta, inicialmente, uma comparação entre dois momentos históricos vividos em uma brigada do Exército Americano, ocorridos em 1997 e em 2004. No primeiro evento, durante um exercício de simulação, a brigada combate contra um inimigo poderoso baseado na doutrina do Exército Soviético e, devido a uma consciência situacional inédita, fruto de moderna tecnologia de monitoramento, a brigada obtém pleno êxito e nenhuma baixa havia sido provocada por fratricídio. Acreditava-se estar na vanguarda de uma “Revolução em Assuntos Militares”.

No segundo momento, vem a “dose de realidade”, quando um pelotão da mesma brigada deteve dois moradores em um posto de controle em Samarra, no Iraque, em horário avançado. Decidido a aplicar uma lição aos iraquianos, pela violação do toque de recolher, o Tenente Saville ordenou uma perseguição aos moradores até uma ponte sobre a represa de Tharthar e mandou atirá-los ao Rio Tigre. O que aconteceu exatamente nunca foi comprovado, porém alegou-se que um dos iraquianos havia morrido naquele episódio.

O incidente teve repercussão internacional. Saville demonstrou imprudência e negligência, sendo acusado, juntamente com seus subordinados, de homicídio culposo. O discernimento ético do Tenente-Coronel Nathan Sassaman, comandante do batalhão, mostrou-se tão distorcido quanto o de Saville, tendo mentido e ordenado que seus soldados também o fizessem.

<sup>1</sup> Relato baseado em experiência pessoal do autor do artigo, que exercia a função de subchefe de Inteligência da brigada nesse exercício.

A cobertura dada pela imprensa revelou uma imagem nada lisonjeira das táticas usadas pelo batalhão. A Unidade havia invadido casas, arrombado portas, humilhado cidadãos comuns na frente de suas famílias, conduzido interrogatórios violentos, detido grandes grupos indiscriminadamente, exagerado na execução de fogos e recusado tratamento médico aos insurgentes feridos. Essa imagem negativa pode ter sido exagerada, entretanto sugere que havia graves problemas arraigados nessa Unidade, tanto em relação às táticas agressivas, quanto do ponto de vista ético.

A “Brigada de Ferro” da 4ª Divisão de Infantaria, como era conhecida aquela grande Unidade, não foi a única a enfrentar dificuldades para se adaptar ao combate no século XXI. No Iraque e no Afeganistão, mais que no Vietnã, a força das armas não derrotou as tropas americanas. Entretanto, apesar da avassaladora vantagem em poder de combate, houve derrotas tão terríveis nos dois países que quase “perdemos a guerra”, afirma Pryer.

Graças aos computadores pessoais, à internet, aos telefones celulares, às câmeras digitais e a uma série de outros aparelhos de comunicação de alta velocidade, o mundo consegue obter informações sobre a má conduta de soldados de modo muito mais rápido, completo e impactante. Tudo isso gera reflexos diretos na imagem das Forças, reduzindo o apoio por parte das populações locais.

Incidentes desta natureza provocam tanta repercussão negativa que acabam adquirindo a dimensão antes reservada apenas às grandes derrotas em campanhas históricas. Guantánamo, Abu Ghraib, Bagram, Samarra, Mahudiyah ou Kunduz adquiriram o mesmo peso de revezes como Passo de Kasserine ou Floresta de Hurtgen. Ademais, tais relatos inspiram inimigos na busca pela vitória moral. O articulista lamenta que essas derrotas não tenham sido trazidas pelas mãos do inimigo, “infelizmente, nós as infligimos a nós mesmos, com nossas ações antiéticas”.

O Major Pryer relembra a Guerra de Independência, quando os líderes do Exército Continental e do Congresso estavam determinados a ganhar a luta, mas de modo compatível com os princípios morais da jovem nação e com suas crenças nos direitos humanos. O Exército Continental portou-se com humanidade incomum para a época.

Também ilustra com outra passagem da Guerra de Secessão, em julho de 1862, quando o General Henry Halleck, à época comandante das forças da União, chamou o acadêmico Francis Lieber para regular a conduta de guerra do Exército da União. Lieber produziu um código – “Código Lieber” – aprovado, em abril de 1863, pelo Presidente Abraham Lincoln e publicado como a “Ordem Geral 100”, em maio de 1863. Uma notável diretriz do Exército que não só englobou essas duas tradições, mas também refletiu sua relativa ordem de precedência. O Có-

digo Lieber continha regras destinadas a garantir que as tropas da União tratassem humanamente tanto os não combatentes, quanto os prisioneiros de guerra. Proibia certas práticas, como a tortura, o uso de venenos, a recusa de clemência ou tratamento misericordioso. Décadas depois da guerra, esse código se tornou a fonte principal para os formuladores das Convenções de Haia de 1899 e 1907<sup>2</sup>.

A essa tradição de humanidade, o autor contrapôs uma tradição ética menos dominante pautada pela ideia de que “o fim justifica os meios”, principalmente quando esse fim é obter a vitória ou salvar vidas de compatriotas. Persistia uma forte contracorrente, a opção de violar a regra em caso de “necessidade militar”. Essa tensão entre as duas tradições éticas elencadas nunca foi completamente resolvida. Como exemplo, cita que, em 2002, o Presidente George W. Bush e Donald Rumsfeld baixaram diretrizes, as quais indicavam que os agentes do Talibã e da Al Qaeda não precisavam ser tratados segundo as Convenções de Genebra, em casos de “necessidade militar”.

Pryer atribui a percepção de problemas na ética à crença de que se poderia ignorar a dimensão humana e moral da guerra, apoiando-se em sistemas de armas e inteligência de alta tecnologia. As experiências vividas estimularam uma mentalidade de “proteção da Força a qualquer custo” e de que era preciso “deixar de delicadezas” nos interrogatórios que salvariam vidas americanas. Também o planejamento operacional “baseado em efeitos” teria levado os comandantes a avaliar as ações com base apenas nos efeitos previstos, negando a rejeição de ações contrárias a princípios básicos do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA).

Pesquisa realizada em 2006, junto a soldados e fuzileiros navais no Iraque, sobre a validade da tortura em algumas circunstâncias, apresentou resultado que alarmou o próprio General David Petraeus, à época Comandante do Teatro de Operações. Apenas 47% dos soldados e 38% dos fuzileiros navais concordaram que não combatentes deveriam ser tratados com dignidade e respeito, mais de um terço de todos os soldados e fuzileiros navais afirmou que a tortura deveria ser permitida para salvar a vida de um companheiro e menos da metade disse que delataria um colega da equipe por comportamento antiético. Além disso, 10% dos militares informaram ter maltratado não combatentes ou danificado propriedades quando isso não era necessário. Isso demonstra que ainda há debates sobre o assunto no seio das forças. O General Petraeus reagiu, escrevendo uma carta aberta às tropas, na qual frisou que eles fracassariam se não pudessem mostrar ao povo iraquiano que possuíam a “superioridade moral” na guerra.

Pryer cita também um trabalho de Dick Couch, ex-oficial integrante das Forças Especiais da Marinha dos EUA (SEAL), que demonstra que o problema mais grave reside nas subculturas ocultas em algumas unidades operacionais. Couch observa que jovens oficiais e recrutas saem das instituições de formação com um entendimento completo dos valores militares, mas, ao serem designados para unidades operacionais, acabam por adquirir, da cultura organizacional dessas unidades, traços que podem ser potencialmente perigosos. Segundo Couch, essa subcultura pode ser dominada por alguns formadores de opinião, a quem chamou de “insurgentes morais ou éticos”, que acabam por obter o consentimento tácito dos demais integrantes da unidade, impingindo ao grupo uma visão distorcida. O episódio de Abu Ghraib foi o exemplo mais extremo, longe de ser o único, de uma tropa liderada por “insurgentes éticos”, o que comprova a teoria de Couch.

<sup>2</sup> Segundo Taylor, o Código Lieber “foi, por cinquenta anos, o pronunciamento oficial do Exército sobre o tema; forneceu grande parte do material para as Convenções de Haia de 1899 e 1907; e continua a receber atenção hoje como o documento que deu início à codificação das Leis da Guerra Terrestre”.

O Major Pryer afirma que “não é nenhum exagero dizer que todas as grandes derrotas morais que sofremos, até agora, na guerra contra o terrorismo envolveram subculturas nocivas, em diferentes graus. Para evitar futuras derrotas, precisamos, primeiro, corrigir a conduta nas subunidades”.

O processo de cura tem sido lento. Uma das medidas foi revisar substancialmente a doutrina sobre a conduta no campo de batalha; outra foi aprimorar o ensino de ética no treinamento básico. Hoje, todos os alunos portam um cartão denominado “Regras do Soldado” (uma versão resumida da Lei da Guerra)<sup>3</sup>.

O autor observa que, nos últimos anos, vem aumentando a ênfase na necessidade dos soldados entenderem a cultura local. O Exército dos EUA tem desdobrado, junto a cada comandante de brigada, uma “equipe de terreno humano”, composta por antropólogos e cientistas sociais, que tem demonstrado sua importância. Afinal, violações de costumes locais, **até mesmo não intencionais**<sup>4</sup>, podem prejudicar, seriamente, o apoio popular na área de operações.

Além dessas medidas, Pryer apresenta algumas sugestões para um treinamento cultural, uma vez que advoga ser necessário e relevante para o êxito em combate na era da informação.<sup>5</sup>

O autor afirma que o Exército americano ganhou quase todas as batalhas no Iraque e no Afeganistão e, mesmo assim, quase “perdeu a guerra”. Ainda hoje, o resultado desses dois conflitos é extremamente questionado. Lembrando o General George Marshall que falou da “fera interior” que aflora dentro do indivíduo em combate, ele assevera que, na era da informação, se essa fera assumir o controle, poderá surgir, dentro das nossas próprias fileiras, alguém muito mais perigoso do que qualquer terrorista que tenhamos de enfrentar no campo de batalha: o “insurgente moral”, capaz de revezes muito maiores, principalmente do ponto de vista político.

Para derrotar esse perigoso combatente, a conduta ética correta, no campo de batalha, importa mais do que tecnologia, viaturas blindadas, técnicas de tiro, alcance das armas, entre outros. No século XXI, a importância da conduta no campo de batalha, que já é grande, só tende a crescer, à medida que a tecnologia da informação à disposição do cidadão comum melhorar. A mídia transformou-se no grande fator nivelador de todas as formas de combate, graças a sua capacidade de “fiscalizar” condutas. Os conflitos deverão ser travados de acordo com princípios éticos por pura necessidade prática. Seria esta a verdadeira Revolução em Assuntos Militares (RAM).

Para nos ambientarmos nesta discussão, é preciso realçar algumas características do conflito vivido pela Brigada de Ferro. É certo que o ambiente, na campanha do Iraque, era bastante hostil às tropas americanas, em face de um inimigo atípico, sem cara e que se vale de diversas condutas pouco éticas. O sentimento do povo americano, inclusive seus governantes, estava dominado pelos efeitos do atentado de 11 de setembro de 2001. Da mesma forma, na campanha do Afeganistão, as tropas estadunidenses estavam mergulhadas em ambiente semelhante. Não resta dúvida de que, nesta situação, os sentimentos negativos buscam desviar o combatente do caminho da ética. Todavia, esse é, exatamente, um exemplo da situação extrema que pretendemos abordar nesta argumentação. Vale lembrar que a avaliação da situação depende, em grande parte, da forma como o combatente a encara.

<sup>3</sup> Cartão semelhante é editado pela ONU para os integrantes das Forças de Paz.

<sup>4</sup> Grifo nosso.

<sup>5</sup> Com o propósito de trazer esta discussão para o CFN, abordaremos tais sugestões mais adiante, após tecermos comentários sobre o assunto na nossa instituição.

Trazendo esta discussão para o nosso CFN, observamos que a instrução sobre a Lei da Guerra ganhou, nos últimos anos, maior impulso em face dos eventos de Força de Paz da ONU, particularmente com a preparação para o contingente da Força de Paz do Haiti. As instruções teóricas são apresentadas por colaboradores integrantes do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e, posteriormente, o adestramento promovido pela FFE adéqua esses conhecimentos adquiridos aos cenários previstos na área de operações. Tais cenários são avaliados, permanentemente, e elaborados conforme a evolução da situação no Haiti.

Antes desse período, era raro tratar-se do assunto, principalmente dentro das unidades de tropa do CFN. Percebe-se uma evolução, mas esse adestramento não tem sido generalizado para toda a tropa. Conta a favor o fato de que, passados já 18 contingentes pela *United Nations Stabilization Mission in Haiti* (MINUSTAH)<sup>6</sup>, o total de militares que recebeu tal adestramento já é considerável. Também o adestramento de Regras de Engajamento atende, parcialmente, tal necessidade, mas não está voltado para o aspecto ético do problema.

Outro aspecto levantado por Pryer, que se aplica ao CFN, trata das subculturas organizacionais das unidades operacionais. Apesar da nossa cultura organizacional estar consubstanciada nos seus valores de honra, competência, determinação e profissionalismo, é notório que tal aspecto assume caráter próprio em diferentes unidades. Não resta dúvida de que a subcultura organizacional dos batalhões de infantaria, por exemplo, guarda algumas diferenças com a da engenharia, da artilharia, do Grupamento de Ladário ou do Batalhão Tonelero. Isto é compreensível e natural, portanto, não pode ser encarado como um problema, mas, sim, como uma identidade da unidade.

Entretanto, certamente não estamos livres de que alguma dessas subculturas organizacionais possa se tornar nociva, para isto basta que o aguerrimento natural dos fuzileiros navais seja conduzido por um “insurgente ético” numa situação limite.

No caso brasileiro, o campo não é fértil para estes insurgentes, pois os oficiais, particularmente, e os soldados, em geral, são naturalmente preocupados com a mídia. Porém, chamamos a atenção de que o aspecto nocivo de algumas subculturas podem manifestar-se, às vezes, em situações aparentemente inofensivas, como no caso da letra de música cantada por tropas durante as corridas da educação física, tal como: “O interrogatório / É muito fácil de fazer / Pega o inimigo / E dá pancada até dizer.”

Apesar desses cânticos terem seu aspecto positivo de desenvolver o aguerrimento do combatente, eles podem convencer ao jovem, cuja firmeza cultural e ética não está plenamente consolidada, de que tais práticas serão aceitas quando ocorrerem situações extremas. Ora! Todos sabemos que a sociedade brasileira não as aceitará; logo, pouco importará a vitória militar, pois advirá a derrota moral.

O controle da mídia no campo de batalha já mostrou-se difícil de ser conquistado, até por países desenvolvidos com grande capacidade tecnológica. Certamente essa dificuldade ampliar-se-á no nosso caso.

Conforme dissemos, o Major Pryer apresenta em seu trabalho sugestões para um treinamento cultural. Selecionamos as que não estão particularizadas para emprego no Exército dos EUA e que seriam aplicáveis à nossa realidade, ao mesmo tempo em que tecemos alguns comentários sobre elas:

- O treinamento sobre os valores da Força, a Lei da Guerra e as Regras de Engajamento precisa ser de responsabili-

dade do comando. O impacto desse treinamento assume outra magnitude quando é conduzido pelo comandante ou por outro oficial combatente da unidade.

- As discussões devem ser baseadas em cenários. Além disso, os limites da ética precisam ser incorporados em todos os treinamentos de táticas individuais de combate, como os módulos de tiro, as pistas de combate aproximado e em área urbana.

Vimos que, para as duas propostas acima, no caso da preparação para as missões de paz, isto vem sendo atendido, todavia, ainda não se generalizou para toda tropa e em outras situações do combate.

- Colocar a principal ênfase do treinamento ético nos escalões mais baixos.

É fácil entender que este é o escalão que está mais próximo da linha de contato, encara a situação mais imediata, tem o menor tempo para decidir e é, portanto, mais sujeito aos efeitos da situação limite. É o império do “Cabo Estratégico”, cuja decisão pode ter efeito em escalões muito superiores.

- Os assessores jurídicos devem apenas participar das discussões sobre ética no Estado-Maior, mas não serem os responsáveis por elas. Assessores jurídicos não são combatentes, não são vocacionados para supervisionar treinamentos de conduta de combate.

Para esta proposta, os colaboradores têm feito o papel correto de administrar informações técnicas a respeito da Lei da Guerra e a particularização tem ficado a cargo do Comando da FFE (ComFFE). Entretanto, lembramos que: colaboradores não são assessores jurídicos da força e, no caso da preparação para as missões de paz, isto tem sido uma realidade que, todavia, não se generalizou. Resta o alerta contra a armadilha de atribuir o adestramento ao assessor.

- Designar um “Oficial de Ética” nas unidades e comandos, sob a coordenação do Oficial de Operações, para assegurar a integração entre o treinamento cultural e o de combate.

Em combinação com a proposta anterior, este oficial deve ser um combatente capaz de interpretar as análises teóricas dentro das práticas do combate que ele domina.

- Os oficiais, em geral, recebem treinamento suficiente em ética nas suas escolas de formação. Entretanto, citando um caso concreto, Pryer adverte que um tenente recém-formado pode ter dificuldade em repelir uma subcultura nociva. Portanto, é preciso ênfase no treinamento que o ajude a manter seu entendimento e seu compromisso ético.

Independente de qualquer controvérsia sobre a qualidade do treinamento em ética nas escolas de formação, mais uma vez, devemos atentar para a necessidade da ênfase nos escalões mais baixos. Cabe evitar o alastramento das subculturas nocivas, identificando o “insurgente ético”.

- O fortalecimento da ética profissional militar deve ser a espinha dorsal de um programa de desenvolvimento profissional de oficiais.

Não resta dúvida da necessidade do fortalecimento da ética no combate por parte dos oficiais, a quem cabe a “administração da violência”, mas esse fortalecimento se mostra também necessário às Praças, pois, muitas vezes, eles estarão no centro da cena de ação e devem tomar decisões pensando aspectos éticos (HUNTINGTON, 1996, p.29).

<sup>6</sup> MINUSTAH: Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti.

Clausewitz<sup>7</sup> disse que a guerra é o domínio do acaso e, quando este acaso envolve a sobrevivência própria ou de outros, pode se transformar em situação limite, influenciando psicologicamente o comportamento do combatente. A manutenção de uma ética compor-

tamental aceitável aos olhos da justiça e da sociedade em que vivemos depende do desenvolvimento ético do combatente dentro da Lei da Guerra, como disse Pryer “por pura necessidade prática”; do contrário, a inaceitável derrota moral pode ser uma possibilidade real.

<sup>7</sup> Carl Von Clausewitz, famoso general que viveu no século XVIII, é conhecido por ser um grande estrategista militar e teórico da arte da guerra.

## Referências

ALEXANDER, Matthew. My Written Testimony to the Senate Judiciary Committee Hearing. *The Huffington Post*, 13 mai 2009. Disponível em: [http://www.huffingtonpost.com/matthew-alexander/my-written-testimony-to-t\\_b\\_203269.html](http://www.huffingtonpost.com/matthew-alexander/my-written-testimony-to-t_b_203269.html). Acesso em: 09 fev. 2012.

BRASIL. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Chefia de Preparo e Emprego. Manual de Emprego do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) nas Forças Armadas. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 87 de 9 de maio de 2011, Seção 1, p 5.

BUSH, George W. **Humane treatment of al Qaeda and taliban detainees**. Washington, DC, 2002. Memorando. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB127/02.02.07.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2012.

COUCH, Dick. **A Tactical Ethic: moral onduct in the insurgent Battlespace**. Annapolis: Naval Institute Press, 2010.

FILKINS, Dexter. The Fall of the Warrior King. *The New York Times*, New York, 23 out. 2005. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2005/10/23/magazine/23sassaman.html?pagewanted=all>. Acesso em: 2 fev. 2012.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

KRULAK, General Charles C. The strategic corporal: leadership in the three block war. *Marines Magazine*, jan1999. Disponível em: [http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic\\_corporal.htm](http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic_corporal.htm). Acesso em: 14 abr. 2012.

LIEBER, Francis. **Instructions for the Government of Armies of the United States in the field**. Washington: Government Printing Office, 1898. Disponível em: [http://www.lawofwar.org/general\\_order\\_100.htm](http://www.lawofwar.org/general_order_100.htm). Acesso em: 08 fev. 2012.

PRYER, Douglas A. Controlar a Fera Interior: a chave do sucesso nos campos de batalha no séc. XXI. *Military Review*, [S.l.], mai/jun, 2011. Edição brasileira.

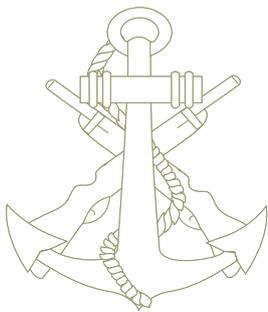
RICKS, Thomas E. **Fiasco: the american military adventure in Iraq**. New York: The Penguin Press, 2006.

SNIDER, Don M.; NAGL, Maj John A.; PFAFF, Maj Tony. **Army Professionalism, the Military Ethic, and Officership in the 21<sup>st</sup> Century**. Carlisle, PA: U.S. Army War College Strategic Studies Institute, 1999. Disponível em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub282.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2012.

TAYLOR, Telford. Foreword. In: FRIEDMAN, Leon (Org.). **The Law of War: A Documentary History**. New York: Random House, 1973, p. 6.

UNITED STATES OF AMERICA. Secretary of Defense. **Status of Taliban and al Qaida**. Washington, DC, 2002. Disponível em: <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB127/02.01.19.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2012.

WOOD, Sara. **Petraeus urges troops to adhere to ethical standards**. Disponível em: <http://www.defense.gov/News/NewsArticle.aspx?ID=45983>. Acesso em: 14 mai. 2007.



## A “Rede de Tenentes” nas OM do CFN: como anda a sua?

Lendo recente edição de uma revista especializada, deparei-me com um artigo interessante, que versava basicamente sobre coesão, solidariedade e espírito de corpo em uma determinada Organização Militar (OM) do *United States Marine Corps*<sup>1</sup> (USMC), uma das que se integra ao regime de *deployment*<sup>2</sup> da 2ª Divisão de Fuzileiros Navais.

Ao fim da leitura, foi inevitável viajar no tempo, de volta ao início da década de 1980, e, agradavelmente, recordar-me de como eram coesas e solidárias as relações entre os Oficiais, entre as Praças e entre esses dois grupos, em prol do bom andamento do serviço.

Quando se chega tenente “quati rabudo”<sup>3</sup> em uma OM, particularmente em uma Unidade Operativa, o temor é grande de achar que não se sabe o suficiente para cumprir as primeiras tarefas, para desempenhar a primeira função a bordo, que não vai conseguir liderar seus subordinados, mas tudo isso passa com o tempo. Com o passar de poucos meses, ele vai perceber que toda a teoria aprendida servirá, e muito, para agregar esse aprendizado teórico com o que vai adquirir com a prática a bordo. Além disso, aprende-se muito com as Praças, particularmente em um tempo em que era comum encontrar militares com mais anos de caserna do que o nosso tempo de serviço ativo na Marinha, isso sem falar no suporte que os tenentes contemporâneos nos ofereceriam, posto que na nossa imaginação eles já fossem “experientes” o suficiente para nos ajudar a encontrar o rumo certo para cada faina.

Portanto, qualquer que fosse a Unidade Operativa em que fôssemos servir, seriam inúmeras as oportunidades de fortalecer as relações interpessoais, mais particularmente no grupo dos tenentes<sup>4</sup>. Eram nos exercícios no campo de longa duração (de cinco a quinze dias), normalmente, à noite, nos “papos de fogueira”, que a “Rede de Tenentes” ia ficando cada vez mais fortalecida. A “tenentada” sempre foi muito unida a bordo e nas ocasiões de cunho social, particulares. Da caserna para a vida em família de cada tenente, era natural que os tenentes se tornassem compadres, fosse pelo matrimônio do amigo, fosse pelo nascimento dos seus primeiros filhos, pois éramos “irmãos de armas”.

<sup>1</sup> USMC: Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.

<sup>2</sup> O termo *deployment*, conforme empregado na terminologia militar naval anglo-saxônica e no sentido no qual é utilizado no texto, não admite tradução literal na Língua Portuguesa. O significado mais próximo seria o deslocamento de forças e respectivas estruturas logísticas, de modo a posicionar previamente as forças de pronta-resposta para aplicação onde, quando e pelo tempo que se fizer necessário.

<sup>3</sup> Basta olhar para a figura desse mamífero de rabo alongado e perceber a metáfora do rabo grande, difícil de esconder por onde passa, pois sempre deixa rastro de suas “atividades”, ainda mais as erradas, comum nos primeiros meses de carreira de um Oficial recém-ingresso nas fileiras das nossas Unidades.

<sup>4</sup> Nesse grupo incluem-se os Segundos e Primeiros-Tenentes, pois, como hoje, não se tinha notícia de Tenente antigo e nem de Almirante moderno.

Havia o transporte solidário, com a formação de outros subgrupos (às vezes um Capitão conseguia se infiltrar porque morava próximo) em torno dos bairros onde residia a “tenentada”, quando cada dia da semana um vinha de carro e trazia todo o subgrupo para bordo. As rotinas tinham que se ajustar até que o último podia ser licenciado e os tenentes alegres, muitas vezes depois de uma “pelada” seguida de um *happy hour* na Praça D’Armas, retornavam ao aconchego dos seus respectivos lares. Durante o périplo do transporte solidário, era tempo para que todos pudessem compartilhar as alegrias e as angústias do cotidiano da vida de casado, do nascimento dos filhos e das travessuras dos pequeninos (naquela época existia fotografia em papel e os primeiros filhos eram alvo de incontáveis álbuns de fotos, que todos viam durante o trajeto), dos encargos colaterais diários, das representações de fim de semana e, assim, as relações fortaleciam-se cada vez mais. Ocorreram nascimentos de filhos, quando o pai estava em viagem e os demais se mobilizavam para não deixar faltar nada para a família, até que o “pai de primeira viagem” pudesse tomar a “cana do leme” e comandar a sua própria “tropa familiar”.

Isso tudo parecia muito natural, pois é sabido que, quanto mais um determinado grupo social se aproxima do nível de execução, há uma busca instintiva pela coesão, como forma de autoproteção para a sobrevivência individual.

Somos incentivados, desde os primeiros anos nas escolas de formação, a funcionarmos como turma, a qual vai se fortalecendo à medida que os anos passam, até chegar ao início da carreira naval. No caso dos Oficiais, passamos de calouros a veteranos, até que a turma chega ao Oficialato e ao, consequente e inevitável, afastamento dos colegas de turma, ainda que uma pequena parte possa manter-se unida por servir na mesma OM, sendo que esse subgrupo se agregará a outro, o qual o articulista estadunidense denominou de “Agência de Proteção dos Tenentes”. No caso brasileiro, passo a chamar de “Rede de Tenentes” ou, simplesmente, de “tenentada”, classe sobejamente conhecida, por ser unida, coesa, forte e desafiadora. Sim, pois, não raro, as chamadas para as “peladas” era quase que um brado: “os tenentes contra o resto do mundo!” Mas os capitães, invariavelmente, venciam. Claro, pois eles tinham a experiência e sabiam fazer a bola correr, enquanto que a “tenentada” corria desgovernadamente atrás da bola.

Os grupos sociais, ou ciclos hierárquicos, não se misturavam, mas, não raro, um tenente se dizia amigo de um capitão. De um Comandante, nem pensar! Do Imediato da OM, era quase como ganhar sozinho na mega-sena. Do Comandante da OM, então, só se ouvia falar. Felizes os que tinham algum contato com essa “megaentidade”.

Nesse quadro, os tenentes tinham que se safar mutuamente, pois o sucesso de um era motivo de orgulho dos demais. Nos revezamentos nas tabelas de serviço, nas escalções de última hora para repre-

sentenças, os tenentes se entendiam e manobravam para não deixar pegar, ou melhor, para que a faina saísse a contento. E isso se refletia nas atividades operativas. Quando um tenente não podia participar de uma manobra, rapidamente aparecia outro para substituí-lo e, às vezes, dobrar no campo, acompanhando a sua Subunidade. E os embarques prolongados nas operações “Sinal Vermelho”, que ocorriam, invariavelmente perto dos feriados de fim de ano. Passar o Natal a bordo não era tarefa das melhores, mas os solteiros davam um jeito de se voluntariar para não deixar pegar para os recém-casados, especialmente os que tiveram filhos cedo no casamento.

Solidariedade, coesão e espírito de corpo fluíam nas relações cotidianas das organizações militares, a ponto de se dizer, com certa frequência, que OM tinha alma. Um sabia, com tanta exatidão, o que o outro faria se estivesse em seu lugar em determinada faina e as funções eram desempenhadas com tal uniformidade que isso facilitava o trabalho do Comando em designar um Oficial para determinada função, pois, na prática, a Rede de Tenentes ia atuar em conjunto para não deixar pegar para um de seus componentes. Qualquer que fosse a função ou tarefa recebida.

Nesse ambiente, a liderança se dava pelo exemplo, inexoravelmente, pois todos tinham que servir de exemplo e, ademais, não tardaria para que novas turmas chegassem à OM e, conseqüentemente, novos tenentes iriam ser acolhidos na Rede e fariam parte da “tenentada”.

Como envolvo no presente artigo gerações diferentes, apresento um desafio para os jovens tenentes de hoje: como andam as “Redes de Tenentes” nas OM do CFN?

Para essas gerações “irrequietas”, que não param por muito tempo na mesma posição, como são as redes de relacionamento entre os subgrupos sociais nos respectivos círculos hierárquicos?

Da década de 1990 em diante, as OM do CFN viveram um *boom* de missões da ONU. Enviou-se tropas para Angola, observadores para países da África e da Europa Ocidental, e os afastamentos de casa, por períodos prolongados, passaram a ser inevitáveis. E aí, juntamente com a “Rede de Tenentes”, entraram em cena os Núcleos de Assistência Social da Marinha (N-SAIPM) para reforçar o suporte às famílias dos militares que partiam para o exterior, deixando suas esposas e filhos em situação confortável. Nesse contexto, o Haiti surgiu, para os tenentes como um *deployment*, tal como tratado pelo articulista da revista norte-americana.

Nesse ponto em que os artigos novamente se encontram, aproveito para apontar algumas comparações que servirão de pontos para reflexão da atual “tenentada” das OM do CFN e que devem servir para a reflexão da Oficialidade em geral.

Consideremos que todos os segundos-tenentes, no primeiro ano da carreira, irão servir nas OM operativas da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE):

- Ao preencher a ficha de opção de OM a servir leva em consideração, primeiro, a “tenentada” que irá rever, o ambiente de Praça D’Armas, a especificidade da Unidade ou o fato de poder ir para missão no exterior?
- Depois de um ano na OM, já pensou em voluntariar-se para servir fora de sede, porque a sua OM era a próxima da vez a ir para o Haiti e você não foi selecionado?

- Depois de um ano na OM, que era a próxima da vez a ir para o Haiti, sem ter feito comissão no exterior, a “Rede de Tenentes” ainda é forte?
- É capaz de relacionar quantas vezes a “Rede de Tenentes” da sua OM entrou em cena para safar um de seus componentes, livrando-o, bem como a Unidade, de um fracasso no cumprimento de alguma tarefa?
- Soube, na sua OM, de um tenente que se voluntariou para realizar alguma faina que um terceiro estaria envolvido, mas que este não poderia atender porque, sabidamente, teria de resolver um evento de caráter particular, mas, apesar disso não quis pedir dispensa da faina operativa, pois não quis sobrepor o evento particular ao do quartel?
- Sabe citar, de memória, a data de nascimento de ao menos três tenentes de sua OM?

Poderia listar tantos outros quesitos que retrataram uma época, mas que podem estar sendo vivenciados hoje, não sendo, entretanto, visivelmente percebidos.

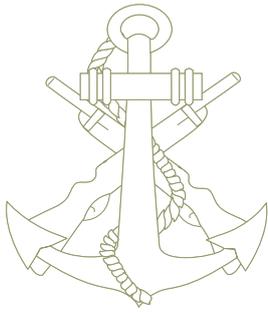
A liderança pressupõe o exemplo, a presença constante e a preocupação de todos para com todos os componentes de uma determinada equipe. O conhecimento mútuo entre os componentes das equipes, no campo particular, fortalece o relacionamento funcional, e o ambiente profissional ganha sobremaneira com militares que se antecipam aos problemas dos demais, pelo simples fato de saber o que eles estão pensando e como agiriam se estivessem no seu lugar. Essa conclusão a que chegou o articulista norte-americano pode muito bem servir para a situação apresentada ao nosso CFN.

“A Companhia ‘ALFA’ funciona por música!”. “Para a Bateria ‘BRAVO’ não se precisa nem dar ordens, eles já sabem o que tem de ser feito. Vivem ganhando BRAVO ZULU!”. Daí a pergunta que não quer calar: quantas vezes ouviu essas frases na sua OM?

Para finalizar, convido os nossos Comandantes e Imediatos das OM do CFN a refletirem sobre o tema e contribuir da forma que julgarem mais conveniente para fazer florescer, frutificar ou incentivar a criação da “Rede de Tenentes” em suas Unidades, deixando os Oficiais Superiores servindo de “segunda instância” para os casos que os Capitães não puderem melhor equacionar, em primeira instância, junto à “tenentada” das suas OM.

Fuzileiros Navais, Oficiais e Praças, merecem ser bem-recebidos nos nossos quartéis, por uma tripulação motivada e coesa, de modo a rapidamente integrar os novatos e envolvê-los com o espírito de corpo de modo que em pouco tempo a “unidade” se faça presente no dia a dia, nas mais simples fainas administrativas, nos adestramentos e, especialmente, nas operações reais. Onde haja um Fuzileiro Naval, que o vínculo deste com a sua Rede nunca se rompa e que o sucesso de um seja o sucesso da sua OM, do Corpo de Fuzileiros Navais e da Marinha do Brasil.

ADSUMUS! VIVA A MARINHA!



CMG (RMI) Fernando Lessa Gomes  
flg\_snipers@yahoo.com.br

## Treinamento de tiro a baixo custo para *Snipers*

A formação de *Snipers* possui um custo considerável e se dá por um curso especial, por meio do qual é ministrada uma grande variedade de assuntos, como camuflagem, infiltração, balística, etc., além das técnicas avançadas de tiro. Terminado o curso, alguns dos atiradores são designados para cargos não relacionados ao que aprenderam, o que acarretará, a curto prazo, a perda de sua qualificação, devido à falta de prática. Somente os que exercerem a função de *Sniper* é que terão a oportunidade de manter sua qualificação, em virtude dos treinamentos continuados que, em princípio, passam a fazer. Porém, a maioria dos atiradores vão se “enferrujando” com o tempo, tal qual o músico que não toca seu instrumento regularmente e que perde a embocadura. Para que as Organizações aproveitem bem o alto valor investido nos novos *Snipers*, é essencial oferecer a cada um deles todas as oportunidades e condições possíveis para que eles prossigam com os seus treinamentos pela máxima frequência possível.

Os treinamentos têm custos diretos e indiretos: o próprio valor da arma, da luneta de tiro, da luneta de espotagem, munições, alvos, o desgaste da arma, a manutenção do armamento, o combustível utilizado para os deslocamentos ao estande de tiro, toda a infraestrutura do estande, energia elétrica, o homem-hora do motorista da viatura, do professor ou técnico de tiro responsável pelo treinamento, o custo do capital imobilizado no estande, na viatura, a manutenção da viatura (com pessoal e material) e muitos outros. Por ser uma conta sem fim e extremamente difícil de quantificar, vamos considerar somente os custos mais visíveis: armamentos e munições. Esse tipo de arma é extremamente cara e os calibres mais usados são o 7,62 NATO ou superior, que também são de elevado custo, especialmente no caso de a munição ser nacional. Essas munições são sempre jaquetadas e de alta velocidade, provocando um desgaste muito rápido do cano, cuja vida útil é de cerca de 6.000 a 7.000 disparos.



Figura 1: Carabina Mauser, calibre .22 l.r., fabricada na Alemanha, foi a primeira arma de fogo projetada para treinamento a custo reduzido. Feita à semelhança do fuzil modelo 98, lançado no ano de 1898 e utilizado até os dias de hoje.  
Fonte: o autor (2013)

Quantos disparos o atirador deve realizar por mês para manter seu elevado nível de qualidade? 500, 1.000, 2.000? Por exemplo, se tomarmos como referência a quantidade de 500 disparos/mês, considerada irrisória por aqueles que praticam tiro, e fazendo um rápido cálculo, verificamos que em um ano o fuzil sniper chegaria aos 6.000 tiros, o limite inferior da vida útil do cano! Seria, então, necessário realizar testes de bancada com a arma e, muito provavelmente, providenciar a troca do cano, que possui alto custo e requer mão de obra especializada, nem sempre existente na instituição. Como poucos armeiros no país têm o conhecimento e o ferramental necessário, na maioria das vezes, a arma acaba sendo aposentada ou sendo enviada para o fabricante. Se esse for no exterior, torna-se mais complicado, pois outros custos vão se agregando: transporte, seguro, homens-hora da estrutura administrativa para providenciar a documentação, etc. Conclusão: a arma estará inservível à sua finalidade para sempre ou, com sorte, indisponível por um longo período! Portanto, quanto menos o fuzil atirar, maior será o período de tempo de sua operacionalidade. Eis um grande paradoxo: é preciso atirar muito com o fuzil para se alcançar e manter um bom nível técnico e operacional; ao mesmo tempo, deve-se economizar o cano da arma tanto quanto possível para prolongar sua vida útil.

Sabemos que o *Sniper* precisa de muito treinamento, sob as mais variadas condições, para estar tecnicamente preparado para desempenhar suas funções. Caso a instituição não tenha grande disponibilidade de recursos e, sobretudo, não dê alta prioridade ao treinamento desses atiradores, torna-se absolutamente inviável a eles manter um adequado nível de qualidade técnica, tendo em vista que só podem utilizar, em seus treinamentos, os fuzis operacionais. Embora o tiro seco ajude bastante nos fundamentos de tiro, especialmente o acionamento do gatilho, isso não é suficiente para possibilitar o amadurecimento do atirador, que somente será alcançado com a realização de disparos reais, os quais podem ser realizados em armas de qualquer calibre. Diante dos fatores apresentados podemos afirmar que, em nosso país, é muito difícil, para essa classe de atiradores, manter um nível de treinamentos adequado.

É preciso fazer alguma coisa! Existem alternativas e opções para treinamento já consagradas no mundo, como o tiro a custo reduzido. Para isso, existem os simuladores especiais para *Snipers* (com suas vantagens e desvantagens) o que não é objeto do presente trabalho,

e o uso de armamentos especiais: as carabinas calibre .22 l.r. e as carabinas de ar comprimido de alta precisão. O treinamento com tais armas possibilitará ao atirador exercitar os fundamentos do tiro por infinitas vezes, praticamente sem desgaste do cano, pois os projéteis são de chumbo. A proporção de disparos efetuados com calibre .22/4,5mm para os de fuzil, cuja prática não pode ser negligenciada, dependerá apenas da quantidade de munição disponível e da vontade do atirador. Adquirir essas novas armas trata-se de um pequeno investimento que possibilitaria uma redução de custos importante nos itens *armamento* e *munição* a curto e médio prazo, bem como a redução de várias outras parcelas dos custos indiretos. Afinal, essas armas “se pagarão” muito rapidamente.

O *Sniper* é um profissional muito motivado com sua atividade. Ao passar a dispor das novas armas para treinamento a custo reduzido, poderá mais facilmente praticar nas suas horas de lazer e participar de competições no âmbito civil, o que serve para aperfeiçoar sua técnica e elevar seu nível como atirador. Tais práticas, mesmo lúdicas, devem ser incentivadas, pois é sabido que contribuem bastante para o contínuo aperfeiçoamento dos atiradores. Isso é realizado na maioria dos países que se destacam no tiro. Neles, as equipes de tiro nacionais são compostas, preponderantemente, por atiradores militares. Muitos atiradores dos países de ponta têm as suas próprias armas, inclusive fuzis, adquiridos com recursos próprios ou colocados em suas mãos pela sua instituição por prazo indefinido, além de munições fornecidas gratuitamente.

Há muitos modelos de armas que servem para o treinamento a custo reduzido para atiradores *Sniper*, porém elas precisarão ser escolhidas sob critérios que possibilitem efetivamente atingir o seu propósito: alavancar a técnica individual e contribuir para a proporção de maturidade nessa importante função operacional. Tais critérios e as consequentes escolhas, obviamente, estarão condicionados às reais possibilidades de recursos, já que os orçamentos institucionais normalmente são “apertados”, aquém das necessidades.

Seguem nossos critérios técnicos para a escolha dos armamentos para treinamento a custo reduzido para *Snipers*:

1. Semelhança ao modelo de fuzil sniper, preferencialmente da mesma marca;
2. Possibilidade de realizar o tiro de repetição, pela existência de carregador;
3. Possibilidade de instalação tanto de luneta como de mira regulável;
4. Peso do gatilho semelhante ao do fuzil *sniper* e com possibilidade de regulagem;
5. Coronha com possibilidade de uso de *bipé* e regulagem para *hand-stop*, *cheek-piece* e *butt-plate*;

6. Cano de alta precisão, do tipo flutuante;
7. Marca e modelo de reconhecida qualidade, com boas características de rusticidade;
8. Outros, conforme as particularidades da instituição/órgão.

Outros itens que também devem ser considerados para a escolha dos armamentos:

1. Possibilidade de manutenção na localidade onde o armamento estará armazenado ou em outra cidade do país;
2. Facilidade de aquisição, no mercado brasileiro ou no exterior;
3. Existência de estandes próprios ou de outras instituições, por empréstimo ou convênio, para prática com os novos armamentos;
4. Outros, conforme as particularidades da instituição/órgão.

Baseado nesses critérios, foi realizada uma extensa pesquisa de marcas, entre as melhores do mundo, e modelos de armamentos existentes com calibre .22 l.r. e 4,5 mm, que serviriam para treinamento de *Snipers*. Foram escolhidas mais de 40 armas\*, segue adiante a imagem e descrição de dois modelos de armamento que consideramos *top*.



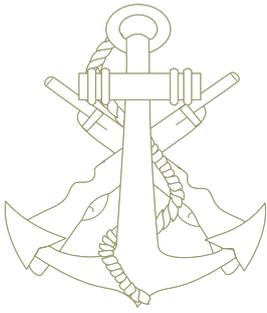
Figura 2: Carabina Sniper 22 l.r. marca Sig Sauer, 4,5mm, modelo SSG 300 (kit).  
Fonte: o autor (2013)



Figura 3: Carabina de ar para Field Target marca BSA, modelo R 10.  
Fonte: o autor (2013)

BONS TIROS!

\* Este autor se dispõe a apresentar os demais modelos de armamentos pesquisados. Caso o leitor se interesse, poderá entrar em contato pelo endereço eletrônico: [flg\\_snipers@yahoo.com.br](mailto:flg_snipers@yahoo.com.br)



CF (FN) José Domingos Araujo Vallim  
vallim@1btlfn.mar.mil.br

# Decida nº 44

## Operações Ribeirinhas

(Publicado na edição anterior de nossa revista)

### Situação

O Sr. é o comandante do 1º PelFuzNav(Ref) e durante a realização da Operação Matinguari foi determinado compor o Escalão Avançado (EA) da ForTaRib juntamente com o NPaFlu Pedro Teixeira. A tarefa do EA, durante a fase do Movimento para Área de Operações, é deslocar-se, subindo o rio, cerca de 15 milhas à frente do Corpo Principal da ForTaRib, provendo proteção ao deslocamento desde o ponto de embarque, na cidade de Santarém (PA), até a AOP, na Região de São Paulo de Olivença (AM). Para assegurar a proteção da ForTaRib, o EA deverá cumprir as seguintes tarefas:

- Reconhecer, verificar e, se for o caso, ocupar pontos críticos nas margens do rio Amazonas e, posteriormente, do rio Solimões que ofereçam perigo ao deslocamento do Corpo Principal da ForTaRib;
- Interceptar embarcações suspeitas que desçam o rio em direção à ForTaRib; e
- Engajar posições inimigas nas margens que venham a comprometer o deslocamento da ForTaRib.

Em 160800P/NOV, o He orgânico do NPaFlu Pedro Teixeira, em missão de reconhecimento armado a cerca de 2 milhas à frente, foi alvejado por tiros de armamento portátil em uma curva do rio Amazonas, próximo à localidade de Urucurituba (fora do esboço). Como estava configurado com metralhadoras axiais, o piloto respondeu ao fogo inimigo, desengajou e retornou para o navio.

- Em reunião com o Cmt do navio, o piloto reportou que o inimigo estava estabelecido no ponto crítico com o seguinte dispositivo:

- 1 ET e 1 peça de míssil anticarro (MAC) na margem do rio, em condições de interferir o tráfego fluvial na calha do rio. A ET encontra-se ocupando posições defensivas fortificadas junto à peça do MAC;
- 1 GC junto ao conjunto de casas próximo ao Igarapé das Rosas; e
- 2 voadeiras pequenas junto ao atracadouro no Igarapé das Rosas.

O Cmt do navio chamou o Sr. e determinou que planejasse e realizasse uma ação para neutralizar o inimigo localizado na margem do rio, colocando à disposição 2 Lanchas de Ação Rápida (LAR), 3 Embarcações de Transporte de Tropa (ETT), bem como a possibilidade de receber apoio do He e do próprio armamento orgânico do navio.

### Características do terreno

- O terreno na margem direita do rio Amazonas possui poucas praias e é formado por uma extensa mata de igapó, que restringe o movimento de tropa a pé.
- O terreno na margem esquerda possui algumas praias, particularmente na foz do Igarapé das Rosas e do Igarapé Maués, e o restante é coberto por mata de terra firme. As regiões com praias se mostram propícias à abicagem de embarcações, podendo constituir Local de Desembarque Ribeirinho (LocDbqRib).
- A vegetação em toda região é formada, em sua maioria, por selva primária, exceto próximo à localidade no Igarapé das Rosas, que possui alguma região de gramíneas, particularmente próximo ao campo de futebol.



- O campo de futebol permite o pouso de He, constituindo-se uma excelente Zona de Pouso de Helicóptero (ZPH).
- Existem algumas trilhas que demandam a localidade, a partir da margem do rio Amazonas e do Igarapé das Rosas.
- Existe um pequeno ancoradouro na margem esquerda do Igarapé das Rosas.
- 3 ETT com capacidade de transporte de 7 FN cada; e
- NPaFlu Pedro Teixeira com o seguinte armamento:
  - 1 canhão Bofors 40 mm com o alcance de 6.400 m; 2 morteiros 81 mm com o alcance de 2.500 m;
  - 2 metralhadoras de 20 mm com o alcance de 1.200 m; e
  - 4 metralhadoras de 12.7 mm com o alcance de 900 m.

## Meios disponíveis

### FUZILEIROS NAVAIS:

- 1º PelFuzNav(Ref)
  - 1º PelFuzNav
  - 1ª SeqMtr 7.62 mm
  - Dst 1º GpSocCia

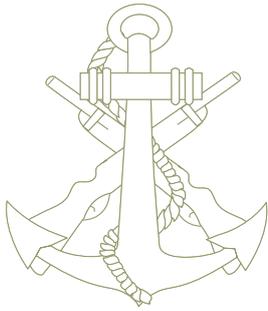
### MEIOS NAVAIS:

- 2 LAR artilhadas com metralhadora .30 na proa e com capacidade de transporte de 13 FN;

### AERONAVAIS

- 1 He UH-12 com 2 metralhadoras 7.62 mm axiais;

Como comandante do 1º PelFuzNav (Ref) embarcado no NPaFlu Pedro Teixeira, realize um exame abreviado da situação, proponha uma solução para o problema militar apresentado, redigindo suas ordens aos elementos subordinados.



CT (FN) Fernando Bellard Abdo  
fernando\_abdo@hotmail.com

## Decida nº 44

# Possível Solução

### Exame abreviado da situação à luz dos fatores da decisão

**MISSÃO:** Nossa missão, como EA, inclui as tarefas de: “Reconhecer, verificar e, se for o caso, ocupar pontos críticos que ofereçam perigo ao deslocamento do Corpo Principal da ForTaRib” e “Engajar posições inimigas nas margens que venham a comprometer o deslocamento da ForTaRib”.

**INIMIGO:** Foi observado nesse ponto crítico o seguinte dispositivo Ini: 1 ET e 1 peça de míssil anticarro (MAC) ocupando posições defensivas fortificadas na margem do rio, em condições de interferir no tráfego fluvial na calha do rio, porém sem alcance para bater a margem direita do rio AMAZONAS; 1 GC junto ao conjunto de casas próximo ao Igarapé das Rosas; e 2 voadeiras pequenas junto ao atracadouro no Igarapé das Rosas.

**TERRENO:** O terreno na margem direita do rio Amazonas não favorece o desembarque ou ações em terra por possuir poucas praias e uma extensa mata de igapó, que restringe o movimento de tropa a pé. A margem esquerda apresenta praias mais propícias à abrigagem de embarcações, além de incidir diretamente na Rg de onde o Ini atua sobre a calha do rio. O campo de futebol permite o pouso de He, podendo constituir Zona de Pouso de Helicóptero (ZPH). Existem algumas trilhas que demandam a localidade, a partir da margem do rio Amazonas e do Igarapé das Rosas.

**MEIOS DISPONÍVEIS:** Possuímos 1 PelFuzNav reforçado com 1 SeqMtr 7.62 mm, podendo ser apoiado por até 2 LAR e 3 ETT para o Dbq. Conclui-se que é possível Dbc todo o Pel simultaneamente e em pontos distintos, se for o caso. Podemos contar ainda com ApF direto e indireto a partir do NPFlu Pedro Teixeira, além do ApFAe de 1 UH-12 com 2 metralhadoras 7.62 mm axiais.

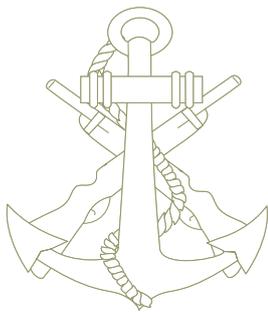
**TEMPO:** Estamos cerca de 15 milhas à frente do Corpo Principal da ForTaRib, o que nos impõe uma necessidade de rapidez na limpeza e ocupação desse ponto crítico. Considerando que o Ini poderá rapidamente utilizar suas voadeiras para retrair e atuar em qualquer ponto do rio, o tempo e a surpresa serão preponderantes nesta ação.

### Possível solução

O Pel demandará o Paraná JACUTINGA pela margem direita e, após desencadeamento do ApFAe sobre as voadeiras e o GC Ini junto ao conjunto de casas, desembarcará a partir de 161000P por LAR e ETT na Foz do Ig das Rosas para atacar na Direção W-E, destruir o GC Ini com 2 GC e, sucessivamente, destruir a posição fortificada na margem do rio AMAZONAS com 1 GC. A 1ª SeqMtr 7.62 mm ficará à disposição do 3º GC para apoiar o ataque à posição fortificada. O ApFN será prestado a partir da boca do Paraná JACUTINGA sobre a posição fortificada.

### ORDEM AOS ELEMENTOS SUBORDINADOS

- **1º GC** - Desembarcar em 161000P por LAR na Foz do Ig das Rosas para atacar e destruir o GC Ini junto ao conjunto de casas (ZAç a N da trilha do ancoradouro - inclusive);
- **2º GC** - Desembarcar em 161000P por LAR na Foz do Ig das Rosas para atacar e destruir o GC Ini junto ao conjunto de casas (ZAç a S da trilha do ancoradouro - exclusive);
- **3º GC** - Desembarcar em 161005P por ETT na Foz do Ig das Rosas para, MdtO, atacar e destruir a posição fortificada na margem do rio AMAZONAS;
- **1ª SeqMtr 7.62 mm** - Ficar à disposição do 3º GC.



CT (FN) Fernando Bellard Abdo  
fernando\_abdo@hotmail.com

## Decida nº 45

# Posição de Retardamento

O senhor é o comandante da 3ªCiaFuzNav, reserva do GDB-2. Após a conquista da CP, o GDB vem realizando, nos últimos 2 dias, a limpeza de sua ZAç de E para W e, no momento, o GDBda realiza uma pausa operacional. São 0800P e sua Cia recebeu então a seguinte missão: "Retardar até 1200P, a partir das Altu de IGREJA DE SÃO COSME, qualquer avanço inimigo proveniente de W a fim de contribuir para a garantia da utilização da Estrada RUBRA como Estrada Principal de Abastecimento (EPA) pelo GDBda", que se encontra na Rg de MIROMBA.

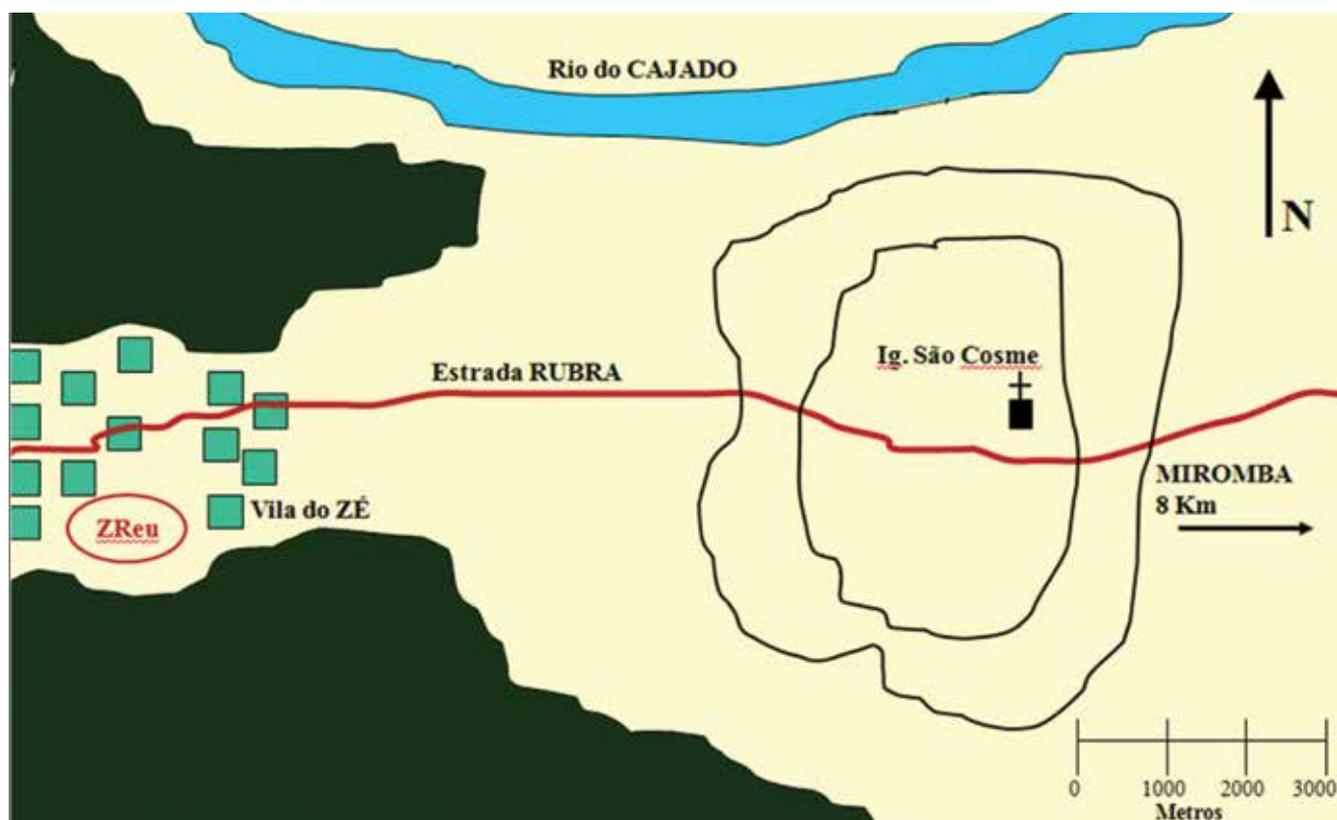
Ao se aproximar das Altu de IGREJA DE SÃO COSME, o senhor cruza com um comandante de Pelotão da 2ªCiaFuzNav do GDB-2. Este Tenente lhe reporta que as comunicações com o GDB foram perdidas e que seu CmtCia dirigiu-se ao PC do GDB a fim de obter melhor orientação, porém a última ordem do comandante do GDB para a 2ªCiaFuzNav foi "vigiar a W das Altu de IGREJA DE SÃO COSME e ficar ECD apoiar uma eventual posição de bloqueio nesta Rg", ficando seu pelotão responsável pelo setor compreendido entre o Rio do CAJADO (exclusive) e a Md ao S das Altu de IGREJA DE SÃO COSME (exclusive).

Ele reportou ainda que, há cerca de 1 hora, uma de suas patrulhas observou tropa inimiga no valor de pelo menos 1 PelInf reforçado por CC em ZReu na Rg de VILA DO ZÉ, aproximadamente 4 km a W. Aparentemente, o inimigo estaria montando um ataque sobre o eixo da Estrada RUBRA a fim de criar uma brecha para o interior da CP. O senhor então tenta restabelecer contato com o GDB. As comunicações estão extremamente deficientes, e as últimas palavras do comandante que o senhor compreende são "...ações para repelir o inimigo!"

### Orientação:

- Sua Cia está a pé e possui a 1ªSeçMAC à disposição;
- Cada GC de sua Cia recebeu 1 AT-4 adicional para esta missão; e
- A Rg de Md e o Rio do CAJADO são obstáculos impeditivos a qualquer Vtr.

Diante da situação apresentada, com base nos fatores da decisão, descreva como o senhor empregaria suas peças de manobra para o cumprimento da missão.



# Normas para publicação de artigos na revista *Âncoras e Fuzis*

1. Os artigos devem ser enviados para o *e-mail*: [difusao@cddcfm.mar.mil.br](mailto:difusao@cddcfm.mar.mil.br) ou para as caixas postais: cddcfm-60 ou cddcfm-62, aos cuidados do Departamento de Difusão do CDDCFN.
2. Os artigos não devem exceder seis laudas.
3. O formato preferido é o *LibreOffice* (.odt).
4. Identificação do autor: nome completo dos autores na ordem em que deverá aparecer no texto, posto/graduação ou titulação, instituição e endereço eletrônico (funcional e particular).
5. Referências: de acordo com a NBR 6023. Podem vir, ao longo do texto, no formato completo por meio de notas de rodapé ou abreviadas pelo sistema autor-data. Ao fim do texto, devem constar todas as referências utilizadas pelo autor em ordem alfabética e não numeradas.
6. Fonte: *Times New Roman*, tamanho 12, espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.
7. Figuras e gráficos: de maneira geral, deve-se evitar o uso excessivo de figuras/gráficos (máximo 6). Elas podem vir ao longo do texto, mas solicita-se, também, o seu envio separado, isto é, em um outro arquivo. As figuras devem estar digitalizadas em 300 dpi e no formato JPG. No caso de imagens de máquina digital, estas deverão estar, preferencialmente, na mais alta resolução da câmera. Não se esquecendo de sempre mencionar uma legenda para a imagem e a fonte.
8. Os artigos que cumprirem as normas acima passarão por um processo de avaliação e revisão. Ao fim desse processo, o autor será notificado, via *e-mail*, de que seu artigo foi aceito (ou não) e que aguardará a primeira oportunidade de impressão.



# PENSE

“O exercício de liderança pode significar a diferença entre a vitória e a derrota (...).”

*EMA-137:  
Doutrina de Liderança da Marinha*



# Consórcio Nacional POUPEX

## Planeje a realização de seus sonhos

### IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

#### VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.



Conheça as condições no site  
[fhe.org.br/consorcio](http://fhe.org.br/consorcio)

POSTO DE ATENDIMENTO NA FREGUESIA - RIO DE JANEIRO/RJ - PSTFR

Estrada Quilombo, s/nº - Freguesia (CNIG/CIASC) - 21911-016  
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 3386-0335 - Fax (21) 3386-0338

**FHE** Fundação  
Habitacional  
do Exército

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site [www.fhe.org.br](http://www.fhe.org.br)

Central de Atendimento ao Cliente 0800 61 3040 Ouvidoria 0800 647 8877 Central de Atendimento aos Surdos 0800 646 4747

